

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO  
MAIO ■ JUNHO ■ JULHO 1992 N.º 25 CR\$ 8.000,00

# PRINCÍPIOS



**70 anos  
de comunismo  
no Brasil**



Editora Anita Garibaldi

# PRINCÍPIOS

Revista Teórica  
Política e de  
Informação

**Diretor e  
Jornalista Responsável**  
João Amazonas

**Editor**  
Rogério Lustosa

**Conselho Editorial**  
Aldo Arantes  
Bernardo Joffily  
Fernando Pupo  
Haroldo Lima  
Helena de Freitas  
Jô Moraes  
Jorge Bermudes  
José Reinaldo de Carvalho  
Luís Fernandes  
Luís Paulino  
Luiz Manfredini  
Madalena Guasco  
Olival Freire Jr.  
Pedro de Oliveira  
Umberto Martins  
Walter Sorrentino

**Colaboradores**  
Agenor Silva  
Altamiro Borges  
Ana Maria Rocha  
Ary Normanha  
Carlos Pompe  
Clóvis Moura  
José Carlos Ruy  
Loreta Valadares

**Edição de Arte**  
Pedro de Oliveira

**Preparação de Texto**  
Célia Camboim

**Revisão**  
Elder Vieira

**Diagramação**  
Adélia Cukauskas

Neste número colabora ainda  
Eduardo

**Administração, Distribuição  
e Assinaturas**  
Divo Guisoni

**Editoração Eletrônica**  
Compuart - (011) 36-0412

**Publicação da**  
**Editora Anita Garibaldi Ltda.**  
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar  
São Paulo - SP  
Tel.: (011) 278-3220

# Í N D I C E

O esforço do PCdoB para se construir como organização de vanguarda; a renovação da estratégia pelo socialismo; a luta de idéias contra as tendências pequeno-burguesas, fazem parte desta edição.  
Em pauta também, a questão da propriedade intelectual das patentes e o GATT.



**RAÍZES DO GOLPISMO** 3

**70 ANOS DE UM PARTIDO QUE SE TEMPERA NA LUTA** 4  
João Amazonas

**A NOVA ESTRATÉGIA PELO SOCIALISMO** 9  
Aldo Rebelo

**LUTA DE IDÉIAS COM A PEQUENA BURGUESIA** 14  
Rogério Lustosa

**PROPRIEDADE INTELECTUAL E COERÇÃO LIBERALIZANTE** 20  
Carmen Soriano-Puig

**MONOPÓLIO DE PATENTES E POBREZA DO POVO** 25  
Carlos Jorge Rosseto

**AS DUAS MORTES DE TIRADENTES** 33  
José Carlos Ruy

**O QUE PROMETE A CRISE ATUAL DO CAPITALISMO** 39  
Dilermando Toni

**O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO** 46  
Luiz Marcos Gomes

**EFEITOS DA MICROELETRÔNICA NO MUNDO DO TRABALHO** 54  
Altamiro Borges

**FUNDAMENTOS PARA UMA POLÍTICA CULTURAL** 61  
Juliano Siqueira

**OS CONGRESSOS DA II INTERNACIONAL (COPENHAGUE - 1910)** 66  
Edgard Carone

**CARTAS** 73

## O P I N I Ã O

## Raízes do Golpismo

**G**olpe no Peru. O ambiente para isso pode ser descrito em poucas palavras, 15 dos 23 milhões de peruanos vivem na miséria. O salário médio no país é em torno de 15 dólares por mês. Nos últimos três anos, a queda do Produto Interno Bruto (PIB) chegou a 25%. No ano passado, o presidente Alberto Fujimori se comprometeu a pagar mais de 1 bilhão de dólares de prestação da dívida externa, o que equivale a 20% do orçamento nacional, aos banqueiros estrangeiros. E, com a chamada "reinserção internacional", procura chegar a acordos com o FMI e outros organismos internacionais para obter outros empréstimos. O atual ditador reclamava que o Parlamento, o sistema jurídico, e a já tradicional "agitação popular", emperravam suas reformas.

Na Venezuela, em 1988, a população considerada mais pobre representava cerca de 15% dos habitantes. No final do ano passado o índice já subira para 41%. Em fevereiro de 1990, um protesto contra pacote do governo aumentando preços e arrochando salários resulta em violência generalizada e 300 mortos. No ano de 91 foram realizados mais de 800 manifestações de protesto e, em dezembro, um pânico mobiliza todos os bairros de Caracas. 20 mil pessoas participam de um comício na capital. Repressão violenta. Morrem nove estudantes e meia centena de pessoas saem feridas. Em fevereiro de 92 dez batalhões de elite se rebelam e por pouco o presidente Andrés Perez não foi deposto. A situação continua tensa, greves e protestos de massas retomam as ruas.

**N**o Brasil, direitos elementares são agredidos pelo governo. Depois do assalto à poupança no início do governo, Collor arrocha os salários em geral, recusa-se a pagar reajustes conquistados legalmente pelos aposentados. Empresas estatais são leiloadas a troco de títulos "podres". Medidas governamentais violam flagrantemente os preceitos constitucionais. A cada dia a presença de Collor no governo torna-se mais inviável. O malabarismo para cooptar até mesmo gente que se revelou tão fisiológica como os tucanos, resulta em novas confusões. A equipe de Collor, que assumiu com ares modernos, incorpora aceleradamente, e não por acaso, velhos serviços da ditadura militar. Mantém o rumo entreguista mas, no lugar dos trapalhões da chamada "República das Alagoas", coloca profissionais do ramo, homens testados no ofício de trair a pátria e o povo.

Peru, Venezuela e Brasil. Os três têm em comum governos de orientação neoliberal. E nos três a experiência comprova que a receita do FMI só pode ser imposta com a violação das normas democráticas. Com o desmonte das instituições que preservam qualquer vínculo com a soberania nacional. E que a consequência dessa política é o empobrecimento ainda maior de uma população já miserável.

Em todos três, o ritmo antipovo e antinacional aponta para conflitos crescentes. Os governos inclinam-se para o golpismo e para tendências inclusive de caráter fascista. Os trabalhadores e todos os setores interessados em democracia, independência e progresso, marcham para medidas radicais de resistência. A revolução, embora não esteja à vista, apresenta-se para os povos como única perspectiva.

Vale ainda observar que a condenação do golpe por parte dos EUA fica restrita à superfície - e tem muito a ver com interesses conjunturais, ligados à campanha sucessória. O imperialismo americano, de uma forma ou de outra, sempre está vinculado com o assassinato da liberdade e da democracia em nosso continente. E, em particular, nesse momento, é o patrono do neoliberalismo nessa parte do mundo - e cúmplice dos desdobramentos políticos que essa orientação acarreta.

# 70 anos de um partido que se tempera na luta

JOÃO AMAZONAS

*Desde sua fundação, em 25 de março de 1922, o PCdoB trata de forjar-se como organização revolucionária proletária. O 8.º Congresso representou um salto na construção ideológica do Partido*

**S**ob o impacto da Grande Revolução Socialista de 1917 foi fundado, em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil. Desde o seu início, filiou-se à III Internacional e se propôs alcançar a vitória do socialismo em nosso país. Acontecimento de sentido histórico, assinalou o começo de uma nova era para o movimento operário revolucionário brasileiro.

O caminho percorrido pelo Partido está marcado por ações combativas e eventos gloriosos. Centenas de mártires e heróis tombaran na luta social e nacional. Vitórias localizadas, derrotas passageiras incluem-se a trajetória da organização criada nos anos 20.

Decorreram setenta anos. A situação atual é bem distinta da que existia quando de sua fundação. A III Internacional desapareceu em 1943. Desmoronou-se o mundo do socialismo na União Soviética e em outros países. O dardo envenenado da reação mundial tenta abater por toda a parte o partido dos revolucionários proletários.

O Partido Comunista do Brasil continua firme no seu posto de luta avançada. Resiste decididamente à ofensiva anticomunista da oligarquia financeira. Não se enfraqueceu. Ao contrário, fortaleceu-se e progrediu na compreensão da sua missão histórica. Faz um exame retrospectivo de sua atuação nas décadas passadas, recolhe experiências e ensinamentos do movimento socialista a fim de abrir novas perspectivas às forças revolucionárias.

**O Partido nasce e amadurece na experiência da luta de classes contra a burguesia**



A idéia da criação do partido da classe operária nasce simultaneamente com a elaboração científica

da teoria da transformação radical da sociedade. Surgem intimamente ligadas ao Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, de 1848, documento que, há quase século e meio, norteia a luta de emancipação dos explorados e oprimidos.

O Partido e a teoria do socialismo mostram-se inseparáveis. A teoria explica a natureza do mundo social em que vivemos, revela as leis objetivas em curso na sociedade, ilumina o caminho. Entretanto, como dizia Marx, não se trata apenas de interpretar o mundo, mas principalmente de transformá-lo. O instrumento imprescindível da transmutação é o partido da classe operária que dirige a luta revolucionária. Sem um autêntico partido do proletariado, que se renova permanentemente, não haverá revolução, nem construção da nova vida. Tampouco se desenvolve a teoria, fraqueja a direção da luta de classes.

A idéia da construção desse partido não surge pronta e acabada. Envolve um processo de elaboração da experiência da luta de classes contra a burguesia, de aprendizagem da arte de comandar grandes massas em combates renhidos. Marx e Engels esboçaram de maneira geral a doutrina do partido, indicaram seus traços essenciais. Tomaram parte na I Internacional que viveu a epopéia imortal da Comuna de Paris. Foi Lênin, porém, quem formulou e enriqueceu a teoria da construção do partido. Desde o fim do século passado, dedicou-se a edificar a organização revolucionária para pôr termo à dominação retrógrada dos czares e instaurar, na velha Rússia, o regime mais avançado da nossa época - o socialismo. Ele criou a corrente bolchevique, leninista, que se consolidou na luta contra o oportunismo e o centrismo.

A questão-chave da construção partidária está na ideologia. Desde Marx e Engels assim o é. De modo geral, não se trata de organizar um partido qualquer, à imagem e semelhança dos que existem no sistema da burguesia, mas um partido baseado na ideologia da classe operária, o marxismo-leninismo, dou-

# O tempo não pára. O socialismo vive!



trina que fundamenta o caminho da derrubada do capitalismo e de suas instituições obsoletas, bem como a via para edificar o socialismo e o comunismo. "O proletariado" - dizia Lênin - "deve aspirar a fundar partidos políticos independentes, cujo objetivo fundamental seja a conquista do poder político pelo proletariado com o fim de organizar a sociedade socialista."

Ao Partido cabe disseminar e defender a concepção proletário-revolucionária do mundo elaborada por Marx e Engels na metade do século passado e desenvolvida por Lênin e outros combatentes de vanguarda. É uma importante batalha da luta de classes para ganhar a mente e o coração das grandes massas trabalhadoras, particularmente do proletariado. Na sociedade capitalista predominam as velhas concepções burguesas, pequeno-burguesas e mesmo feudais. Não é fácil abrir caminho à nova concepção. A burguesia não apenas detém o domínio de sua ideologia, como domina os instrumentos de divulgação e defesa dessa ideologia. Mobiliza a imprensa, o rádio, a televisão, dispõe das universidades e dos centros culturais. Utiliza largamente a religião. Além do mais, onde surge o Partido a burguesia começa a perseguição política para impedir a difusão das idéias revolucionárias e a conquista das massas para essas idéias. Pressiona no sentido de o Partido silenciá-las e dedicar-se unicamente às lutas econômicas e políticas no quadro geral da dominação burguesa.

**Para atuar como dirigente, o Partido da classe operária deve fazer política**



As concepções da burguesia tomam variadas formas - liberais, social-democratas, tradeunionistas, nacionalistas, fascistas, integracionistas com o chama-

do Primeiro Mundo, etc. Todas têm o propósito de manter o regime capitalista, e também de desviar o proletariado dos seus objetivos revolucionários. Justificam as mazelas do capitalismo. Apontam o socialismo como utopia. Ou pretendem reformar o sistema caduco, "eliminando" seus aspectos mais bárbaros.

Portador da concepção proletário-revolucionária, o Partido deve contrapor-se todo o tempo ao conjunto das idéias reacionárias da burguesia. Não pode manter-se em posições contemplativas, espontaneístas, porque as concepções dominantes acabam se refletindo também na organização partidária. Se não luta tenazmente contra semelhantes manifestações estranhas aos interesses do proletariado, acaba perdendo a própria razão de ser. Converte-se no partido das reformas, numa entidade social-democrata de conciliação de classes, em um partido operário burguês.

Indiscutivelmente, o Partido não se limita a difundir suas concepções doutrinárias. Se assim o fizesse cairia em posições mecanicistas, escolásticas. Para cumprir o seu papel de dirigente das massas, tem de fazer política. Deve ser um partido não apenas "ideológico", mas essencialmente político, o que significa adotar táticas amplas a fim de mobilizar aliados e ajudar os trabalhadores a realizar suas próprias experiências, a obter conquistas sociais e democráticas que facilitem o avanço do movimento revolucionário, a combater eficazmente a espoliação imperialista. Essa atividade deve refletir, porém, uma relação necessária com os objetivos maiores a serem alcançados. O partido não pode perder o norte, pôr à margem seus objetivos estratégicos, ceder em matéria de princípios.

Quando, em 1875, o partido social-democrata alemão discutia o programa de Gotha, Marx e Engels opuseram-se energicamente às concessões que nele se fazia a Lassalle, sob o pretexto de unificação das forças revolucionárias. "Já que é necessário unir-se" - dizia Marx - "pactuai acordos para alcançar os objetivos práticos do movimento, mas não trafiqueis com

os princípios, não façais 'concessões' teóricas".

No transcurso de várias décadas, o Partido Comunista, em nível mundial, viveu experiências diversas. Conquistou o poder na União Soviética; dirigiu a luta armada vitoriosa do povo chinês; expandiu, como nunca, sua influência política entre as massas. Sofreu também sérias derrotas. A vida mostrou que os altos e baixos do movimento operário revolucionário, os êxitos e os reveses estão ligados à questão do Partido. E essa questão reside fundamentalmente na ideologia. Onde o Partido descure sua formação ideológica, ou se deixa envolver pelas concepções burguesas ou pequeno-burguesas, retrocede, não cumpre sua verdadeira finalidade.

**Uma rica trajetória  
para se  
forjar a organização  
política  
do proletariado**



Já é longa a trajetória do Partido Comunista do Brasil na busca de se tornar uma verdadeira organização de vanguarda do proletariado. Nestes setenta anos de existência, o Partido realizou permanente atividade em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo. Seu nome está ligado a todas as lutas de sentido progressista que se efetuaram no país. Após sua reorganização, em 1962, enfrentou a repressão fascista da ditadura militar, recorreu à luta armada no Araguaia pela liberdade e os direitos das massas oprimidas. Avançou como corrente política de vanguarda.

Entretanto, não tem sido fácil a assimilação em maior profundidade da ideologia proletário-revolucionária. O fato de pertencer às fileiras da III Internacional, de basear-se nas indicações gerais da Internacional Comunista, por si sós, não asseguravam ao Partido sua identidade plena com a teoria comprovada da construção partidária. Fatores objetivos e subjetivos dificultaram a formação ideológica de sentido leninista.

Em 1922, quando foi fundado o Partido Comunista do Brasil, o marxismo era praticamente desconhecido no país. Em outras nações da América Latina, como o Chile e a Argentina, desde o terço final do século passado, várias obras de Marx e Engels haviam sido editadas. No Brasil, somente na década de 20, aparece, em circulação restrita, o Manifesto do Partido Comunista, de 1848. As concepções existentes no movimento social tinham caráter anarquista ou anarco-sindicalista sustentadas por imigrantes estrangeiros. Durante muitos anos, o Partido ressentiu-se da falta de conhecimentos teóricos, mesmo superficiais. Ainda que tivesse adotado o marxismo como fundamento de sua atividade, não era intérprete autêntico da doutrina proletária, revolucionária.

Nos anos iniciais de sua atuação, afloram fortes tendências sectárias. Confunde-se a ideologia proletária com o sectarismo. O Partido não consegue sair dos círculos restritos de seus poucos militantes, ainda que se esforçasse por integrar-se com a classe operária. Ao final dos anos 20 e início da década de trinta, responde ao chamamento da Internacional Comunista em favor da proletarização dos Partidos operários com a adoção de uma política extremamente nociva. A proletarização foi concebida não como elemento ideológico da formação partidária mas como modo de vida dos comunistas. É um período em que se devia ser proletário não pela concepção avançada, revolucionária, mas pelo modo de vestir ou comportar-se na sociedade. Muitos intelectuais calçavam tamarcos, usavam roupas que se pareciam com a dos trabalhadores da época.

Após a chamada revolução de 30, na qual o Partido esteve ausente, houve um esforço sadio para alargar sua atividade e influência no país. Editam-se jornais legais, defendendo a orientação partidária. Desenvolve-se a atuação política, particularmente no movimento sindical reformista nascente. Ensaia-se, no campo ideológico, um combate às tendências pequeno-burguesas que toma a forma de luta contra o prestígio, antecipando o ingresso de Luís Carlos Prestes no Partido. Não teve maior repercussão, refletiu posições mecanicistas, mal formuladas, que gerou incompreensões entre os militantes.

A partir de 1934/35, o Partido orienta corretamente sua atividade para a luta contra o fascismo. Cria-se a Aliança Nacional Libertadora. Prestes, com o apoio da Internacional Comunista, torna-se o centro do movimento político. É uma época em que o nazi-fascismo ameaça o mundo inteiro. Com Prestes, aderem ao Partido numerosos oficiais das Forças Armadas que vinham do "tenentismo". Acentuam-se as concepções nacional-revolucionárias que encontram campo fértil no fato de que o Brasil é um país sob dominação do imperialismo, desejoso de emancipar-se da tutela dos monopólios estrangeiros. Pouco se fala do caráter proletário do Partido e de seus objetivos fundamentais.



**Não se pode rebaixar  
o papel do  
Partido como força  
que visa a  
revolução socialista**

A concepção nacional-revolucionária ganha espaços cada vez maiores. Não encontra contestação doutrinária nas fileiras partidárias. O fato de que a estratégia do Partido circunscreve-se às tarefas nacionais e democráticas facilita essa expansão. Certamente, faziam-se declarações, sobretudo apoiadas em materiais soviéticos, de adesão ao marxismo-leninismo e a



a respeito da construção de um partido da classe operária. Isso acontecia formalmente, nominalmente, sem correspondência com a vida real levada pelo Partido, impregnada do democratismo limitado e do nacionalismo atuante.

As constantes repressões aos comunistas, que perduram largo tempo, reforçam essa tendência devido a que a atividade partidária restringe-se, em boa parte, à defesa dos interesses nacionais, como a campanha em favor da siderurgia, do petróleo, da emancipação de empresas estrangeiras tipo Light, etc. Os comunistas participam de greves, e até comandam greves gerais, como também lutam pela terra para os camponeses. Porém, com objetivos muito limitados. Não se educa o proletariado e as massas populares no sentido das tarefas essenciais - a substituição da burguesia e de seus aliados no poder, a conquista do socialismo.

As idéias nacionalistas conduziram, mais tarde, no governo Kubitschek e, em certa medida no de João Goulart, ao denominado desenvolvimentismo. Criou-se toda uma "teoria" a esse respeito que pretendia ser o caminho do progresso nacional, com a participação de numerosos quadros intelectuais do Partido. É de notar que o desenvolvimentismo de Kubits-

chek incluía, ou melhor, baseava-se na abertura do país às multinacionais. Sua propaganda de 50 anos em 5 apoiava-se precisamente na atração de capitais estrangeiros.

É correto lutar por reivindicações nacionais e democráticas, assim como pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Nesses embates aumenta o prestígio do Partido entre largos setores da população. São tarefas políticas de muita importância. Nem por isso, deve-se rebaixar o papel do Partido como força que objetiva transformar radicalmente a sociedade. Os comunistas lutam como proletários-revolucionários e não simplesmente como reformistas ou nacionalistas burgueses. Esforçam-se por fazer avançar a consciência política das massas, procuram ajudá-las a compreender as metas programáticas do Partido.

Nos anos 50, o Partido Comunista do Brasil realiza inúmeros e variados cursos de marxismo. Nesses cursos discute-se a teoria revolucionária, ainda que repetindo simplesmente textos conhecidos. Numerosos quadros partidários estudam em Moscou, na Escola Superior do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em 1954, com a elaboração de um programa

para o Partido, afloram temas teóricos relacionados com o contexto programático. Contudo, ainda que o programa significasse um relativo avanço na orientação geral, não abordava os problemas fundamentais de uma justa estratégia revolucionária. Toda essa atividade desperta, porém, interesse nas fileiras comunistas para as questões de cunho político-ideológico, embora ainda muito confusas.

### **8.º Congresso promove um salto decisivo na formação ideológica do Partido Comunista**



Os acontecimentos decorrentes da realização do 20.º Congresso do PCUS, em 1956, dão um impulso novo às expectativas que se vinham criando no PC do Brasil. Esse Congresso define os campos no terreno político e fundamentalmente no ideológico. É uma virada de 180 graus nos rumos seguidos pelo PCUS. Doutrinariamente, do marxismo-leninismo se passa ao revisionismo contemporâneo que inicia a transição de volta ao capitalismo na URSS.

Em nosso país, o Partido resiste às tentativas de uma corrente oportunista que tentava assenhorear-se da direção nacional, logo após os ataques raivosos de Kruschov a Stálin. Mas com o golpe militar de 1957, na União Soviética, que liquidava a velha guarda bolchevique, o PC do Brasil, com Prestes à frente, adere às teses revisionistas. Em 1958, edita uma orientação reformista de cunho burguês. Vários quadros dirigentes são afastados de seus cargos. Politicamente, o Partido busca o caminho do legalismo comprometido.

Entre os quadros revolucionários inicia-se um processo de discussão que repercute no Comitê Central. Em 1960, é convocado o V Congresso do Partido para o ajuste de contas com os que resistiam à orientação oportunista e para consolidar os rumos de direita.

No curso da realização do V Congresso vai-se destacando um núcleo revolucionário que contesta não apenas a linha política, mas a própria inconsistência ideológica da contextura partidária. Esse núcleo rapidamente consolida suas posições e reage ao liquidacionismo posto em prática, em 1961, por Prestes e seus seguidores, que criaram novo partido descomprometido com o marxismo-leninismo e com as tradições revolucionárias do movimento operário.

A reorganização do Partido Comunista do Brasil, efetuada na Conferência Extraordinária de fevereiro de 1962, é um passo importante na luta de muitos anos pela formação de uma autêntica vanguarda da classe operária. Da Conferência saiu o Manifesto-Programa no qual se afirma que os males que o país defronta encontram-se no regime das classes dominan-

tes - os latifundiários, os imperialistas, particularmente os norte-americanos, e os grupos monopolistas da burguesia. No Manifesto, chamam-se os trabalhadores e o povo a lutarem por um novo regime, e um governo popular revolucionário.

Desde então, o PCdoB vem-se afirmando como corrente marxista-leninista.

Aprofunda a crítica e a autocritica dos erros e dos desvios do passado. Toma parte ativa no combate ao revisionismo contemporâneo. Os 6.º e o 7.º Congressos do Partido assinalam avanços na formulação de uma linha política correta que facilitou, inclusive, a plena legalização do Partido.

Mas é o 8.º Congresso recém-realizado que promove o salto decisivo, culminando um longo processo de luta por uma verdadeira organização de vanguarda, marxista-leninista. "O Partido que somos e queremos ser" - assinala o Informe ao Congresso - "é diferente das organizações liberais ou reformistas burguesas e pequeno-burguesas. Somos um partido de classe e de feição proletário-revolucionária." Vale dizer, diferente não apenas na forma, mas principalmente no conteúdo, nas concepções que se defende. Em contraste com as concepções burguesas ou pequeno-burguesas, o Partido propaga as concepções do proletariado revolucionário que objetivam a transformação radical da sociedade. Alcançamos, assim, um novo patamar na definição e concretização da ideologia que nos é própria. Procuramos ser efetivamente um Partido de tipo leninista.

Chegamos a essas conclusões no curso do grande debate sobre a crise do socialismo, particularmente das causas da derrota sofrida na União Soviética em 1956/57, bem como do exame crítico da nossa experiência. Na URSS, predominou, no confronto ideológico, a corrente pequeno-burguesa, revisionista. O PCUS, em que pese as suas tradições meritórias, não esteve à altura das exigências que lhe eram impostas como organização leninista. Fato que destaca mais ainda a necessidade do Partido proletário-revolucionário sempre revolucionário, à semelhança do que forjou o chefe glorioso da Revolução de 1917 na Rússia.

A batalha por edificar esse tipo de Partido no Brasil não se encerra com as indicações do 8.º Congresso. É preciso assimilar os fundamentos da teoria de Lênin sobre o Partido e aprofundar nossa compreensão acerca do verdadeiro papel da organização proletária. Em todas as circunstâncias, deve-se combater em prol dos interesses fundamentais, presentes e futuros, da classe operária. Objetivar, desde já, a conquista do socialismo.

Construir um forte e combativo partido proletário-revolucionário, marxista-leninista, é a grande tarefa de nossos dias. ■



# A nova estratégia pelo socialismo

ALDO REBELO

*Entre as resoluções do 8.º Congresso do PCdoB destaca-se a substituição do conceito de revolução em duas etapas pela consigna de luta, desde já, pelo socialismo*

**A** alteração na formulação estratégica se fazia necessária, correspondia às exigências do atual período da luta de classes no Brasil e no mundo. Não realizá-la seria subestimar as responsabilidades do PCdoB ante as ricas experiências políticas vividas pela classe operária e pelo povo brasileiro nos últimos anos e frente aos importantes acontecimentos que, partindo da União Soviética e Leste Europeu, colocaram o socialismo em pleno foco do debate político e ideológico mundial.

Desde as eleições de 1945, quando o Partido Comunista concorreu com chapa própria - tendo apenas um espaço de vinte dias entre a conquista da legalidade e a realização do pleito, uma disputa eleitoral não apresentava frente a frente e em campos bem demarcados, os partidos ligados à luta popular e às organizações conservadoras da sociedade.

Na eleição municipal de São Paulo, em 1988, uma coligação de partidos de esquerda disputou e venceu os candidatos conservadores na maior cidade do país. O campo estava aberto para a formação da Frente Brasil Popular em 1989 e o confronto entre as elites e as correntes populares na sucessão presidencial redimensionou a luta eleitoral no Brasil depois de mais de quarenta anos.

Mesmo as vacilações e atitudes dúbias adotadas pelo partido majoritário da coligação não impediram que aos olhos das massas o conflito surgisse com seus contornos claros entre dois campos distintos: as classes dominantes, entrincheiradas na candidatura Collor, versus as aspirações das massas por mudanças expressas na candidatura Lula da Frente Brasil Popular.

Logo o PCdoB descobriu o sentido estratégico daquela aliança, o que registrou em documentos da

época. Ao fazê-lo, porém, não se prendia à coligação partidária ali representada, mas fundamentalmente ao conteúdo e ao sentido daquela união, à base social e de massas que lhe dava sustentação.

Foram, de fato, os operários da cidade e do campo - a imensa massa de assalariados urbanos e setores significativos das camadas médias - que fizeram pulsar a Frente Brasil Popular pelo país afora. O contato intenso das multidões, com os discursos contestadores da Frente, seja nas praças e comícios ou através da televisão; a simbologia das bandeiras vermelhas tingindo o cenário das mobilizações populares contrastavam radicalmente com o discurso vazio e mistificador das elites.



**A reformulação da estratégia se ajusta ao anseio radicalizado das massas populares**

Nem as massas nem o Partido poderiam passar incólumes por esta experiência. No conjunto, os horizontes das massas iam além das expectativas da vanguarda, à exceção do Partido Comunista do Brasil. Lula, depois das eleições, chega a ironizar seus economistas, que estariam à direita de Mailson da Nóbrega, tais as idéias que passaram a defender no final da campanha para questões como dívidas externa e interna. (1)

Hoje a reformulação estratégica para o socialismo adotada pelo PCdoB surge como uma espécie de ajuste de contas com as camadas populares radicalizadas que fizeram saltar para a primeira linha da bata-

lha eleitoral a Frente Brasil Popular, com seus sentimentos difusos por transformações sociais profundas.

Dos escombros do outrora colosso soviético, o capital comandou a ofensiva jamais vista contra os oprimidos de todo mundo. Em todos os sentidos havia cerco e aniquilamento: político, social, ideológico. Da agonia do sistema que desmoronava no Leste da Europa, os monopólios pretenderam produzir um monstro capaz de, a um só golpe, demolir não apenas as conquistas sociais históricas dos trabalhadores, mas também suas organizações, seus símbolos, sua história.

O fogo de metralha anticomunista atingiu em cheio as organizações centristas do movimento operário. Algumas simplesmente abandonaram símbolos, consignas e bandeiras e passaram a festejar o reino eterno do lucro e as virtudes da propriedade privada. Outras, se deixaram apanhar em meio ao tiroteio completamente desnorteadas, negando-se a proclamar a rendição diante do anticomunismo mas sem opor uma resistência séria à avalanche do capital.

Dessa maneira, o quem é quem entre as organizações que se reivindicam socialistas deixou de ser algo natural e perceptível a olho nu, que não precisasse ser reafirmado. Ao colocar no centro de sua estratégia a luta pelo socialismo, o PCdoB renova os marcos da linha fronteira que o separa das correntes centristas sinalizando para as massas atingidas pela propaganda burguesa que, em meio a tempestade anti-socialista, uma pequena esquadra não soçobrou nem seus navegadores alteraram a rota que segue vermelha, socialista e revolucionária.

É verdade que o Partido pagou um certo preço pela formulação das duas etapas, principalmente pelo senso comum que se fazia delas - duas revoluções, sendo a primeira antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária, só depois surgindo no horizonte distante a etapa socialista. Também é verdadeiro que proceder tal mudança no auge da luta pela redemocratização poderia confundir o objetivo imediato da conquista de liberdades políticas e do fim do regime militar em favor de uma miragem socialista inalcançável a curto prazo. Os trotsquistas sempre foram mestres em estender iscas socialistas às massas, menos por amor ao socialismo e mais por desprezo às legítimas aspirações democráticas dos trabalhadores.

Rigorosamente o Partido não se traiu por suas palavras pois, desde 1962, ou se quisermos ir mais longe, desde 1954, sustenta em seu programa a necessidade de um tipo de poder absolutamente distinto, no conteúdo e na forma, do poder exercido pelas classes dominantes. Ocorreu que o Partido ficou prisioneiro de um certo esquema que terminava por dar ao seu pensamento um conteúdo distinto da sua forma.

Como interpretar a "hegemonia da classe operária, a direção do Partido Comunista, a aliança operário-camponesa", presentes no tipo de poder proposto pelo Partido desde 1954? (2) O problema surgiu a partir do mo-

mento em que separou-se politicamente tais expressões do início concreto da construção do socialismo.



### **As razões de Lênin na virada revolucionária de abril de 17 rumo ao socialismo**

Não custa levantar as razões de Lênin quando deparou-se com o problema na encruzilhada revolucionária da Rússia, em abril de 1917.

"Qual a primeira etapa? A passagem do poder à burguesia." (3) Lênin perguntou e respondeu aos velhos bolcheviques enredados nas suas próprias palavras-de-ordem.

"A passagem do poder de uma classe a outra é o caráter principal, fundamental, de uma Revolução, tanto no sentido estritamente científico, como no sentido político e prático da palavra", dizia Lênin e prosseguia:

"Assim, a revolução burguesa, ou democrático-burguesa, terminou na Rússia. 'Perplexos, os velhos bolcheviques insistiam que em abril de 1917 a revolução agrária, em essência democrático-burguesa, não havia sido concluída na velha Rússia, ou melhor, sequer havia sido iniciada.

Lênin lançou-se com fúria sobre seus velhos camaradas:

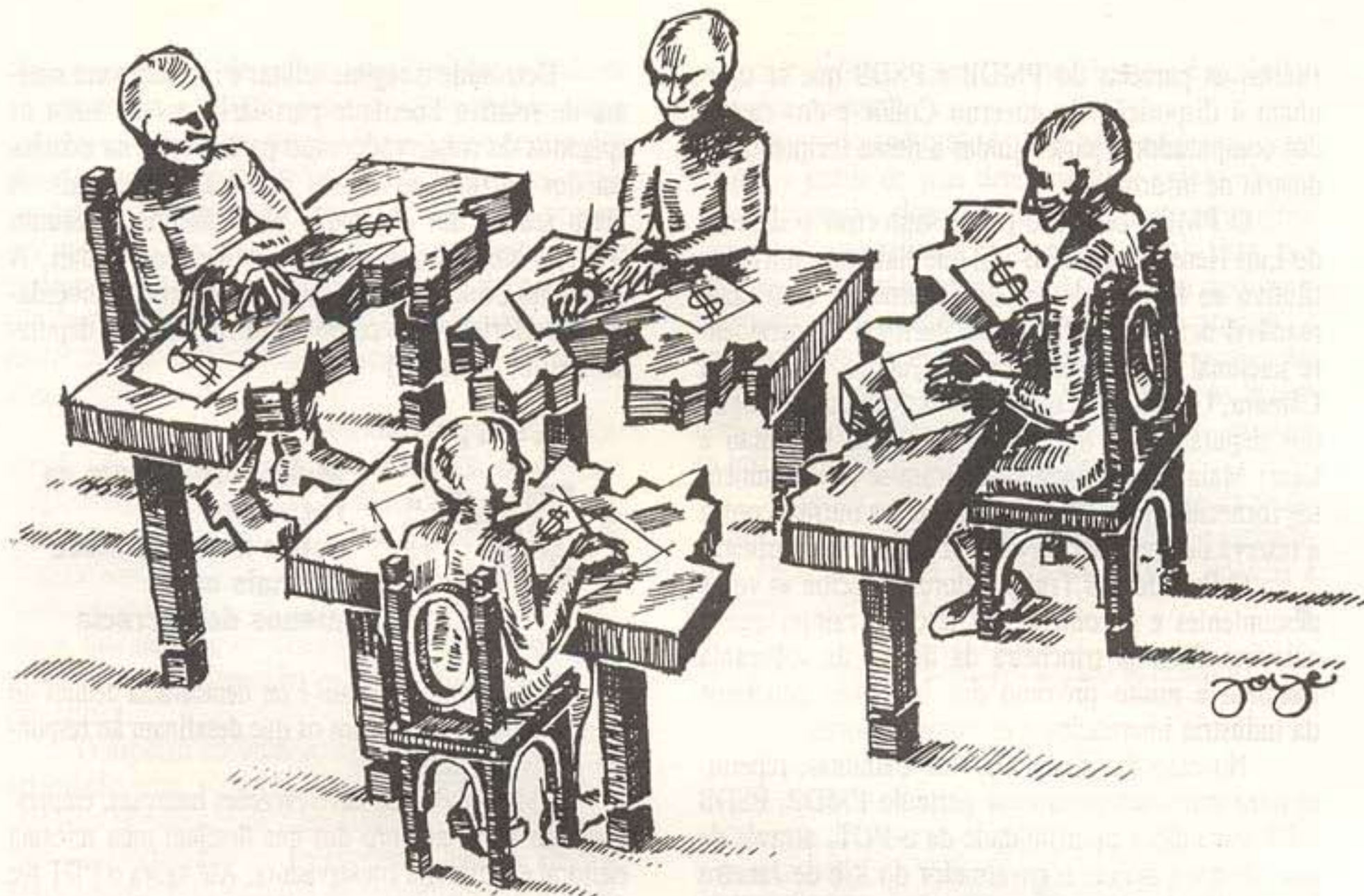
"As palavras de ordem e as idéias dos bolcheviques foram, no conjunto, inteiramente confirmadas pela história; mas na realidade concreta as coisas se passaram diferentemente, de uma forma que não poderíamos (e ninguém poderia) prever: de uma forma mais original, mais curiosa, mais matizada. Ignorá-lo ou esquecê-lo seria juntarmo-nos a estes 'velhos bolcheviques', que mais uma vez desempenharam um triste papel na história de nosso Partido, repetindo estupidamente uma fórmula aprendida de cor, em lugar de estudar o que havia de original na realidade nova, viva". (4)

Insatisfeito, foi buscar nas palavras de Mefistófeles do Fausto de Goethe, a expressão que lhe inspirava o momento vivido: "Cinzenta é a teoria, meu amigo, mas verde a árvore eterna da vida." (5)

O que viu e fez Lênin de novo ao desembarcar na estação Finlândia de Petrogrado, em abril de 1917?

Viu as transformações políticas pelas quais havia passado a sociedade russa, a chegada ao poder de uma nova classe - a burguesia - em substituição à aristocracia czarista. Viu a presença dos operários e camponeses empurrados para o primeiro plano da cena política pela revolução democrática de fevereiro.

E então viu o mais importante: a necessidade de fazer girar o centro de gravidade da estratégia dos bolcheviques, da questão das *tarefas* da Revolução para a esfera do *poder político*. Era o que não conse-



guiam enxergar os velhos bolcheviques: a primeira etapa da revolução estava encerrada.

Esta revolução burguesa já ocorreu no Brasil na medida em que isso signifique o exercício do poder pela burguesia em toda a sua plenitude. Na economia, nas instituições políticas, nos domínios da vida pública e privada, nas superestruturas da sociedade, o predomínio burguês se faz sentir em todo o seu apogeu. Se tarefas de cunho nacional e democrático foram deixadas à margem, explica-se pelo tipo de burguesia transgênica que empalmou o poder entre nós.

### O beijo de Judas da burguesia na luta em torno do código de propriedade industrial



Além da presença direta do capital imperialista, formou-se, no Brasil, uma grande burguesia ligada aos interesses dos monopólios internacionais. O tipo de capitalismo dependente, que foi sendo construído dentro da lógica do capital financeiro internacional, condicionou as demais frações das classes dominantes a uma existência subalterna, dependente ora de capitais e tecnologia, ora de mercados externos, apartada cada vez mais - as exceções servem apenas para confirmar a regra - das aspirações nacionais.

Um exemplo desse tipo de burguesia é a que comanda o setor de papel e celulose. Dotada de moderna tecnologia, seu capital é 90% nacional, responde por 1,5% do PIB (algo em torno de 5 bilhões de dóla-

res) e exporta, aproximadamente, 20% do papel e 30% da celulose que produz. (6)

A composição majoritariamente nacional de seu capital (boa parte subsidiada pelo Estado, diga-se de passagem), não impediu que o setor desse um beijo de Judas nos interesses nacionais quando se iniciou, no ano passado, o debate em torno da modificação do nosso código de propriedade industrial.

A relativa dependência do mercado externo fez com que o ramo de papel e celulose fosse atingido pelas retaliações norte-americanas levadas a efeito para pressionar o Brasil a adotar mudanças no seu código de propriedade industrial (Lei das Patentes), exigência dos monopólios norte americanos, europeus e japoneses para ampliar seu domínio sobre o mercado nacional de medicamentos e sementes (Leia mais sobre o assunto em outros artigos desta edição).

Foi o suficiente para as indústrias de papel e celulose se somarem aos laboratórios estrangeiros na pressão sobre o governo brasileiro para que este providenciasse imediatamente as alterações reivindicadas pelo grande capital internacional.

A exceção ficou por conta do setor farmacêutico nacional que, em parte, alinhou-se com o movimento sindical e tendências patrióticas na resistência aos monopólios internacionais e ao governo entreguista.

Outro indicador de que o desafio de assegurar definitivamente o desenvolvimento independente do país pertence à perspectiva de outras forças sociais e a outro tipo de regime é o comportamento dos partidos políticos de centro e centro-esquerda no Congresso Nacional.

No episódio da votação do fim da reserva de mercado para a informática eram absolutamente mino-

ritárias as parcelas do PMDB e PSDB que se opunham à disposição do governo Collor e dos cartéis dos computadores para liquidar a nossa incipiente indústria de informática.

O PMDB começou por desautorizar o deputado Luis Henrique (PMDB-SC) que elaborara um substitutivo ao Projeto de Lei do governo no qual fazia razoável defesa da informática nacional. O presidente nacional do partido, Orestes Quércia, o líder da Câmara, Genebaldo Correia e dois dos mais prestigiados deputados da agremiação, Alberto Goldman e César Maia, simplesmente armaram-se dos argumentos fornecidos pela IBM, Olivetti, entre outras, contra a reserva de mercado prevista na legislação brasileira.

O Partido dos Trabalhadores silenciou as vozes descontentes e encontrou um terceiro campo que o colocava fora da trincheira da defesa da soberania nacional e muito próximo dos interesses concretos da indústria internacional de computadores.

No caso da privatização da Usiminas, repetiu-se o mesmo desempenho por parte do PMDB, PSDB e PT surgindo a oportunidade de o PDT, através de sua liderança maior, o governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, convocar e desconvocar (sem explicação convincente) um comício contra a privatização da estatal.

O esforço para preservar liberdades políticas duramente conquistadas pelo povo é outra fonte que ajuda a esclarecer os limites dos horizontes democráticos das forças menos conservadoras da burguesia e frações reformistas da pequena burguesia.

O debate em torno do tipo de democracia e do grau de direitos políticos que correspondem aos interesses da maior parte da nação arrasta-se no Brasil pelo menos desde a metade do século passado.

Ainda no período do Império, liberais como Tavares Bastos apontavam nas restrições de nossa legislação eleitoral uma das causas do atraso da sociedade brasileira, brandindo contra a monarquia os direitos políticos existentes nos Estados Unidos e na Europa em contraposição à centralização restritiva que garantia a influência conservadora. (7)

Mais tarde, o controle exercido pelas oligarquias regionais sobre a vida política nacional, particularmente de São Paulo e Minas, desencadeou as rebeliões dos anos vinte que desaguarão na deposição de Washington Luís e na ascensão de Getúlio Vargas, através da chamada Revolução de 30. Pouco depois o próprio Getúlio invocaria o pretense clima de excessiva liberdade para decretar o Estado Novo e sufocar os direitos políticos a partir de 1937.

Instaurado o regime militar em 1964, generais, brigadeiros e almirantes logo enxergaram no número exagerado de siglas partidárias um dos males a serem extirpados do organismo nacional. Decretaram o AI-2, extinguíram os partidos políticos e inauguraram o bipartidarismo que permaneceu até 1979.

Derrotado o regime militar e instalado um sistema de relativa liberdade partidária, eis de volta os epígonos do conservadorismo para revelar na existência dos partidos as causas dos males nacionais. A Fiesp realiza um seminário para discutir o assunto (1991) e conclui que o país tem partidos demais. A direita no Congresso orchestra as restrições às liberdades partidárias tendo como primeiro violino o deputado Delfim Netto. (8)



### Muitos desafinam na resposta sobre a necessidade de mais ou menos democracia

O problema do Brasil é ter democracia demais ou de menos? Não são poucos os que desafinam ao responder a esta pergunta.

PMDB e PSDB, salvo exceções honrosas, emprestam suas vozes ao coro dos que desejam uma reforma eleitoral e partidária conservadora. Até agora o PDT fez de conta que não é com ele. O PT grita contra a pena de morte para os pequenos partidos mas sua proposta está muito distante da radicalidade democrática que muitos deles podiam esperar.

O que temem as elites e por que vacilam as correntes de centro e centro-esquerda?

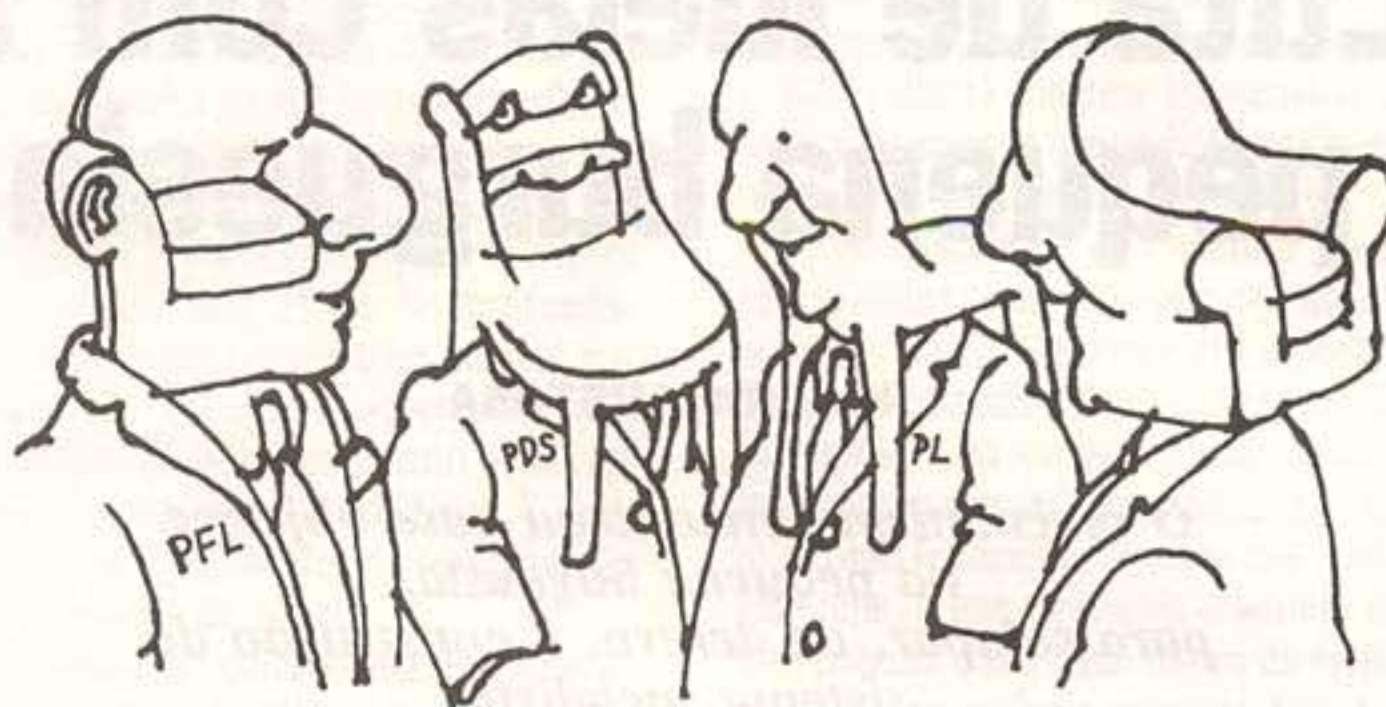
Certamente as classes dominantes, por mais obtusas que possam parecer, sabem que o PCdoB não elegeu e nem tem condições de eleger, por breves tempos, o presidente da República, nem há no país qualquer corrente revolucionária que tenha elegido governadores, nomeado ministros ou que possa ser responsabilizada pela crise existente no país. A direita sabe ainda que, se há legendas de aluguel, elas foram improvisadas pelas próprias forças conservadoras, como é o caso do PRN do atual Presidente da República, montado pela máquina do governo de Alagoas seis meses antes das eleições presidenciais.

Na verdade a direita teme pelo papel que, em clima de ampla liberdade, possa desempenhar um personagem sempre excluído nos momentos de encruzilhada da vida do país: o povo. Em segundo lugar, teme que a legião de deserdados encontre um refencial político e revolucionário num momento destes.

Se a crise é inevitável - raciocinam os dominantes - que seja administrada no próprio condomínio conservador ou, no máximo, por quem majoritariamente não cavalgue a radicalização e a ruptura da ordem.

Por esta razão só um regime político novo, construído de fora e contra a ordem estabelecida, pode assegurar a expressão política das multidões oprimidas e excluídas, desde que nelas resida a força real de sua sustentação.

Que tipo de ordem e de regime pode assim se constituir senão no socialismo?



Ao fazer a crítica dos partidos e organizações de centro e centro-esquerda não negamos a necessidade de com eles promover acordos e alianças, nem reafirmamos o papel que podem desempenhar na resistência aos aspectos mais perversos da ofensiva neoliberal.

Mesmo no PMDB ainda há elementos de convicções democráticas e patrióticas, muitos dos quais ali permanecem por conveniências eleitorais e regionais.

O próprio PDT, a par dos afagos em Collor por seu líder nacional, Leonel Brizola, tem sido voz constante no Congresso a denunciar os planos entreguistas do governo, o mesmo ocorrendo com um grupo de deputados do PSDB que desafia o discurso do grande capital repetido com rotina pelo líder da bancada José Serra.

No caso do PT, foi sua base de massa radicalizada e seu discurso sindicalista que ajudaram a cimentar a grande campanha da Frente Brasil Popular em 1989, perfil que mantém até os dias de hoje, mesmo considerando a flexão para o centro-esquerda que procedeu em seu último Congresso.

Ao contrário de negar a política ampla até hoje adotada pelo Partido, a estratégia socialista exige sua reafirmação. A acumulação de forças por parte do movimento operário e popular está condicionada à busca permanente de aliados, ao desafio de unir em torno das bandeiras por transformações radicais a imensa classe operária urbana e rural, as gigantes parcelas do povo na sua diversidade regional, cultural e religiosa, contingentes significativos das camadas médias urbanas e de neutralizar setores da pequena e média burguesia.

Buscar desde já o socialismo, longe de ser a negação das tarefas democráticas e nacionais, significa confiá-las a forças sociais poderosas, capazes de identificar como o seu próprio o futuro da nação.

Ao propor a saída socialista para a prolongada e dolorosa agonia nacional, o PCdoB se atribui o

desafio de encabeçar a elaboração de projeto nacional para o Brasil, representativo das forças sociais mais avançadas da nação em contraponto ao caminho sinistro percorrido pelas classes dominantes e em oposição à impotência e perplexidade das correntes vacilantes que atuam na sociedade.

Logicamente os passos concretos, bem como a marcha e o ritmo na construção da nova sociedade, serão ditadas pela correlação de forças interna e externa existente em cada momento, pelo êxito na elevação do padrão de vida material e espiritual dos trabalhadores, pela capacidade do partido ou partidos que se lançarem a este desafio de atuar em consonância com nível de consciência, de organização e mobilização das massas. ■

ALDO REBELO - Jornalista e deputado federal pelo PCdoB/SP.

## NOTAS

- (1) Citado por PAIVA, Carlos em *A Ditadura da Tecnocracia*; Teoria e Debate n.º 17, editada pelo PT. São Paulo, 1992.
- (2) CARONE, Edgar. *O PCB, 1943-1964*. São Paulo, Difel, p. 134, 135.
- (3) LÊNIN, Vladimir. *Teses de Abril, Cartas de Longe*. São Paulo, Vega, p. 59 e 60.
- (4) *Ibidem*.
- (5) *Ibidem*.
- (6) Dados fornecidos pela Associação Nacional das Indústrias de Papel e Celulose.
- (7) BASTOS, A. C. Tavares. *Cartas do Solitário*. Rio de Janeiro, Editora Tipografia da Actualidade, 1863.
- (8) Entrevistas ao jornal *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 24/03/92.

## BIBLIOGRAFIA

- Resoluções políticas do 6.º Congresso do PCdoB, 1983.
- Resoluções do 7.º Congresso do PCdoB. *A Política Revolucionária do PCdoB*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1988.
- Retrato do Brasil, São Paulo, fascículos da Editora Política, 1989.
- FERNANDES, Luis. *Evolução da Estratégia Comunista no Brasil*. Revista *Princípios* n.º 24. 45-51.
- Resoluções do 8.º Congresso do PCdoB, *O Socialismo Vive*. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1992.

# Luta de idéias com a pequena burguesia

ROGÉRIO LUSTOSA

*O revisionismo encontrou base objetiva na pequena burguesia, para solapar, de dentro, a construção do sistema socialista, e minar o partido do proletariado*

**“A** derrota do socialismo não se deu pelo enfrentamento direto com a burguesia. Esta tentou inúmeras vezes liquidar pela força o regime proletário. Particularmente, com a agressão da Alemanha de Hitler. Nada conseguiu, fracassou sempre. O socialismo foi esmagado por corrente que atuava no seio do movimento revolucionário.” (1)

No estudo da derrota do socialismo, muito se tem falado sobre o papel do revisionismo. Mas a observação acima diz respeito às condições que permitiram o revisionismo predominar no partido comunista e no poder, na URSS e em todo o Leste europeu. Tais causas tem raízes objetivas: a sobrevivência de vasta camada pequeno-burguesa durante a construção do socialismo.

Com a revolução, a burguesia é logo afastada do poder e dos meios de produção. No choque frontal com as massas, é alijada de suas posições, suas idéias são ostensivamente combatidas e desmascaradas, perde a capacidade de ludibriar a sociedade através dos meios de comunicação. Suas tentativas de voltar ao poder resultam em confrontos abertos - perigosos evidentemente. Mas, uma vez frustradas estas manobras, resta aos antigos dominadores uma reserva: a atividade sutil da pequena burguesia, que confunde-se com os trabalhadores, atua no movimento popular, infiltra-se nos aparatos estatais e no partido comunista, exerce significativa influência sobre o proletariado.

Politicamente, a pequena burguesia adota posturas de esquerda. Mas “objetivamente, opõe-se ao projeto do proletariado de construir uma sociedade de trabalhadores, de indivíduos iguais em direitos, sem classes, uma comunidade livre de privilégios e de para-

sitas. Orienta-se no sentido de amainar a luta revolucionária do proletariado(...) e dirigi-la pelo caminho das reformas”. (2)

A base de tal comportamento reside no fato da pequena burguesia ser uma camada intermediária. Não é propriamente possuidora dos meios de produção mas, indiretamente, usufrui de parte da mais-valia produzida pela classe operária. Não participa diretamente do processo produtivo, mas é sempre empurrada para o proletariado e, cada vez mais, obrigada a viver assalariada.

Por sua situação no processo produtivo, encontra-se entre o proletariado e a burguesia, oscila sem um projeto próprio. Ora adota posições ultra-radicais, ora cai no desespero e no desânimo. Embora com outra faceta, permanece existindo no socialismo. Na Rússia, “os democratas pequeno-burgueses (incluindo os mencheviques) vacilam inevitavelmente entre a burguesia e o proletariado, entre a democracia burguesa e o regime soviético, entre o reformismo e o revolucionarismo, entre o amor aos operários e o medo da ditadura do proletariado”. (3)



**Oposição a todo tipo de controle, tanto no capitalismo como na edificação socialista**

No socialismo, a pequena burguesia sobrevive, por longo período, ligada à pequena produção, ao pequeno comércio e agarrada nos aparatos burocráticos. À medida que encontra brechas no controle dos trabalhadores sobre o poder e a administração, trata de



expandir seus privilégios e interferir nos rumos da construção do novo sistema.

O camponês, dono de um reduzido pedaço de terra, é uma expressão da pequena burguesia. Mesmo quando associado em cooperativas, mantém-se vinculado à pequena propriedade. Tem objetivos gerais diferentes do proletariado. Apóia a revolução em função da pressão que sofre dos latifundiários. Mas desconfia e teme o avanço da socialização. Em determinadas situações, pode ser arrastado para posições contra-revolucionárias. Aqui no Brasil, é conhecida a forma como a UDR manipulou parcelas camponesas em sua campanha reacionária durante o funcionamento da Constituinte.

Também nas cidades, os proprietários de pequenas oficinas e fabriquetas de fundo de quintal, os artesãos, os trabalhadores autônomos, constituem uma camada imensa que, depois da revolução, sobrevive com sua atividade individual mas recebe os benefícios do socialismo.

Existem também outras maneiras, menos evidentes, das concepções individualistas e pequeno-burguesas se fazerem presentes. Os hábitos e costumes, a mentalidade forjada durante séculos pelos exploradores, que penetram em todas as camadas sociais, não se desfazem imediatamente com a tomada do poder pelo proletariado e com as mudanças na base material. A ideologia individualista, enquanto prevalece, conduz o proletariado a tomar muitas atitudes que, mesmo inconscientemente, vão contra os seus interesses fundamentais, dificultam a eliminação das heranças capitalistas e a construção da nova sociedade. Em particular, a norma de "levar vantagem em tudo" é um vício pequeno-burguês que solapa a discipli-

na no trabalho, escapa ao controle revolucionário, dificulta o planejamento.

Lênin, ao falar da pequena burguesia, assinala que ela, para manter suas regalias, "opõe-se a toda intervenção por parte do Estado, a todo inventário, a todo controle que emane de um capitalismo de Estado ou de um socialismo de Estado". (4) Esse modo de agir influencia, inclusive, a classe operária.

O predomínio da nova maneira de pensar, de acordo com os ideais revolucionários, é tarefa para várias gerações. "É preciso convencer das novas tarefas" - diz Lênin - "centenas de milhões de homens que viveram de geração em geração na escravidão e na opressão, sendo esmagada toda sua iniciativa: milhões de operários, que são membros dos sindicatos, mas ainda inconscientes politicamente, que não estão habituados a sentirem-se como donos." (5)

Nos órgãos da administração e de gestão das empresas socialistas, o novo regime é obrigado a contar com antigos capitalistas e elementos da intelectualidade burguesa. Lênin observa que "se não queremos cair em posições do utopismo puro e da fraseologia oca (...) devemos ter homens que dominem a técnica da administração, que tenham experiência estatal e econômica, e esses homens só podemos ir buscá-los na classe que nos precedeu (...) é necessário tomar a ciência e a técnica e pô-las a serviço de círculos mais largos, mas elas só podem ser tomadas à burguesia". (6)

Estes homens que dominam a técnica - especialistas em vários terrenos - encontram-se, nos primeiros passos do novo regime, em posição privilegiada. Trabalham para o proletariado em troca de certas condições vantajosas. "Não é possível obrigar toda uma ca-

mada social a trabalhar sob o regime do cacete. Os salários (elevados) representam um compromisso imposto pela luta de classes e não a aplicação do princípio de a cada um segundo seu trabalho". (7)

Esse compromisso tem seus riscos, evidentemente. Permite mobilizar em favor do progresso econômico um capital humano importante. Mas tem implicações ideológicas: dá força ao anseio de "levar vantagem", alimenta a tendência de sentir-se superior ao coletivo e fugir de suas regras e controles, facilita aos especialistas manterem sua influência sobre grande massa de trabalhadores com poucos conhecimentos - herança do regime de exploração.

### **Brechas no controle do poder e na administração das empresas no período de transição**



Além dos técnicos especialistas, "muitos latifundiários infiltraram-se nas explorações agrícolas soviéticas, e os capitalistas, nas diferentes 'direções gerais' e 'organismos centrais' como empregados, estão atentos para aproveitar, a cada instante, os erros do poder soviético e suas debilidades, com o objetivo de derrubá-lo". (8) Lênin diz ainda, em 1919, que "os grandes latifundiários e capitalistas não desapareceram na Rússia, mas foram totalmente expropriados e derrotados no terreno político como classe, e seus restos foram esconder-se entre os empregados da administração pública do poder soviético". (9)

Aqui é preciso compreender bem a realidade do regime de transição. A propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado socialista é parte do processo de socialização desses instrumentos. Só quando toda a população participar na administração será possível evitar que esses elementos burocráticos façam o jogo das velhas classes dominantes. Enquanto isso, durante longo tempo, os controles serão exercidos por uma representação do proletariado. E aparecerão certas brechas inevitavelmente. Lênin mostra que os soviets, "sendo por seu programa órgãos da administração exercida pelos trabalhadores, são, na prática, órgãos da administração para os trabalhadores, exercida pela camada de trabalhadores que constitui a vanguarda e não pelos trabalhadores em seu conjunto". (10) Na direção das empresas, o mesmo fenômeno se repete.

Alguns, vendo as coisas de forma mecânica, negam que o socialismo tenha sido implantado na URSS. Consideram um desvio do socialismo o fato de não se proceder a um controle direto imediato das massas sobre o poder e a administração, e de existirem especialistas com salários superiores ao do trabalhador médio. Desconhecem assim o essencial do socialismo, que é o seu caráter de transição. A separação entre o trabalho manual e o intelectual, entre as tarefas de

direção e de execução, assim como as formas de separação entre os produtores diretos dos seus meios de produção não desaparecem por mágica. O poder socialista existe exatamente para dirigir o processo e eliminar essas heranças da divisão de trabalho capitalista.

Lênin mostra que, após a revolução, existiam na Rússia cinco modos de produção: a forma patriarcal, a pequena produção mercantil de camponeses e artesãos, o capitalismo privado - no campo e na cidade -, o capitalismo estatal e o socialismo. Esta era a realidade e não a vontade dos comunistas ou de quem quer que fosse. Transformar esse intrincado de relações exigia medidas práticas, que permitissem alimentar o país e implantar o novo modo de produzir, e não apelos abstratos em nome de um socialismo puro.

Uma vez que o controle e a regulamentação da produção ainda não estavam efetivamente nas mãos do conjunto dos trabalhadores, existiam espaços - e existirão certamente nas mais diversas experiências - para certas práticas que favoreciam os especialistas burgueses e os elementos das antigas classes dominantes escorados nos aparatos administrativos e das empresas - com muita experiência acumulada e com laços de dominação estabelecidos há séculos.

Indiretamente, esses elementos conseguem certos mecanismos para se beneficiarem ainda do sobreproduto resultante do trabalho operário. Para isto, a velha "intelligentsia" esmera-se em exercer pressão sobre os operários e comunistas ocupados na administração - com pouca experiência e conhecimentos técnicos reduzidos.



### **Uma intrincada rede burocrática neutraliza comunistas que ainda não sabem dirigir**

Isto se agrava porque, nos primeiros tempos, principalmente, enormes contingentes da vanguarda têm que se ocupar das funções administrativas - enfraquecendo em parte seus vínculos diretos com as massas, ponto forte do partido comunista na mobilização revolucionária. Em 1919, 60% dos membros do partido comunista trabalhavam na administração e apenas 11% nas indústrias - quer dizer, muitos operários tiveram que se afastar de suas bases para colocar a máquina estatal em movimento.

Também nesse terreno, Lênin observou: "Falta cultura na camada de comunistas que governa (...) Os comunistas responsáveis da República Socialista Federativa da Rússia (RSFR) e do PC(R) poderão compreender que não sabem dirigir? Que julgam dirigir os outros quando, na realidade eles é que são dirigidos?" (11)

Ao analisar a relação desses dirigentes revolucionários com a intrincada rede de interesses mesquinhos e armadilhas, constituída pelos especialistas e burocratas,



tas saídas das velhas classes dominantes, Lênin faz analogia, no XI Congresso do Partido bolchevique, com casos da história em que, devido às desvantagens culturais, um povo conquista o outro e o povo conquistado é o vencedor enquanto o conquistador é o vencido.

É claro que esta batalha feroz se trava na surdina. Envolvida em fraseologia revolucionária - "para dar mais eficiência ao trabalho", "para obedecer às condições concretas", "para atuar com mais ciência e menos emoção", "para poupar forças da revolução" - visa diminuir os ritmos, desviar ou adiar certas atividades, amainar alguns controles. Além evidentemente de alguns convites camuflados - e às vezes descarados - para vantagens pessoais em detrimento do coletivo.

A luta de concepções tem base objetiva e é um processo permanente. Mas, em épocas de "desenvolvimento pacífico", perpassa a atividade diária sem manifestações ostensivas. Nas situações de viragem, nas crises, nos saltos a uma nova fase do desenvolvimento, nos momentos de dificuldades é que a disputa se intensifica. Pode então ocasionar a consolidação de plataformas distintas e provocar rupturas. Sensibiliza parcelas da opinião pública e reflete-se no interior do partido comunista. A luta tende a cristalizar-se em torno de indivíduos concretos ou de grupos, despontam lideranças que contestam os rumos do poder socialista e da direção do Partido.

Vale lembrar que na própria educação dos operários, durante um bom tempo, as limitações materiais obrigam o poder proletário a ceder para velhos hábitos. É sabido que grande parte da indústria russa foi destruída durante a I Guerra e nos três anos seguintes de guerra civil. Quando os trabalhadores vêm desaparecer essa base material, diz Lênin, "há incerteza, desesperança, falta de fé, que podem ser exploradas". E diz que, nessas condições, "o decreto estabelecendo prêmios para os operários, dando-lhes uma parte dos produtos fabris, constitui uma concessão a esse estado de espírito(...) Não se pode esquecer um instante sequer que fizemos e estamos fazendo uma concessão indispensável do ponto de vista estritamente econômico, do ponto de vista dos interesses do proletariado". (12)

Esses incentivos materiais - conquanto necessários em determinadas condições - não se enquadram na norma de "a cada um segundo seu trabalho". Conquistam a dedicação do trabalhador com base em seu interesse individual. Constituem uma concessão ao individualismo. Não se coadunam com a concepção de trabalho comunista, que é, "no sentido mais rigoroso e estrito da palavra, um trabalho não remunerado em benefício da sociedade (...) sem ter em conta qualquer recompensa, um trabalho por hábito de trabalhar para o bem geral e pela atitude consciente - transformada em hábito - perante a necessidade de trabalhar para o bem comum, um trabalho como exigência de um organismo são". (13)

Tudo isso é parte da luta de classes. E, em relação ao assunto que estamos abordando, implica em três frentes concretas: as transformações na base material que limitem o campo da pequena produção e ampliem o da grande produção socialista; a revolução cultural que possibilite o controle direto das amplas massas sobre o processo produtivo e o poder político; a atividade ideológica propriamente dita, que incentive o novo modo de pensar apoiado no coletivo em lugar do pensamento individualista.

O enorme esforço para dotar a URSS de uma indústria pesada moderna fez parte desse processo. Paralelamente, a prática dos planos quinquenais reduzia o terreno da influência da propriedade individual e o espaço de manobra da burguesia.

Foi realizado também um enorme esforço para forjar uma nova *intelligentsia*, dar conhecimentos científicos aos trabalhadores e promover novos técnicos às funções de comando.

Desde 1926 iniciou-se a formação de operários de choque, mobilizados para abolir os velhos métodos de trabalho, inovar e obter maior produtividade. Em 1933 já estavam em ação 5 milhões desses trabalhadores de vanguarda.



**A formação ideológica não mereceu o cuidado necessário para preparar o Partido**

Ao lado disso, investiu-se pesadamente na formação técnica. Entre 1928 e 31, milhares de trabalhadores passaram a frequentar escolas de engenharia e outras de nível superior. De 1930 a 33 chega a 1,5 milhão o número de novos engenheiros, técnicos e diretores que formaram-se em cursos de especialização.

A partir de 1928, diretamente sob a direção de Stálin, inicia-se uma campanha de promoção operária aos postos administrativos - os "especialistas vermelhos". Até 1933 cerca de 140 mil, na maioria sem partido, são promovidos e mais de 400 mil vão estudar. O movimento stakhanovista (iniciado por Stakhanov, destacado operário de vanguarda) - para renovar os métodos de trabalho, racionalizar e modernizar a produção - mobilizava 100 mil trabalhadores em janeiro de 1936 (dados citados por Charles Bettelheim).

Percebemos hoje que isto não foi acompanhado da atenção merecida no terreno ideológico. A promoção dos operários de vanguarda não assegura automaticamente o avanço das novas concepções. Ao se depararem com um corpo de funcionários viciados com as marcas pequeno-burguesas, muitos dos novos trabalhadores se deixam contaminar pela burocracia, se sua promoção não estiver escorada numa mobilização ideológica permanente.

As mudanças políticas e de concepções não avançam sem a atividade consciente e dirigida pelo parti-

do comunista. Caso contrário, os vencedores podem ser solapados e dominados pelas idéias das classes derrotadas, mas resolvidas a lutar por seus privilégios.

Desde 1936, existia no Partido bolchevique a idéia de que, na URSS, as classes dominantes já não existiam, e que a sociedade era composta de operários e camponeses, "com interesses amistosos", como afirmava Stálin no informe sobre o projeto de Constituição.

Não se levou em conta que, no período de transição socialista, "as classes permanecem e modificam-se, e a luta entre elas ganha outras formas", como advertia Lênin (14). E subestimou-se o fato de que a burguesia, embora desprovida de seus meios de produção, pode continuar sua atividade de sapa através da pequena burguesia.

Pode-se falar em interesses amistosos no terreno político em determinado período. Em torno desses interesses comuns estabelecem-se as alianças. Mas no terreno ideológico, não há como conciliar os conceitos comunistas da classe operária com o individualismo, seja dos camponeses, seja da pequena burguesia urbana. Desconhecer essa realidade é concretamente desarmar a classe operária e seu partido para os embates. E a realidade da URSS demonstra que, depois de alguns anos, depois de avaliar que só existiam classes amistosas, o proletariado se viu arriado do poder pela pequena burguesia, encabeçada por Kruschov, com a bandeira do revisionismo.

**Em 1956 o alvo era  
desarmar  
o poder proletário,  
atacando o  
chamado stalinismo**



A pequena burguesia foi, concretamente, o veículo para que a contra-revolução liquidasse o poder proletário - a qual, a princípio, não tinha um programa nem um projeto definidos. Seu alvo central era desarmar a ditadura do proletariado. Por isso, aproveitando-se de erros e da incapacidade de renovação do poder socialista, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, investiu contra o que denominou "stalinismo". E nessa categoria foi sendo incluído tudo que representasse controle operário, punição às sabotagens, iniciativa revolucionária. O mote do combate eram as deformações - que, de fato, em boa parte ocorreram - mas o objetivo era desmontar o poder estabelecido pela classe operária com a revolução socialista de 1917.

Com o tempo, no XXI e XXII congressos, a plataforma do novo (velho) poder foi sendo traçado: Estado de todo o povo em vez de ditadura do proletariado; Partido de todo o povo em vez de partido do proletariado; um novo conceito de coexistência pacífica; competição pacífica e transição pacífica, em vez

de revolução. A Perestroika e a Glasnost, de Gorbahev, representam o produto mais refinado dessa pequena burguesia no poder, e o passo mais avançado no sentido de restaurar abertamente as relações burguesas. Não por acaso estes apelos causaram tanta simpatia mesmo entre forças de "esquerda" orientadas por concepções pequeno-burguesas - mesmo as que proclamam posições aparentemente radicais, como os trotskistas.

Esse resultado não era inevitável, conquanto não se pudesse evitar o confronto de idéias. Ocorre que depois da tomada do poder, em 1917, a corrente proletária, representada pelo Partido bolchevique, soube analisar a realidade e oferecer as soluções mais avançadas para cada situação. A partir do instante em que os comunistas não conseguiram desenvolver a teoria marxista e abordar adequadamente os novos problemas para assegurar a revolucionarização da sociedade, o poder e o partido tornaram-se vulneráveis. A perspectiva revisionista encontrou meios de empolgar contingentes do povo soviético e assaltar o Comitê Central do PCUS. Os trabalhadores e os militantes encontravam-se ideologicamente debilitados e sem capacidade de reagir.

Analisando a coisa deste ponto de vista, fica mais claro o desenrolar da luta no Partido bolchevique. Com a vitória em 1917, o proletariado se viu diante da tarefa de obter a paz para reconstruir o país e dar uma trégua ao povo, exausto e faminto. Seguiu-se um período turbulento, onde eram exigidas muitas flexões, avanços e recuos. E cada nova orientação gerava divergências.

A pequena burguesia entrincherou-se em posições pretensamente radicais e, no próprio interior do partido comunista, seus apelos puristas tiveram eco. Formou-se uma oposição "de esquerda" aos acordos de paz de Brest-Litovski, com a Alemanha. Trotsky era o principal porta-voz dessa tendência no Partido.

Logo a seguir, também se ergueram as vozes ultra-esquerdistas para condenar o recuo organizado, empreendido através da Nova Política Econômica (NEP). Bukharin em particular, interpretou esse sentimento no Partido.

As concepções pequeno-burguesas se expressaram ora pela defesa prematura da ofensiva contra os kulaks, ora pela condenação dessa ofensiva quando as condições a exigiam. Pela negativa das concessões aos capitalistas num momento e pelos chamamento de "enriquecei" feito aos camponeses no instante seguinte. E pelo apego à NEP quando era ocasião de ultrapassar essa fase.

Em meados da década de 20, estas contradições caminharam para a formação de plataformas irreconciliáveis, que resultaram na expulsão de Trotsky do partido comunista. E, com o agravamento da situação internacional, desembocaram, depois do assassinato de Kirov, em 1935, nos processos de Moscou e na condenação de Bukharin, Zinoviev, etc.

Pode-se estudar melhor como os comunistas conduziram essa luta e identificar, em certas situações, uma intransigência excessiva. Stálin reconhece que “não se pode afirmar que a depuração se levou a cabo sem sérios erros. Desgraçadamente, houve mais erros do que se podia supor. Indubitavelmente, não haveremos de empregar mais o método da depuração em massa”.(15)

**No Brasil, a partir de 1962, fortalece-se núcleo proletário no interior do PCdoB**



Mas o que fica claro é o processo de confronto sistemático entre a corrente proletária, representada pelo partido bolchevique, e as concepções pequeno-burguesas, que ali e acolá, em momentos que colocavam em pauta novas definições, cristalizavam-se numa tendência organizada, provocando a formação de grupos anti-partido, levando à ruptura.

O processo de luta interna, às vezes mal conduzido, sem esclarecer e mobilizar devidamente o coletivo partidário, deu lugar a um problema ainda mais grave. Subestimou-se a luta ideológica, desarmou-se o partido comunista em relação à pequena burguesia e, em 1956, o XX Congresso consolidou a vitória dessa corrente na direção do partido comunista.

No Brasil é possível identificar a trajetória dessa luta em todo o processo de construção do Partido Comunista. Devido às condições concretas do país, a pequena burguesia sempre teve papel de destaque nas lutas políticas. E, durante décadas, exerceu enorme influência sobre as fileiras comunistas. O próprio Luis Carlos Prestes, formado pelo movimento tenentista, de cunho eminentemente pequeno-burguês, nunca conseguiu desvencilhar-se de tais concepções. Sob seu comando, por longo período, o Partido oscilava, muitas vezes assumindo posturas reformistas e, em outras, tendendo ao esquerdismo.

Só em 1962, quando se forma um núcleo proletário mais sólido e estável, foi possível romper com a longa trajetória de zigue-zagues e com a direção prestista, que enveredara pelo revisionismo. Mas, mesmo com o Partido reorganizado, surgiram reflexos das concepções pequeno-burguesas no seu interior.

A facção de Tarzã de Castro, em 1966, que tratou de articular, dentro do PCdoB, uma auto-intitulada Ala Vermelha; a tentativa, pelo grupo de Ozeas Duarte e Nelson Levi (ao qual se ligou José Genoíno) de assaltar a direção do Partido, em 1979, aproveitando-se da desorganização da direção e do exílio forçado de alguns dirigentes, foram manifestações concretas de formação de grupos com acentuada conotação pequeno-burguesa.

Recentemente, na própria preparação do 8º Congresso, quando o PCdoB tratava de se contrapor

à ofensiva mundial anticomunista, a ex-deputada Lídice da Matta, que fazia parte da direção nacional, se deixou encantar pelo canto da sereia de uma revolução amena, pela “ampliação de espaços democráticos”, e de um partido sem centralismo democrático - como revelou em carta dirigida à direção regional da Bahia - e desligou-se do Partido Comunista.

Segundo avaliação aprovada pelo plenário, na caminhada para o 8º Congresso não surgiu nenhuma tendência organizada, mas no debate foram identificadas concepções desse tipo, com certas marcas de ecletismo e de democratismo. Esse foi um dos assuntos que polarizaram as intervenções na reunião dos comunistas.

Aqui não cabe detalhar os exemplos. Apenas citá-los para revelar que o Partido Comunista se forma em luta permanente contra tais idéias que, refletindo a luta de classes na sociedade, manifestam-se, objetivamente, no seu interior.

A luta ideológica, ligada aos problemas práticos do cotidiano, é, assim, questão vital da luta de classes - tanto para a construção do Partido do proletariado como para a edificação da nova sociedade socialista. ■

ROGÉRIO LUSTOSA - Editor da revista **Princípios**

## NOTAS

- (1) João Amazonas - *Informe ao 8º Congresso do PCdoB*.
- (2) Idem.
- (3) LÊNIN, Vladimir. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* - 1920.
- (4) LÊNIN, Vladimir. *Sobre o Infantilismo de Esquerda* - 1918.
- (5) LÊNIN, Vladimir. *Informe ao VIII Congresso dos Sovietes de toda a Rússia* - 1920.
- (6) LÊNIN, Vladimir. *Relatório do CC ao IX Congresso do PC(R)* - 1920.
- (7) LÊNIN, Vladimir. *VII Congresso do PC(R)* - 1919.
- (8) LÊNIN, Vladimir. *Carta aos Operários e Camponeses por Motivo da Vitória sobre Koltchack* - 1919.
- (9) LÊNIN, Vladimir. *Informe sobre a Tática do PC(R) no II Congresso da IC* - 1921.
- (10) LÊNIN, Vladimir. *Sobre o Programa do Partido - VIII Congresso do PC(R)* - 1919.
- (11) LÊNIN, Vladimir. *Relatório do CC ao XI Congresso do PC(R)* - 1922.
- (12) LÊNIN, Vladimir. *Sobre o Imposto em Espécie* - 1921.
- (13) LÊNIN, Vladimir. *Da Destruição de um Regime Secular à Criação de um novo Regime* - 1920.
- (14) LÊNIN, Vladimir. *A Economia Política na Época da Ditadura do Proletariado* - 1919.
- (15) STÁLIN, Joseph. *Informe ao XVIII Congresso* - 1939.

## BIBLIOGRAFIA

- LÊNIN, Vladimir. *Resposta à Carta Aberta de um Especialista* - 1919.  
 LÊNIN, Vladimir. *A Economia Política no Período da Ditadura do Proletariado* - 1919.  
 LÊNIN, Vladimir. *Tarefas Imediatas do Poder Soviético*.  
 LÊNIN, Vladimir. *Reunião dos Funcionários de Partido de Moscou: Informe sobre a Posição do Proletariado diante da Democracia Pequeno-Burguesa* - 1918.  
 STÁLIN, Joseph. *Informe ao XVIII Congresso do PCUS* - 1939.  
 STÁLIN, Joseph. *Relatório à XV Conferência do PCUS* - 1926.  
 BETTELHEIM, Charles. *A luta de Classes na URSS*.  
 LEWIN, Moshe. *Para uma Conceituação do Stalinismo - Na coletânea "A História do Marxismo", organizada por Hobsbawn*.  
 MCNEAL, Robert. *As Instituições da Rússia de Stálin* - na mesma obra.

# Propriedade intelectual e coerção liberalizante

CARMEN SORIANO-PUIG

*Os EUA exercem forte pressão para que o Brasil reconheça as patentes farmacêuticas. Mas as patentes são apenas parte da disputa internacional sobre a propriedade intelectual*

**P**ropriedade Intelectual, GATT e Rodada Uruguai têm sido termos normalmente ausentes do cotidiano da opinião pública brasileira. A súbita notoriedade que o primeiro item passou a ter em anos recentes prende-se, principalmente, ao contencioso com os Estados Unidos a propósito do não reconhecimento pelo Brasil de patentes a produtos e processos farmacêuticos.

Mesmo assim, o assunto foi divulgado, episodicamente, com a natural fragmentação e superficialidade dos noticiários, os quais tendiam a enfatizar a argumentação dos reclamantes, pouco dizendo sobre a natureza e amplitude do real problema, circunscrita sua apreciação aos limites da esfera oficial.

Acabou-se criando, desta maneira, a impressão de que o episódio das patentes farmacêuticas se resumisse a um conflito comercial localizado, deixando-se de relacioná-lo com o problema maior em que está inserido - a pretendida mudança da legislação internacional, e das diversas leis nacionais, que regem direitos de monopólio conceituados como propriedade intelectual, da qual Patentes são uma importante modalidade.

As pretendidas mudanças, por sua vez, aparecem no cerne da reorganização capitalista em curso, que se expressa na voga neoliberal em termos que espraíam todo seu espectro ideológico: "ajuste estrutural", "livre comércio", "desregulamentação", "eficiência global", "mercado global" etc. - uma série de conceitos erigidos à condição de artigos de fé, e que vêm de fato pautando a atuação de numerosas administrações nacionais ao sul do Equador.

Como um refluxo do período de crescimento econômico que conviveu com a guerra fria e que, em

parte por isso mesmo, estimulava expectativas crescentes (a elevação dos "níveis de vida"), a reorganização em curso passa pela redução de expectativas e estagnação de economias nacionais, projetando para um futuro seguidamente adiado uma hipotética "retomada do crescimento". Fortalece, enquanto isto, os mecanismos de controle, apropriação e concentração, dividindo novas fronteiras de expansão na desintegração/incorporação do Leste europeu e em um novo tipo de "administração" da periferia, ao qual está fortemente associada a retórica ambientalista. Um de seus principais pilares jurídicos é precisamente uma nova exacerbação do conceito de propriedade privada - especialmente presente nos novos padrões propostos para os direitos de propriedade intelectual em suas diversas modalidades.



**Os mecanismos do GATT mantêm a grande maioria da humanidade em posição marginal**

Esta reorganização, que provoca fortes reações no próprio centro do sistema, vem sendo aplicada na periferia a partir das pressões associadas à dívida externa daqueles países e das vulnerabilidades, antigas e "modernas", com que se posicionam tanto na relação bilateral com as potências econômicas como no âmbito dos organismos multilaterais de natureza econômica - o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

O foro multilateral onde, no momento, talvez



se evidencie com maior nitidez a vontade de consagrar institucionalmente esta nova ordem, dando-lhe cunho universal, é o último dos referidos foros - o GATT, oriundo como os outros dois de Bretton Woods, e cujo oitavo ciclo de negociações (a Rodada Uruguai) se encontra, cinco anos e meio após seu lançamento em Punta del Este, em impasse persistente por desacordo entre os principais protagonistas - os Estados Unidos, a Comunidade Econômica Européia e o Japão.

Não se pode perder de vista que o GATT, produto do imediato pós-guerra, é uma criação norte-americana. E que, assim como um século antes, a hegemonia inglesa percebera no livre comércio uma harmonia universal - que de fato mais era a de seu próprio poder e domínio dos mercados do mundo - também os Estados Unidos, naquele momento detentores do monopólio nuclear e de mais da metade do produto mundial, iriam atribuir ao livre comércio harmonia semelhante.

Decorridas mais de quatro décadas, o livre comércio continua sendo formalmente a premissa ideológica em que se apóia o GATT, pressupondo seus princípios fundamentais (a chamada Cláusula de Nação Mais Favorecida e o princípio de Tratamento Nacional) uma hipotética igualdade e reciprocidade que convenientemente elude as realidades do contexto político econômico em que se pratica o comércio e que de maneira muito concreta condicionam todo o funcionamento do GATT, seu mecanismo decisório em particular. De fato, o voto nada mais sendo que simples referência no documento constitutivo da entidade, as decisões são tomadas por um consenso facilmente orientado pelas potências econômicas. Explica-se assim

que os países ditos em desenvolvimento, esmagadora maioria da humanidade, lá tenham tido sempre posição marginal.

Nos casos concretos em que assim foi do interesse de seus principais mentores, aqueles princípios foram adequadamente "flexibilizados" através de "waivers" ou derrogações, mecanismo inscrito, aliás, nas próprias normas do Acordo Geral. São exemplos disto o fato de ter ficado o comércio agrícola fora do GATT por décadas sucessivas (o desacordo quanto às condições em que se deva dar agora sua incorporação está no cerne do momentoso impasse), bem como de terem sido "regulamentados" os produtos têxteis oriundos do Sul a partir de 1961 ("desregulamentação" progressiva está sendo também objeto de discussões na Rodada Uruguai). Tampouco impediriam naturalmente a proliferação de outras barreiras e "proteções" além das tradicionais tarifas.

A medida que foi se modificando, ao longo da década de 70, a configuração do comércio mundial (em grande medida por obra da crescente transnacionalização do capital norte-americano) e que, embora aliados políticos, Comunidade Européia e Japão emergiam como concorrentes da superpotência capitalista, enquanto um grupo de países periféricos se transformava em exportador de produtos industrializados, foram se tornando evidentes para seus idealizadores as limitações do Acordo Geral primitivo na tarefa de "harmonizar" a complexidade do comércio internacional, em contexto político igualmente modificado, onde a supremacia econômica da principal superpotência aparecia sensivelmente diminuída.

Fortaleceu-se, de fato, a tendência a novas racionalizações e pressões protencionistas para justificar

desvios ao hipotético princípio da “não-discriminação”. São disto conhecidos e extremos exemplos as “restrições voluntárias à exportação”, bem como as “retaliações cruzadas”, algumas das quais motivo de considerável atividade diplomática em anos recentes em torno da informática brasileira.

Neste quadro, a oitava rodada do GATT singulariza-se em relação às anteriores pela abrangência de sua agenda e o alcance das propostas do capitalismo avançado, que em muito ultrapassam os limites do que fôra até aqui considerado comércio entre países. Lá está a abertura de mercados no comércio de bens tangíveis, universo tradicional do Acordo Geral. Está igualmente o projeto de um “novo” GATT, fortalecida sua relação orgânica com BIRD/FMI, extraordinariamente ampliado seu raio de ação e virtualmente erigido em tribunal para todas as áreas que passa a incorporar. E lá está finalmente objetivo primordial da Rodada - os chamados Novos Temas: Propriedade Intelectual, Investimento Direto Estrangeiro e Serviços, intimamente interligados, por onde se consagra o ajuste estrutural e virtualmente se invalida o conceito tradicional de “desenvolvimento nacional”.

**A tendência é de  
ampliar  
mais o conceito de  
propriedade  
intelectual no GATT**



Ao englobar toda a atividade econômica transnacional dentro do conceito de comércio, os fluxos “livres”, isto é, sem qualquer condicionante ou “regulamentação” governamental, passam a incluir também o investimento estrangeiro, em todas suas formas e em todos os segmentos da atividade econômica, inclusive no vasto espectro de setores genericamente denominados Serviços, abrangendo entidades tão portentosas como Telecomunicações e Serviços Financeiros e tão sensíveis quanto os hoje chamados “serviços” de Ciência e Tecnologia.

A proteção à chamada propriedade intelectual em suas múltiplas formas, nos padrões propostos, aparece no esquema ideal de abertura delineado pela Rodada como meio de consolidar a liberdade “protegida” de tais fluxos.

O conceito de propriedade intelectual abrange hoje múltiplas modalidades, algumas de aparição recente, cuja aplicação ainda não se universalizou como, por exemplo, a proteção específica para semicondutores, na área de informática. Um tratamento técnico da matéria estaria fora do escopo destas notas. Registre-se apenas que a amplitude do conceito engloba tanto situações puramente comerciais (marcas), como industriais (principalmente patentes, tanto de produto como de processos); atinentes à produção considerada eminentemente científica (por exemplo,

Patentes em Biotecnologia/Engenharia Genética) ou ainda relativas à criação intelectual, artística ou literária (que hoje abrange o extenso leque audiovisual, incluída a televisão) ou à que progressivamente lhe vem sendo assemelhada, como no caso dos programas de computador.

É portanto vasta - e crescente - a incidência de direitos de propriedade intelectual sobre a atividade econômica, em simetria com a própria abrangência do conceito de tecnologia, ao qual estão em geral associados. Considere-se ainda que uma mesma inovação tecnológica (sobretudo nas chamadas tecnologias “de ponta”, especialmente em Biotecnologia e Informática, muito mais nesta última) pode ter aplicação direta, ou fortes implicações para diferentes e numerosas atividades ou setores econômicos. Por outro lado, diversas formas de propriedade intelectual podem incidir em uma mesma operação econômica.

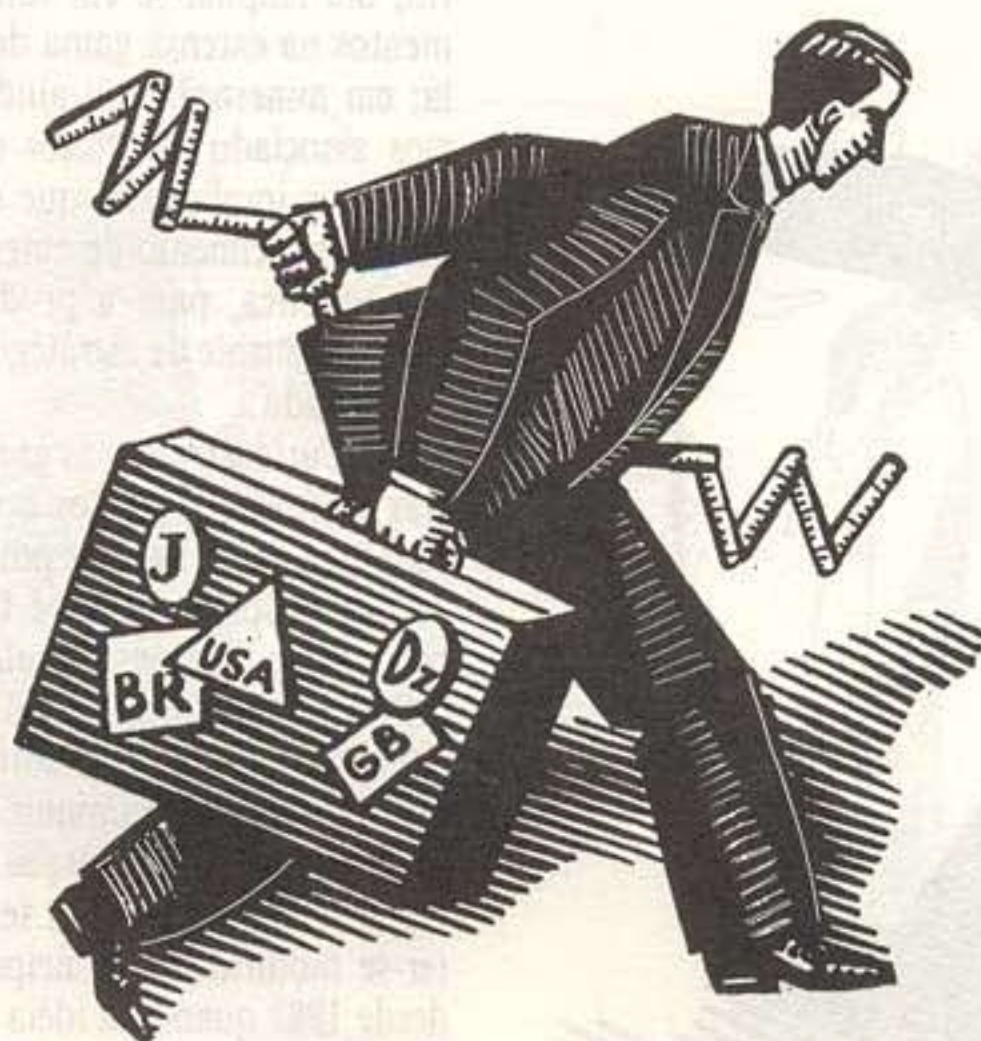
Verifica-se hoje a tendência - posta no GATT - de ampliar e generalizar o conceito, bem como de enrijecer os termos em que tais direitos são concedidos, isto é, ampliando sua área de aplicação e tornando-os mais absolutos. Paralelamente, pressões no mesmo sentido estão presentes na relação entre as potências econômicas e outros países, principalmente os endividados da periferia intermediária, seja diretamente ou através das condicionalidades dos organismos financeiros internacionais.

Naturalmente, a alta concentração deste tipo de propriedade acompanha a concentração do capital e da apropriação do avanço tecnológico a nível mundial, ou seja: nos países do centro capitalista - e principalmente em seus grandes conglomerados transnacionais (que são também os principais protagonistas do comércio internacional) - para quem a propriedade intelectual é o principal de seus ativos e base para sua estratégia de mercado.

Propriedade Intelectual aparece, portanto, como o ponto onde melhor se evidencia o caráter contraditório da Rodada Uruguai - como de resto de todo o discurso neoliberal - na medida em que o argumento da liberdade e do crescimento do comércio internacional é invocado para fortalecer o controle de mercados, vale dizer de economias nacionais, a partir de uma lógica que se pretende “global”.

Olhando mais de perto a modalidade “Patentes”, vê-se que os “padrões de proteção” propostos tocam precisamente em pontos internacionalmente reconhecidos e aceitos há mais de um século como prerrogativas de governos nacionais. Em linhas gerais, os novos padrões procuram:

- (a) ampliar a duração do monopólio investido nas patentes;
- (b) reduzir significativamente o grau de descrição técnica (ou *disclosure*) da inovação, requerida ao solicitar seu patenteamento;
- (c) proibir a exclusão de áreas econômicas à patenteabilidade, tradicional prerrogativa a que invariavel-



mente recorreram todas as potências industriais de hoje no processo histórico de construção de sua pujança econômica;

(d) ao amparo do ponto anterior, ampliar a patenteabilidade a seres vivos (em princípio plantas e microorganismos), produto da manipulação genética, e

(e) retirar ainda ao Estado o poder da licença compulsória, ou seja, a de tornar obrigatória a fabricação do produto patenteado dentro dos limites de seu território, faculdade que os países hoje no centro do sistema também utilizaram sistematicamente.

### O enrijecimento de direitos só pode acentuar o processo de desindustrialização



No intuito de torná-las mais assimiláveis, estas mudanças têm sido apresentadas aos mais avançados dentre os países ainda ditos em desenvolvimento, com o invariável argumento de que elas lhes trarão as seguintes e principais vantagens: aumento do fluxo de tecnologia através de contratos de licenciamento; estímulo aos investimentos diretos estrangeiros, pois o fato de observarem tais países as mesmas normas que os industrializados tornaria seus mercados mais atraentes; estímulo à pesquisa tecnológica por empresas estrangeiras e nacionais e, finalmente, a possibilidade de importação de bens de alta tecnologia. Parte-se daí para compor a justificativa, incessantemente repetida, de que a adesão às novas regras permitirá o desenvolvimento industrial em bases “modernas e competitivas”.

Apesar da argumentação de patrocinadores e adeptos, os padrões postos no GATT parecem acenar justamente no sentido oposto. De fato, reduzir o grau de *disclosure*; considerar que a exploração da patente está sendo atendida com a importação do produto, não sendo obrigatória sua fabricação dentro da jurisdição concedente, além de - e aqui está outra variante de proteção - estender direitos de propriedade intelectual à informação não revelada (“*undisclosed information*”), parecem agir nitidamente no sentido de favorecer o controle sobre a produção e o comércio; restringir a difusão da informação tecnológica (de que os documentos de patentes têm sido tradicionalmente fonte potencial), sendo esta uma das formas de coibir o surgimento de produtos/processos concorrentes, e favorecer a importação vis-à-vis o licenciamento para fabricação, assim controlando a capacidade instalada a nível mundial, restringindo-a se assim julgado conveniente. Acentua-se ainda a vulnerabilidade do licenciado face ao titular da tecnologia.

Ampliando-se este tipo de direitos, tanto no tempo quanto em termos de áreas econômicas, amplia-se conseqüentemente o efeito restritivo global das medidas que se pretende consagrar na Rodada Uruguai, efeito que se faria sentir não apenas sobre os países do Sul mas, igualmente, sobre os setores mais “nacionais” - principalmente pequenas e médias empresas - das próprias potências industriais.

Este enrijecimento dos direitos de propriedade industrial, aliado à abertura de mercados - tarifária e não-tarifária - que a maioria endividada dos países do Sul já vem de fato praticando nestes últimos anos, independentemente dos resultados no GATT; à crescente e geral “desregulamentação” de suas economias;



à permanente pressão de sua dívida externa; à longa ausência de vontade política para consolidar um nível crítico de desenvolvimento tecnológico e, sobretudo, convivendo com o progressivo enfraquecimento de suas instituições, do aparelho governamental em particular, tal enrijecimento de direitos torna altamente improvável que a Nova Ordem favoreça o desabrochar tecnológico-industrial "moderno e competitivo" com que se procura justificar as mudanças propostas.

### Conflitos entre EUA, Japão e a CEE paralizam atualmente a Rodada do Uruguai



A probabilidade é, ao contrário, que continue a acentuar-se o processo de desindustrialização - observável principalmente na América Latina, em graus e a partir de momentos diferentes, ao longo da última década - mantendo-se na periferia indústrias altamente consumidoras de energia ou poluentes (em ambos os casos com tecnologias dos países do centro).

Mesmo acentuando-se a desindustrialização, não necessariamente cessará o fluxo de remessas ao exterior a título de remuneração de tecnologia em

suas diversas formas. Este fluxo poderá, ao contrário, até ampliar-se em função de previsíveis investimentos na extensa gama de serviços; no setor agrícola; em mineração, ou ainda em novo filão de negócios associado ao "setor ecológico". Afloram aqui as várias implicações que é lícito antecipar, a partir do reconhecimento de patentes no setor da manipulação genética, para a produção agrícola, bem como para o controle da estratégica biodiversidade do trópico úmido.

Curiosamente, as grandes divergências/resistências em torno a pontos centrais da Rodada Uruguai vem hoje das principais potências econômicas, inclusive dos próprios Estados Unidos, grande mentor da negociação. A Comunidade Européia recusa-se a modificar sua política agrícola nos moldes exigidos; o Japão reitera que não abrirá seu mercado de arroz e que não pretende diminuir ainda mais seu grau de auto-suficiência alimentar; os Estados Unidos, cujas vantagens comparativas em serviços financeiros parecem ter-se modificado, principalmente vis-à-vis o Japão, desde 1982 quando a idéia de um novo ciclo de negociações foi concebido pela Administração Reagan, então reticentes diante de uma liberalização generalizada neste setor. Mesmo Propriedade Intelectual, que se poderia considerar o tema da divisão Norte/Sul por excelência, é objeto de divergências dentro do Norte, entre as quais a não aceitação pela CEE do reconhecimento de patentes para seres vivos.

Os mais avançados entre os países "em desenvolvimento" resistiram, por algum tempo, à não inclusão dos Novos Temas (Propriedade Intelectual, Investimentos Estrangeiros e Serviços) na negociação, pois pressentiam no projeto de mundo que neles estava contido um potencial cerceamento de seu futuro. Vencida, porém, a primeira resistência, as demais o foram sem grandes dificuldades, situação naturalmente propiciada pela absorção das premissas neoliberais em sua própria administração interna. Na posição de expectativa em que agora se encontram, procuram concentrar sua atuação em Genebra no sentido de defender, na medida do possível, o que identificam como seus interesses exportadores mais concretos e imediatos.

O impasse atual da Rodada Uruguai, face à fortes reações "nacionalistas" no centro do sistema e ao período pré-eleitoral por que passam alguns e o principal daqueles países, promete prolongar-se. Não por isso serão mais brandas as pressões sobre os países mais vulneráveis.

Fica a constatação de que o "mercado global" não constrói países. Muito ao contrário: nutre-se deles, principalmente dos mais fracos e complacentes. E uma pergunta: É possível ser *ativamente* internacional sem ser antes *conscientemente* nacional? ■



# Monopólio de patentes e a pobreza do povo

CARLOS JORGE ROSSETO

*Alguns cientistas tratam as patentes como lixo intelectual do sistema de propriedade. Mas existem projetos de lei agravando ainda mais o campo desse famigerado privilégio*

O monopólio é um vício que atravessou séculos e continua presente em nossas sociedades. Provavelmente, a primeira forma nociva de monopólio foi o da terra, com o Feudalismo. A partir da adoção das moedas como base de troca, ocorreu a expansão do comércio e o surgimento do monopólio dos mercadores. Paralelo ao desenvolvimento do artesanato, apareceu o monopólio das corporações de ofício, que procuravam impedir os que não fossem membros de trabalhar no ramo. "Até os mendigos da Basileia e Frankfurt tinham suas corporações, que não permitiam aos mendigos de fora mendigar ali". (1)

Todo o poder da igreja no final da Idade Média não a livrou dos problemas com o poder das corporações monopolistas: apenas aos membros da agremiação dos padeiros era permitido fazer pão. Desta feita, para a igreja produzir pão - em suas próprias terras, com trigo ali mesmo produzido e fermento próprio - era necessária a autorização da corporação dos padeiros.

Situações como estas são consideradas absurdas atualmente. Assim como caíram esses monopólios, um dia cairá o monopólio das patentes, "último reduto oficial desse famigerado legado do vício monopolístico, o lixo intelectual do sistema de propriedade." (2)

Em seus primórdios, os monopólios eram circunscritos às cidades porque não havia países ou reinos. Com o surgimento dos reinos, o monopólio passou a ser uma concessão do soberano e a ultrapassar as fronteiras da cidade para tornar-se nacional. No início, o monopólio procurava estimular os artesãos ou comerciantes em áreas de interesse do reino. Posteriormente, passou a ser concedido a amigos do rei com o objetivo de assegurar dinheiro e serviços para

a família real.

As concessões de monopólio eram comunicadas ao povo através de cartas abertas denominadas "Litterae patentes", daí vem a expressão "carta patente". Esses monopólios eram tão nocivos ao povo que, na Inglaterra, durante o reinado de James I, todos os privilégios de monopólios foram abolidos pelo Estatuto dos Monopólios em 1623, o qual estabeleceu uma exceção para novas invenções (3). Assim surgiu o sistema inglês de patentes. Seguiram-se à Inglaterra a França, Alemanha e EUA, que também desenvolveram seus sistemas nacionais de patentes.



**Patente é um sistema de monopólio privado com elevado custo para a sociedade**

O governo da Áustria, por sugestão do governo norte-americano, enviou o primeiro convite para uma conferência internacional sobre direitos de patente na Exposição Universal, realizada em Viena em 1873. Após duas reuniões preparatórias, em 1878 e 1880, a convenção foi assinada em Paris, a 20 de março de 1883, e ficou conhecida como Convenção de Paris. A Conferência na qual elaborou-se a convenção foi considerada um "Teatro do absurdo", segundo Patel (4). Os signatários originais foram 14 países: Bélgica, França, Inglaterra, Itália, Holanda, Portugal, Sérvia, Espanha, Suíça, Brasil, Equador, Guatemala, El Salvador e Tunísia. O Brasil, Equador, Guatema-

la e El Salvador assinaram por influência norte-americana e a Tunísia por influência francesa.

Dos 14 assinantes originais, cinco (Brasil, Equador, El Salvador, Guatemala e Tunísia) tinham pouca idéia do problema e três (Holanda, Sérvia e Suíça) não tinham leis nacionais de patentes. Na Suíça, plebiscitos nacionais, feitos para decidir sobre a adoção da lei de patente, foram derrotados sete vezes: em 1849, 1851, 1854, 1863 por duas vezes, 1882 e 1886, sendo aprovado somente em 1887. Os EUA assinaram em 1887 (5). Desta forma, estava criado o principal mecanismo de internacionalização do mercado, com o qual os países mais industrializados, detentores da maior parte dos privilégios industriais em vigor, asseguravam mercados cativos para seus produtos, além de criarem um mecanismo internacional impeditivo do desenvolvimento dos demais países.

A patente é um direito de monopólio concedido pelo governo. O artigo 53 do projeto de lei (824/91) de propriedade industrial é ilustrativo desse monopólio: "Art. 53. A patente confere ao titular o direito de impedir terceiros, sem seu consentimento, de fabricar, usar, vender, expor à venda, comprar, ofertar, importar, exportar ou estocar." É o monopólio privado com custo público. Quem ganha é o detentor do monopólio, quem perde é o consumidor. Quando o número de produtos é grande no mercado, o lucro tende a zero, com o monopólio o lucro se eleva. O efeito de uma "patente natural" - que é a semente híbrida de milho - e sua influência sobre os preços da semente foi estudado comparando esses preços com os da semente de soja, que não possui essa "patente natural" e pode ser multiplicada por qualquer agricultor (6).

QUADRO 1

Tecnologia	Produto	Quantidade de grão necessária para pagar a semente
Livre	Soja	2
Segredo comercial	Milho híbrido Cargill 125	10
Segredo comercial	Milho híbrido Cargill 525	15
Segredo comercial	Milho híbrido Cargill 606	15
Segredo comercial	Milho híbrido Agrocerec 303	16

Proporção entre o preço do grão e a semente, representado pela quantidade do grão necessária para pagar a semente, numa cultura com segredo comercial ("patente natural") o milho híbrido e uma cultura livre, a soja, no Estado de São Paulo, março de 1991 (7).

Enquanto o agricultor de soja com dois sacos de grãos pagava um de semente, o agricultor de milho precisava de 10 a 16 sacos de grãos para pagar um saco de semente híbrida. Pode-se imaginar que o fato da semente ser híbrida é que encarece sua produção.

Isto também foi investigado. Na região de Palmital, SP, uma empresa produtora de milho híbrido estava pagando 65% sobre o preço do grão para os agricultores produzirem a semente do milho híbrido para a empresa.

QUADRO 2

Preço máximo pago ao produtor pelo grão .....	Cr\$ 1.500,00
Preço pago ao produtor pela semente híbrida .....	Cr\$ 2.475,00
Preço de venda da semente ao agricultor .....	Cr\$ 24.096,00

Preço máximo pago ao produtor pelo grão de milho, preço pago pela empresa ao produtor pela semente híbrida e preço de revenda dessa semente híbrida ao agricultor. Palmital, SP, março, 1991 (8).

O Quadro 2 revela um incremento de 873% no preço da semente híbrida comprada do produtor e revendida aos agricultores. Os valores não se referem somente a lucro, haja vista que aí estão embutidos os custos da semente que foi entregue de graça ao produtor pela empresa, além de custos de transporte, beneficiamento, ensacamento e eventuais impostos. A semente de soja, todavia, está sujeita aos mesmos custos e seu preço final é apenas duas vezes o preço do grão. Esses resultados foram confirmados por dados de preços de grãos e sementes da Fundação Getúlio Vargas de 1982 a 1990 (9).



### Além da elevação dos preços, a indústria local não tem desenvolvimento

O milho híbrido e a soja tiveram grande expansão a partir da década de 50. Nos últimos quarenta anos tivemos, portanto, uma cultura com uma "patente natural" - o milho híbrido - e outra sem privilégio natural ou legal - a soja. O comércio de sementes de milho híbrido é mais lucrativo que o de soja e atraiu para ele as grandes empresas multinacionais como a Pioneer, ICI, Ciba - Geigg, Cargill, Dinamilho e uma antiga multinacional que foi nacionalizada, a Agrocerec. O comércio da semente de soja, menos lucrativo que o de milho híbrido, não atraiu essas grandes empresas e permaneceu em mãos de inúmeras pequenas empresas sementeiras brasileiras, cooperativas e usinas.

Nos últimos quarenta anos, o esforço de pesquisa em sementes de milho híbrido teve o concurso de grandes empresas multinacionais, além da pesquisa do Estado, enquanto que em soja a pesquisa foi do Estado, de cooperativas e pequenos sementeiros brasileiros. Qual o impacto dessas diferentes realidades sobre a produtividade do milho e da soja? Radomille e Krieger (10) levantaram a produtividade média da cultura do milho e da soja, baseando-se nos dados do Bo-

letim Estatístico da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), por um período de 27 anos (de 1962 a 1989), nos Estados Unidos e no Brasil (*Quadro 3 e Gráfico 1*).

QUADRO 3

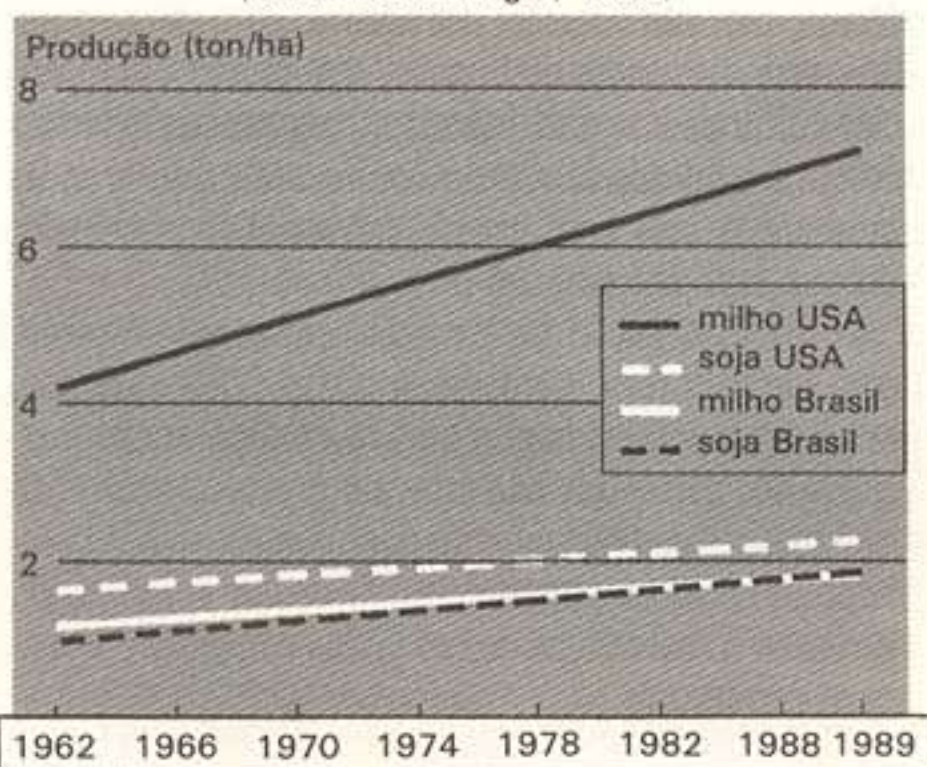
Produto	País	1962	1989
Soja	Brasil	1.300	1.973
Soja	EUA	1.692	2.182
Milho	Brasil	1.300	2.061
Milho	EUA	4.060	7.291

Nível médio de produtividade (Kg/Ha) de soja e milho no Brasil e nos Estados Unidos (Radomille e Krieger 1991).

GRÁFICO 1

### Performance da soja e milho no Brasil e USA Período 1962 a 1989

(Radomille e Krieger, 1991)



Fonte: Bolet. Stat. da FAO (1962-1990)

Os dados do *Quadro 3* e regressão do *Gráfico 1* demonstram que há uma tendência de convergência entre a produtividade da soja no Brasil e Estados Unidos, ou seja, a produtividade média de soja do Brasil tende a equiparar-se à média americana. No milho as retas são divergentes, a produtividade média americana distanciou-se da brasileira. Observando com objetividade as culturas do milho e da soja no Brasil não é possível se verificar nenhuma superioridade tecnológica do milho sobre a soja. Acresce notar que a cultura da soja nos Estados Unidos teve o privilégio de monopólio concedido às empresas privadas a partir de 1970 (11) e, apesar disso, não houve nenhuma vantagem sobre a produtividade média da soja brasileira.

A conclusão lógica que deve ser extraída desses dados é que a patente natural teve como efeito a elevação dos preços, aumentou o lucro das empresas do setor, atraiu a participação de grandes empresas multinacionais, mas não houve reflexo visível em vantagens produtivas que possam ser atribuídas à patente natural. A patente garante o monopólio, eleva os

preços, aumenta o lucro do seu detentor mas, em contrapartida, não garante benefícios aos consumidores e ao povo em geral.

Outro exemplo da elevação de preço pelo monopólio é da Hoffman - Laroche fabricante dos remédios Librium e Valium. O governo inglês, por recomendação de sua comissão de monopólio, obrigou a companhia a rebaixar os preços desses produtos em 60 e 75 % e aplicou uma multa de US\$ 27,5 milhões. A comissão de monopólio descobriu também que a subsidiária inglesa dessa companhia, a Roche Produtos, estava comprando da sua matriz um produto a US\$ 925 por Kg, o qual podia ser comprado na Itália - onde não havia patente - por US\$ 22,50 por Kg. Outra substância era comprada a US\$ 2.305 o Kg, e a mesma na Itália valia US\$ 50 o Kg (12).

Se isso aconteceu na Inglaterra, é de se supor o que está acontecendo no Brasil, onde essas grandes companhias e seus governos estão, através do seu poderoso *lobby*, fazendo até a própria lei (projeto de lei 824/91, que constitui uma imposição externa sobre o governo brasileiro).

O custo direto do monopólio é a elevação do preço mas, além disso, há outras malefícios mais graves como a transferência de preço, práticas abusivas e limitação do desenvolvimento da indústria local.



### Leis de interesse econômico são feitas pelos lobistas das multinacionais

A partir desses dados, pode-se levantar alguns questionamentos: qual foi o grande jurista brasileiro que foi a Paris, em 1883, participar do "Teatro do absurdo"? Qual o grande jurista brasileiro que elaborou o atual projeto da lei 824/91? As leis de interesse econômico não são feitas para satisfazer os princípios de justiça, são feitas para satisfazer os interesses econômicos privados das empresas. Da sua elaboração não participam grandes juristas de renome nacional, participam advogados dessas empresas, lobistas de multinacionais, como Robert M. Sherwood, profissional formado pela Universidade de Harvard, com escritório de consultoria em Washington, EUA, a quem se atribui o direito exclusivo de importação incluído no projeto 824/91 de propriedade industrial, Art. 58, § 2º (13).

Em 1883 o mercado foi internacionalizado. A Convenção de Paris estabeleceu uma reserva internacional de mercados para produtos resultantes de novas invenções. Houve equidade nesse acordo? As estruturas inventivas dos diferentes países signatários estavam em equilíbrio? O *Quadro 4* mostra as dez universidades mais antigas do Brasil, da Inglaterra e dos Estados Unidos, ano de fundação e anos de existência em 1883.

QUADRO 4

### Dez universidades mais antigas do Brasil, Inglaterra e Estados Unidos \*

Brasil		
Universidade	Ano de fundação	Anos até 1883
Universidade Federal de Pelotas	1883	zero
Universidade Federal do Paraná	1912	zero
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1920	zero
Universidade Federal de Minas Gerais	1927	zero
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1934	zero
Universidade de São Paulo	1934	zero
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1940	zero
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1941	zero
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1944	zero
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1946	zero

Inglaterra		
Universidade	Data de fundação	Anos até 1883
Universidade de Oxford	séc. XIII	600
Universidade de Cambridge	séc. XIII	600
Universidade de Glasgow	1451	432
Universidade de Aberdeen	1495	388
Universidade de Edinburgh	1583	300
Universidade de Strathclyde	1796	87
Universidade de Heriot-Watt	1821	62
Universidade de Manchester	1824	59
Universidade de Durham	1832	51
Universidade de Londres	1836	47

Estados Unidos		
Universidade	Ano de fundação	Anos até 1883
Universidade Harvard	1636	247
Universidade Yale	1701	182
Universidade de Pennsylvania	1740	143
Universidade Princeton	1746	137
Universidade Columbia	1754	129
Universidade Brown	1764	119
Universidade Rutgers	1766	117
Universidade da Carolina do Norte	1789	94
Universidade Georgetown	1789	94
Universidade do Tennessee	1794	89

Fonte: World of Learning.

\* até 1883, data da Convenção de Paris

Como afirma Surendra Patel (14), esse foi o acordo da desigualdade e da iniquidade. Foi o acordo do 177 x zero, porque os Estados Unidos tinham, em pleno funcionamento, 177 universidades e o Brasil tinha zero. Foi o acordo do 600 x zero, porque a Inglaterra tinha as universidades de Cambridge e Oxford com 600 anos e o Brasil não tinha nenhuma. Enfim, foi o acordo equitativo entre partes desiguais, o mais injusto da história do Brasil. O atual projeto de lei 824/91 de propriedade industrial apenas amplia a cruel injustiça cometida contra o povo brasileiro há 108 anos atrás. A pobreza brasileira tem raízes nessa injustiça.

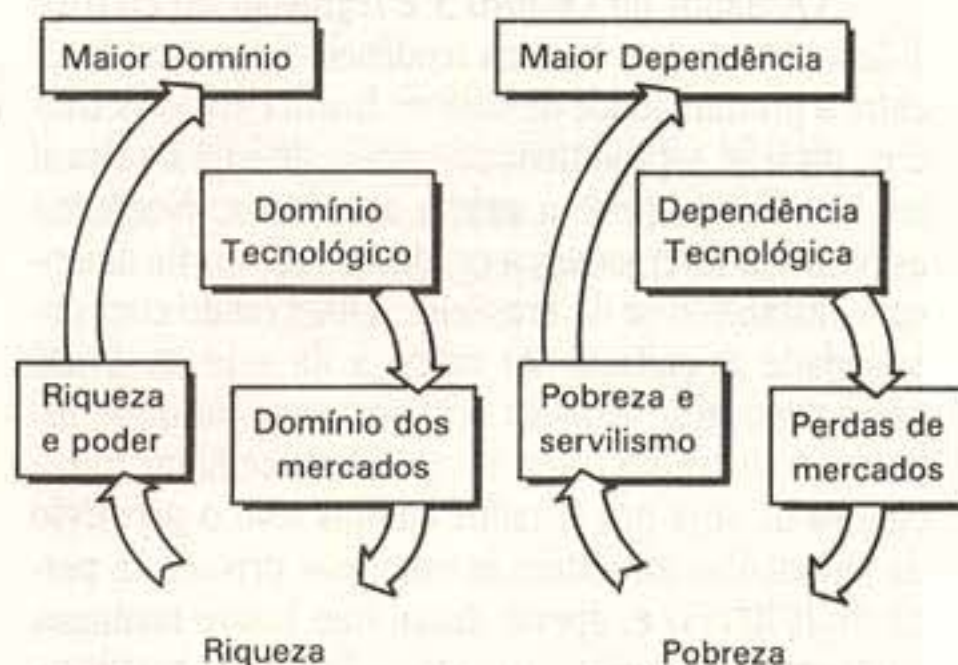
Aos brasileiros resta uma única esperança: ter sede de justiça.

O principal objetivo dos economistas do Brasil deveria ser estudar com detalhe as causas da pobreza do povo brasileiro. Um país tão privilegiado como o Brasil, com sol abundante, capaz de produzir alimento o ano todo, sem desertos, sem nevadas, com solos férteis, sem vulcões, sem terremotos, com raros tornados, sem diferenças de línguas, sem graves discrepâncias culturais e raciais internas, com grande extensão costeira e grande território continental, sem grandes montanhas mas com grande potencial hidroelétrico; porque esse país tem um povo tão pobre?

A Convenção de Paris foi um acordo espúrio, com ganhadores e perdedores certos. Os países com estrutura inventiva bem montada dominaram os mercados dos países que não estavam preparados cientificamente e tecnologicamente para competirem. O monopólio eleva os preços e lucros e, por conseguinte, acelera a transferência de renda dos consumidores para os produtores.

FIGURA 2

### Espirais da riqueza e da pobreza



Quem tinha tecnologia monopolizou e ampliou mercados, acumulou riquezas e poder (político e militar) e a riqueza reinvestida pôde gerar novas tecnologias, repetindo-se o ciclo, tal qual uma bola de neve que vai crescendo. Os países que entraram nesse ciclo tiveram recursos para sanar seus problemas de educa-

ção, saúde, habitação e assim reduzirem seus problemas sociais.

Do lado oposto, os países que não tinham tecnologia entraram no ciclo da pobreza, perderam seu próprio mercado interno, transferiram sua renda para os monopólios dos países detentores de tecnologia, empobreceram-se e são, em geral, governados por títeres, servis aos interesses dos países detentores da tecnologia. Sem recursos, esses países acumulam graves desequilíbrios sociais, falta de programas adequados de educação, saúde e habitação, e também não podem investir o suficiente em tecnologia para competir e ganhar mercado. Sua pesquisa é, não raro, colocada a serviço das grandes empresas estrangeiras que estão dominando seu próprio mercado.

**Resgatar o direito  
de aprender  
e de praticar o que  
se aprende,  
para sair da pobreza**



Para quebrar este ciclo da pobreza não é suficiente, embora seja necessário, investir em educação. Em primeiro lugar, não há recursos para investir em educação na proporção que seria desejável e mesmo que houvesse, o simples investimento em educação iria apenas treinar pessoal qualificado para os dominadores do mercado. Enquanto não for resgatado o direito pleno de aprender, que é natural do homem, e o direito de fazer aquilo que se aprendeu - que são direitos ainda não reconhecidos pela ONU como direitos humanos essenciais - o investimento em educação *de per si* não retirará esses países do ciclo da pobreza.

O investimento em educação necessita vir acompanhado de uma conscientização política, de um programa nacional de desenvolvimento de tecnologia e domínio do próprio mercado, extinguindo-se em definitivo os monopólios privados, especialmente os estrangeiros. Outros advogam o cancelamento do pagamento da dívida externa como solução para o problema brasileiro. Mesmo que isso fosse feito sem retaliação, decorrido algum tempo, o país estaria endividado novamente. A suspensão do pagamento da dívida poderia liberar recursos para maciços investimentos em educação, saúde, habitação e tecnologia, contudo, teria que ser acompanhada da abolição total do monopólio privado dos detentores de tecnologia.

A outra vertente procura na reforma agrária - ou melhor, distribuição da terra - uma saída para a crise brasileira. O monopólio da terra será sempre motivo de preocupação. Sem dúvida, a terra no Brasil está concentrada. No entanto, essa má distribuição da terra não é a causa maior da má distribuição da riqueza. O principal feudo deixou de ser o agrário: a tecnologia ocupou esse lugar.

A má distribuição da riqueza no mundo está in-

timamente ligada à má distribuição da tecnologia que, por sua vez, é devida a acordos injustos impostos pelos países mais ricos e poderosos sobre os mais pobres e fracos. Uma ampla reforma agrária, com contornos radicais, apenas ampliaria o mercado para os seus dominadores e rebaixaria o preço dos produtos primários. O Brasil continuaria chafurdado na miséria. Ademais, os países do Primeiro Mundo sempre foram muito simpáticos a idéias de reforma agrária no Terceiro Mundo porque isto não afeta em nada sua riqueza, seus monopólios e seu domínio do mercado.

A reforma agrária é algo que terá de ser feito obrigatoriamente, pois com o término das reservas energéticas não renováveis, o movimento de êxodo rural que assistimos na segunda metade do século XX será substituído por grande êxodo urbano, na primeira metade do século XXI.

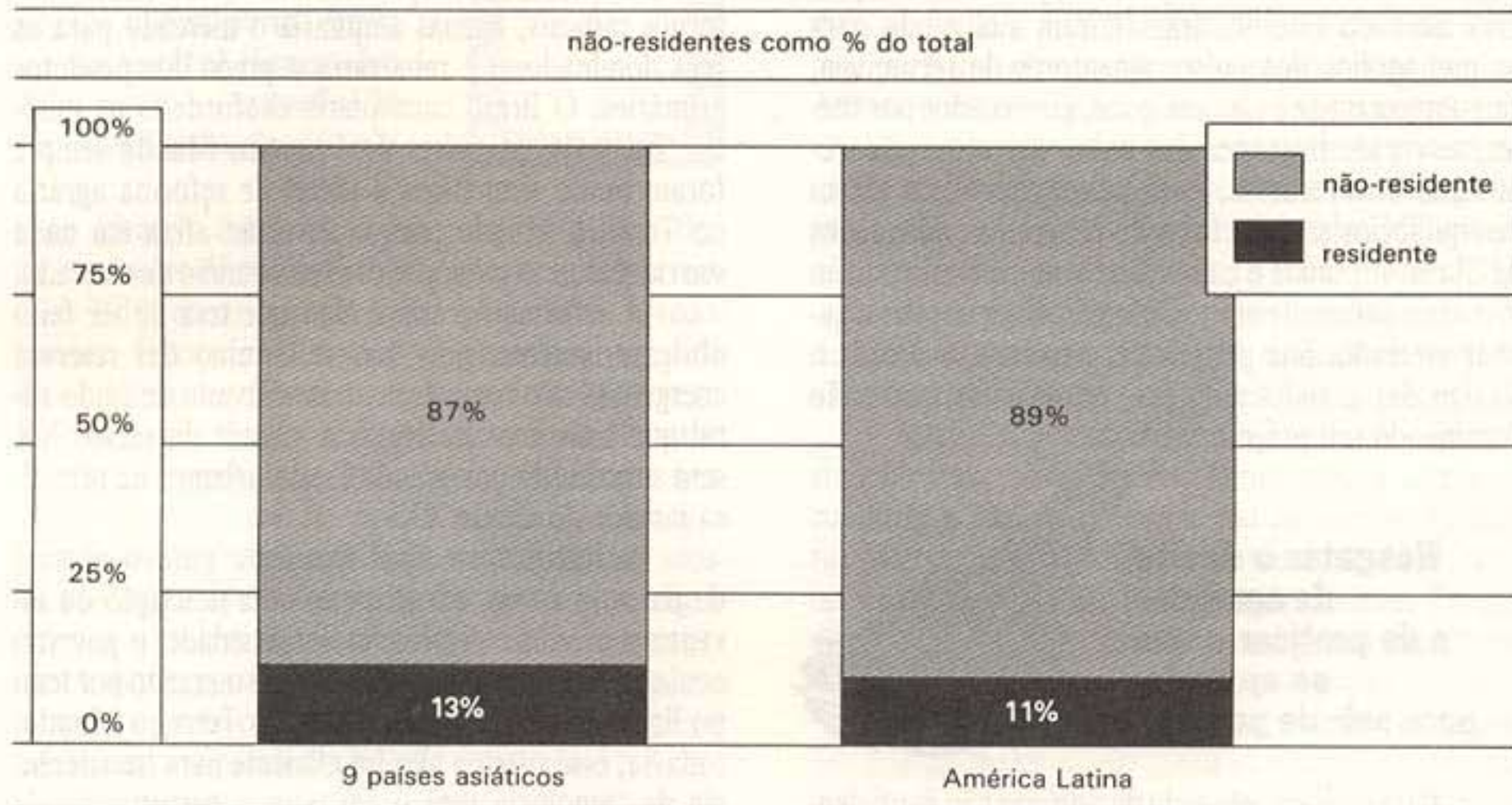
A justificativa mais freqüente para o sistema de patentes é que, em troca de uma descrição do invento colocado à disposição da sociedade, o governo concede ao inventor o monopólio do mercado por tempo limitado (15). Para os países do Terceiro Mundo, todavia, esse sistema não foi eficiente para transferência de tecnologia mas o foi para a perpetuação do monopólio e domínio do mercado. Quem tinha tecnologia e dominou mercados gerou riqueza. São grandes corporações que contratam equipes de pesquisadores para fazer modificações nos próprios inventos, requerendo novas patentes de modificação do invento anterior e, com isso, conseguem perpetuar o monopólio.

Com os recursos gerados, essas grandes empresas podem comprar diretamente novas patentes para perpetuar o monopólio; outros fatores importantes de perpetuação de monopólio são a marca e a rede de assistência técnica. Após 20 anos no mercado, uma marca torna-se conhecida resultando difícil para um novo produtor competir com a marca já aceita pelo público. Em caso de bens duráveis, quem tem o mercado reservado por 20 anos faz acordos com revendedores, cria uma rede de assistência técnica e dificulta a entrada de novos competidores no futuro.

Com a Convenção de Paris, o mundo dividiu-se em Primeiro Mundo rico, detentor de tecnologia, e Terceiro Mundo pobre, dependente tecnológico. Na década de 70, havia 3,5 milhões de patentes concedidas no mundo; sendo apenas 200 mil (ou 6% do total) concedidas por países do Terceiro Mundo. Cerca de 84% dessas 200 mil eram propriedades de estrangeiros, especialmente grandes companhias multinacionais dos cinco países mais desenvolvidos. Cerca de 95% dessas patentes não estavam em uso no Terceiro Mundo. Apenas cerca de 30 mil, ou 1% do total de 3,5 milhões de ações, pertenciam ao Terceiro Mundo que, no entanto, tem 75% da população mundial (16). O Gráfico 2, do trabalho de Hobbelink, ilustra essa triste realidade, que apenas serve para confirmar o óbvio: a Convenção de Paris constituiu-se na mais flagrante injustiça da era moderna.

GRÁFICO 2  
Patentes do terceiro mundo (17)

A maioria das patentes são concedidas a não-residentes



Uma companhia americana, a CHI Research Inc., associada ao jornal New York Times, contabilizou os estoques científicos de todos os países e chegou aos 15 de maior potencial de prosperidade, baseando-se não apenas no número de patentes mas também na sua qualidade (18). Os 15 países com maior potencial da prosperidade, baseando-se na tecnologia e patentes detidas, estão colocados no mapa sobre a distribuição de patentes entre as nações.

A Coreia do Sul e Taiwan foram, como se sabe, incentivados pelos EUA como bastiões de resistência contra o movimento socialista da China e da Coreia do Norte, enquanto que o Panamá aparece devido ao enclave da zona franca do canal do Panamá, pertencentes a este país, mas apropriado militarmente pelos EUA.

Embora negue na teoria, na prática, o sistema de patentes aboliu o direito de aprender, um dos direitos naturais do homem e essencial para sua realização. São bem conhecidas as constantes acusações de pirataria a quem exerce o direito legítimo de aprendizado. A declaração dos direitos do homem da ONU reconhece apenas o direito à instrução no artigo XXVI.1. "Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito."

O direito de aprender, todavia, é muito mais amplo que a simples instrução escolar. Esse direito é confiscado pela má aplicação do artigo XXVII.2. "Todo homem tem direito à proteção dos interesses

morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor."

Contudo, esses interesses morais e materiais não podem ser jamais a exclusão do direito de apreender, o monopólio de mercado, a tirania tecnológica. Em protesto contra isto, a assembléia geral da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência - SBPC, reunida no Rio de Janeiro em 18/6/1991, aprovou, sem nenhum voto contra, a moção do anexo 4 em defesa do direito de aprender (publicada no final deste artigo).

Outro direito natural essencial do ser humano, o qual conflita com a aplicação indevida do artigo XXVII, é o direito do homem fazer aquilo que ele aprende. O homem vem fazendo o que aprende há milênios e não pode ter seu direito natural cassado por outros interesses. O direito ao trabalho expresso no artigo XXIII da ONU é incompleto.

### Artigo XXIII

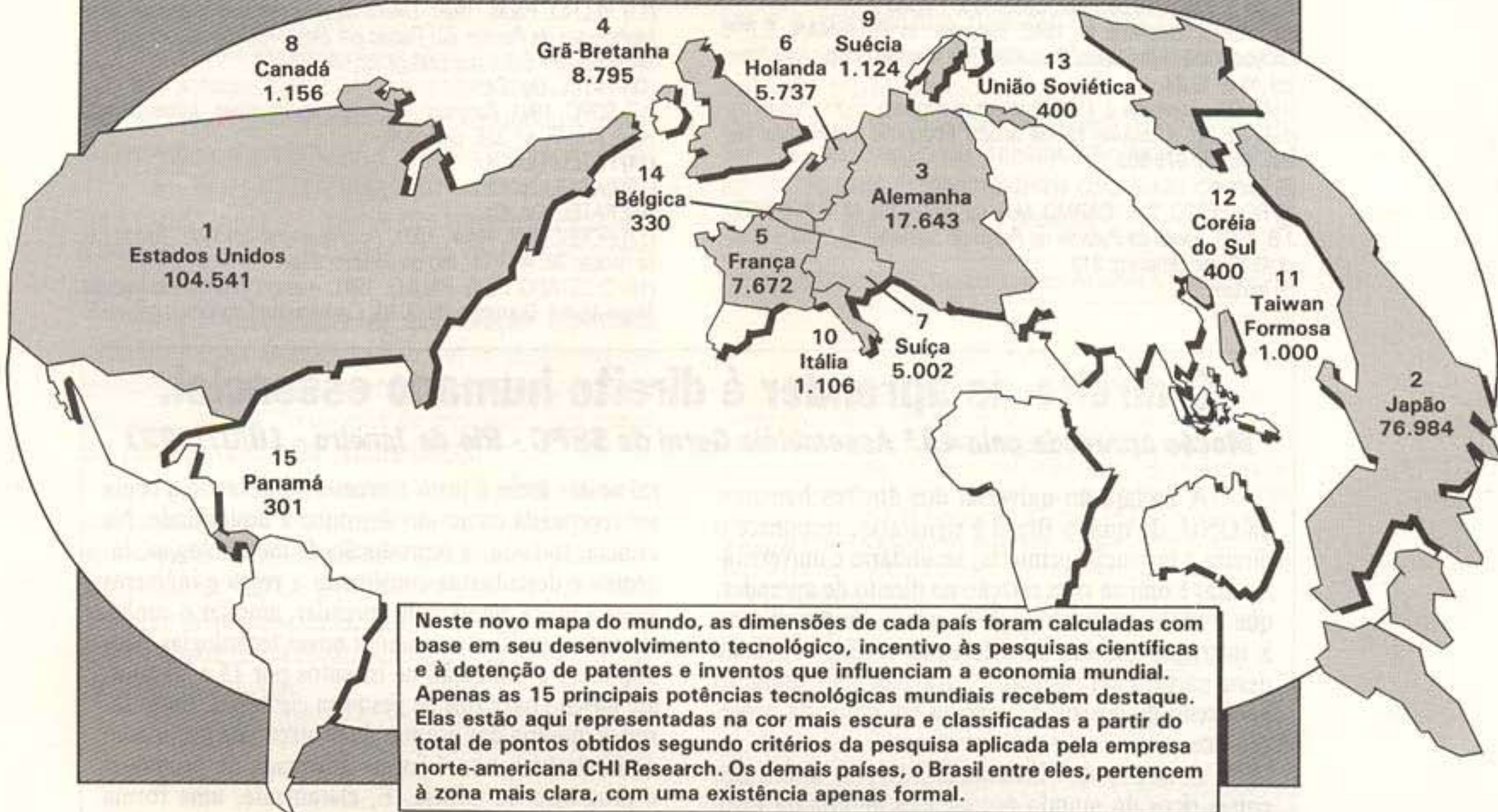
1. "Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

FIGURA 4

## Distribuição da nova riqueza das nações



Fonte: CHI Research INC. /The New York Times

4. Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.”

É preciso fazer o seguinte adendo ao artigo XXIII: “Todo homem tem direito a fazer o que aprender.”

O direito ao trabalho mais essencial é esse, o direito de empreender por si mesmo. Esse direito é a base da ‘livre iniciativa’ sem o qual ela torna-se uma farsa.

Da forma atual, os quatro pontos que compõem a Declaração apenas se referem ao direito de trabalho como empregado. Como resultado das patentes, a atual declaração está restringindo o direito de trabalhar como empresário a uma minoria privilegiada de inventores ou a grandes corporações que compram seus direitos expressos no artigo XXIII.2, ficando a quase totalidade dos homens restritos aos direitos dos empregados expressos no atual artigo XXIII.

Para existir livre iniciativa precisa existir o direito de aplicar os conhecimentos adquiridos. A liberdade de trabalho não pode ser suprimida oferecendo-se o monopólio dos mercados mundiais a um pequeno clube de empregadores de inventores.

Há outra omissão grave na atual declaração dos direitos humanos da ONU relacionada com o atual sistema mundial de patentes, administrado pela

própria ONU. Foi mostrado que esse sistema de patente é injusto para 75% dos habitantes da terra, cidadãos do Terceiro Mundo, empobrecidos artificialmente pela imposição de leis espúrias. O artigo VIII “Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.” Isto é condicionar os direitos humanos fundamentais a instrumentos contingentes e mutáveis como Constituição e lei. Esses têm que reconhecer e garantir os direitos fundamentais, e não o contrário. É preciso acrescentar a esta declaração o seguinte artigo:

Todo homem tem direito à Justiça que é alicerçada na equidade, reciprocidade, proporcionalidade e respeito ao próximo.

Esses três direitos fundamentais do ser humano - direito à justiça, direito de aprender e direito do homem fazer o que aprende - têm que ser reconhecidos e estão em choque direto com o atual sistema mundial de patentes. Sem o pleno exercício desses três direitos, o homem não pode expressar o seu potencial. ■

CARLOS JORGE ROSSETO - Doutor em agronomia, pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas e membro do Conselho da Associação de Agricultura Orgânica

## NOTAS

- (1) HUBERMAN, Leo. 1986. *História da Riqueza do Homem*. 21.ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan S.A. 313p.
- (2) LEITE, R.C. de C. 1992. *Propriedade Industrial e Servilismo*. Folha de S. Paulo, 16.03.1992. Caderno 2. Página 2.
- (3) LADAS, Stephens P. 1948. *Patentes*. In SELIGMAN, E.R.A. *Encyclopedia of the Social Sciences*. The Macmillan Co., New York, Vol. XI p. 19-24.
- (4) PATEL, Surendra J. 1989. *Intellectual Property Rights in the Uruguay Round. A disaster for the South?* *Economic and Political Weekly*. May 6: 978-993.
- (5) *Ibidem*.
- (6) ROSSETTO, C.J., CARMO, M.S. do, KRIEGER, M. e PINHEIRO, J.B. 1991. *Efeito da Patente no Preço da Semente*. *Ciência e Cultura* 43 (7, suplemento): 212.
- (7) *Ibidem*.
- (8) *Ibidem*.

- (9) HATHAWAY, David. 1991. *Notas Críticas sobre a Proposta de Lei de Cultivares*. AS-PTA, Rio de Janeiro. 20 p.
- (10) RADOMILLE, B. de P. e KRIEGER, M. 1991. *A Questão das Patentes sob o Ponto de Vista do Melhoramento*. Trabalho apresentado na 2.ª Fenabio Biolatina, S. Paulo.
- (11) VELHO, Paulo. 1990. *Direito de Propriedade Intelectual para Melhoristas de Plantas em Países em Desenvolvimento: 'Atraso' ou necessidade?* *Ciência e Cultura* 42(10):733-744.
- (12) PATEL, Op. Cit.
- (13) SBPC. 1991. *Patentes: Sherwood soube antes*. *Jornal Ciência Hoje*. Ano VI, n.º 238, página 1.
- (14) PATEL, Op. Cit.
- (15) LADAS, Op. Cit.
- (16) PATEL, Op. Cit.
- (17) HOBELINK, Henk. 1991. *Patenteamento da Vida*. Textos para debate 38. AS-PTA, Rio de Janeiro, 23p.
- (18) O ESTADO DE S. PAULO. 1991. *Avanço Técnico Redesenha Mapa-Mundi*. Domingo, 09.06.91, Caderno de Economia, página 9.

## O direito de aprender é direito humano essencial.

**Moção aprovada pela 43.ª Assembléia Geral da SBPC - Rio de Janeiro - 18/07/1991**

A declaração universal dos direitos humanos da ONU, da qual o Brasil é signatário, reconhece o direito à instrução primária, secundária e universitária mas é omissa com relação ao direito de aprender, que é muito mais abrangente que o simples direito à instrução escolar de diferentes níveis, constante dessa carta. Essa omissão é agravada pela limitação ao direito de aprender, imposta em nome da proteção dos inventores e seus inventos.

O direito dos inventores interessa muito aos países ricos do mundo porque eles montaram forte estrutura de ciência e tecnologia, tanto em nível governamental como privado, por meio das poderosas empresas e cartéis transnacionais. O direito de aprender interessa a todos os povos do Terceiro Mundo, pois são os que menos inventam e os que mais dependem do aprendizado para assimilar e absorver o progresso científico e tecnológico.

A ciência e tecnologia geram poder e riqueza. Esta pode ser reinvestida, gerando mais conhecimento científico e tecnologia que irão gerar mais riqueza. Este ciclo pode ser quebrado pelo aprendizado. Aos países ricos interessa portanto, inibir o aprendizado como forma de proteger seu poder e riqueza. Como os ricos dominam a ONU, tendo inclusive poder de veto, fica claro porque a atual declaração universal dos direitos humanos feita sob sua égide, privilegia o direito dos inventores e ignora o direito humano fundamental de aprender. Uma declaração universal de direitos humanos não pode ser parcial, refletindo os interesses dos países ricos. Não reconhecer o direito humano fundamental e essencial de aprender é condenar os povos pobres do Terceiro Mundo à eterna miséria.

O direito dos inventores é um privilégio que enriquece a poucos. O direito de aprender interessa às massas sofridas pobres de todo mundo. O direito dos inventores deve ser limitado pelo direito básico e essencial dos homens de aprender. O direito de aprender deve ser sobrepor ao direito de inventar.

Nas artes, literatura e música, copiar revela mediocridade e falta de criatividade. O direito auto-

ral nessas áreas é justo e necessário devendo a cópia ser reprovada como ato de roubo e deslealdade. Na ciência, todavia, a reprodução de metodologias, inventos e descobertas constituem a regra e inúmeras vezes a única maneira de aprender, ampliar o conhecimento científico e assimilar novas tecnologias. Monopolizar a utilização de inventos por 15 a 30 anos, até mesmo para fins de pesquisa científica, como fazem a maioria das normas de proteção da propriedade intelectual, não é forma adequada de promover o progresso da ciência. É, claramente, uma forma sutil de inibi-lo, inventada pelos países ricos, para ampliar seu poder e sua riqueza explorando eternamente os países pobres, por meio do imperialismo tecnológico, que substituiu o imperialismo territorial do século XIX.

Os cientistas, professores, estudantes reunidos na histórica 43.ª Assembléia Geral da SBPC, conclamam os cientistas, instituições de pesquisa, universidades, entidades e associações de classe, organizações comunitárias, religiosas e de direitos humanos, escolas, partidos políticos, sindicatos e cidadãos de todo mundo a refletirem sobre o direito de aprender e a defenderem a universalidade do conhecimento científico e tecnológico.

À Diretoria da SBPC, compete dar ênfase a ações, comunicados, debates, simpósios, seminários, mesas-redondas, que objetivem a implementação do direito de aprender como fundamental para o ser humano.

Enquanto não for feito um debate mundial e conclusivo sobre o direito de aprender, como condicionante e balizador dos direitos do inventor, o governo brasileiro não deve submeter-se às pressões das empresas transnacionais e governos dos países do Primeiro Mundo e seguir propondo leis que privilegiam os inventores, em sua maioria dos países ricos, contribuindo para ampliar a má distribuição da riqueza entre as nações, aumentando a dependência tecnológica e a conseqüente miséria do seu próprio povo.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1991.



# As duas mortes de Tiradentes

JOSÉ CARLOS RUY

*Em nome de um liberalismo a serviço da Inglaterra, D. Maria, a Louca, proibiu o funcionamento de fábricas no Brasil e enforcou Tiradentes. Há 200 anos...*

**D** Maria I, “a Louca”, rainha de Portugal, tomou duas medidas radicais referentes ao Brasil que, além de intimamente ligadas, evocam temas que continuam perfeitamente atuais em nosso tempo: a primeira delas foi o decreto de 1785, que proibiu o funcionamento de fábricas no Brasil, e mandou apreender as máquinas e desmontar as fábricas eventualmente existentes. A outra medida foi a sentença de morte contra Tiradentes como punição exemplar por sua participação na Inconfidência Mineira, executada em 21 de abril de 1792 e que comemora, portanto, duzentos anos.

O elo que liga estes dois acontecimentos de forma indissolúvel, e os remete ao presente, é a questão nacional, independentemente da consciência ou não que os personagens históricos tivessem dela. Estas medidas de D. Maria, a Louca - que, ironicamente, foi declarada incapaz de exercer o governo por ser doente mental no mesmo ano da morte de Tiradentes - tinham o sentido claro de manter o Brasil nos quadros do sistema colonial, impedindo seu crescimento econômico autônomo. O ouro e os diamantes de Minas Gerais conseguiram manter o fôlego da economia portuguesa durante o século XVIII, mas quando a mineração começou a dar sinais de esgotamento, o reflexo de sua crise em Portugal foi o ressurgimento e aprofundamento das dificuldades econômicas. Isso numa época de mudanças internacionais importantes: a revolução industrial inglesa criou as condições para o lançamento das bases mundiais do Império Britânico, e uma nova forma de imperialismo começava a sobrepor-se ao velho colonialismo, do qual Portugal foi um dos principais representantes.

A ideologia liberal, que acompanhava a ativida-

de dos industriais e comerciantes britânicos, dizia que os antigos monopólios comerciais - característicos do pacto colonial vigente até então - deviam ser eliminados, que os entraves ao comércio internacional deviam ser destruídos, e que os comerciantes deviam ter acesso a todos os portos do mundo. Foi a época da formação da *teoria das vantagens comparativas*, que previa uma divisão internacional do trabalho onde cada nação devia dedicar-se à atividade econômica em que sua produtividade e eficiência fosse maior, e adquirindo no mercado mundial os outros bens necessários ao consumo de seus povos. Uns produziam produtos industrializados (como a Inglaterra, que era então a “oficina do mundo”), outros produziam alimentos, outros ainda forneciam matérias-primas para o mercado mundial. E com isso, dizia essa teoria (reabilitada em nosso tempo pelos defensores da *modernização conservadora*), todos seriam felizes.



**Nascia a indústria moderna e, como hoje, havia profunda redefinição mundial**

Aquela época, como agora, conheceu uma redefinição profunda do cenário mundial. Gestava-se então o mundo moderno, dominado pelo industrialismo, pela doutrina dos direitos dos homens, e pelas primeiras formas democrático-burguesas de governo. Aquelas mudanças completaram-se com dois outros acontecimentos de alcance mundial. O primeiro deles foi a revolução americana, iniciada em 1776 com a procla-

mação da Independência dos Estados Unidos, e completada em 1788, com o reconhecimento da independência pela Inglaterra. O outro foi a revolução francesa de 1789, onde a plebe de Paris e as massas camponesas das províncias francesas varreram os privilégios feudais, a monarquia e a aura sagrada que havia em torno dos reis, eliminada pelos golpes da guilhotina que executou Luiz XVI e Maria Antonieta.

Essa situação internacional refletiu-se no Brasil com toda a sua complexidade. A economia mineradora criou, pela primeira vez, uma plutocracia urbana sofisticada, culta, que acompanhava de perto as mudanças mundiais. As idéias francesas tiveram forte impacto entre seus membros - principalmente as idéias dos reformistas aristocráticos que pretendiam substituir o absolutismo por alguma forma de monarquia constitucional.

Tomás Antonio Gonzaga, o poeta conspirador que fazia parte da pequena equipe de notáveis que, se a conspiração prosperasse, deveria redigir a Constituição da nova Nação e ocupar a chefia do governo provisório, por exemplo, tinha idéias políticas talvez mais atrasadas do que os constitucionalistas franceses. Na década de 1780, ele escreveu um tratado sobre a lei natural onde dizia que a democracia era o pior sistema de governo: "constituem ao Rei como mandatário, obrigado a dar contas ao povo, como seu mandante". Suas reservas à democracia tinham ainda como base o direito divino dos reis: "o Rei é um Ministro de Deus" e o fim "para que ele se pôs é a utilidade do seu povo".

**A Inconfidência podia  
levar,  
há 200 anos atrás,  
à criação  
de uma nação moderna**



Além disso, diz o historiador Kenneth Maxwell (de cuja obra foi extraída a referência a Gonzaga), "até onde as provas o revelam", nem mesmo a palavra democracia chegou a ser usada pelos conspiradores.

Já naquela época, os conspiradores mineiros pareciam interessados em *não perder o bonde da história*, como se diz hoje, e aproveitar a conjuntura internacional para eliminar os entraves colonialistas que impediam nosso desenvolvimento político, econômico e social. O exemplo da independência dos Estados Unidos parecia animar projeto semelhante em muitos espíritos e os conspiradores chegaram mesmo a fazer gestões para obter seu apoio ao projeto emancipatório. O apoio britânico também era esperado. Kenneth Maxwell diz que José Alvares Maciel, quando estudante em Coimbra, em 1788, discutira "a possibilidade da independência do Brasil com homens de negócios da Inglaterra, que lhe mostraram que o fato da América portuguesa deixar de seguir o exemplo dos norte-

americanos era visto com surpresa, e que qualquer iniciativa contra o domínio português teria o imediato apoio dos empresários britânicos".

Ainda não se podia falar, há 200 anos, em consciência nacional no sentido que essa expressão tem no Brasil de hoje - a consciência de se pertencer a uma pátria comum, a um mesmo povo, com uma cultura comum, uma nação integrada, cujo solo vai do Amapá ao Rio Grande do Sul, passando pelo Acre. Ao contrário, o sentimento regionalista era forte naquela época, embora os conspiradores pensassem que o movimento só teria êxito caso São Paulo e Rio de Janeiro aderissem.

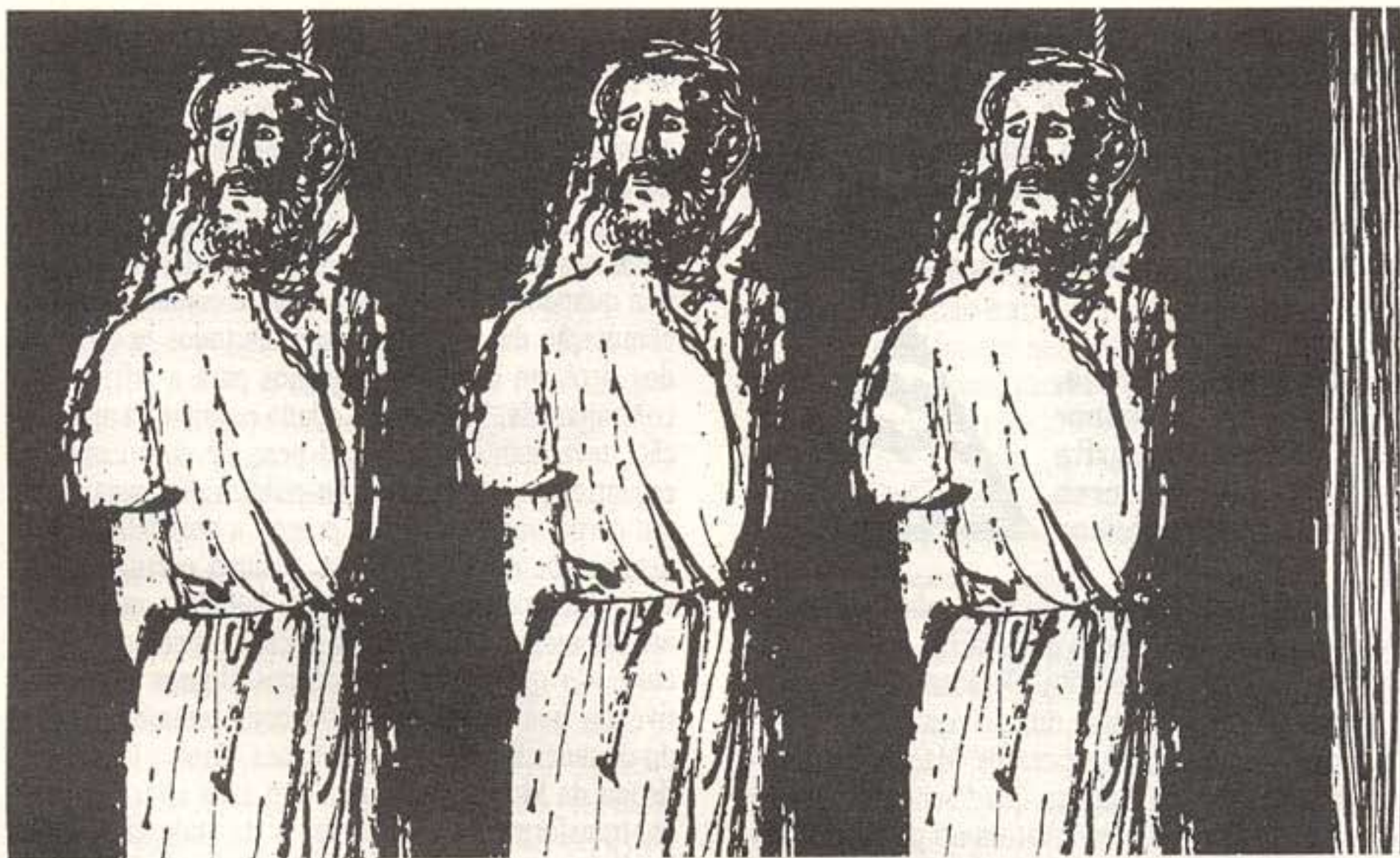
Porém, o forte sentimento autonomista e anticolonialista dos inconfidentes, ligado à defesa de seus interesses econômicos ameaçados pela Coroa portuguesa, levou-os a definir um programa de modernização que, embora social e politicamente conservador, poderia ter iniciado a criação de uma nação moderna. E, ao contrário dos pregoeiros modernos do neoliberalismo e da modernidade, eles procuraram demarcar com clareza a distinção entre seus interesses e os interesses antinacionais das potências estrangeiras.

A maioria dos líderes da conspiração tinha motivações pessoais para sua ação anticolonialista. Alvarenga Peixoto, por exemplo, "em 1788 estava diante de uma situação crítica" ameaçado, inclusive, por uma ação que corria contra ele na Junta do Comércio de Lisboa, pela cobrança de uma dívida de 11 mil contos de réis, uma fortuna para época.

As dívidas também moviam à conspiração outra categoria: a dos contratantes dos dízimos. Os contratantes eram particulares contratados pelo governo para cobrar impostos. Em Minas, cabia-lhes recolher as taxas cobradas aos mineradores; posteriormente deviam prestar contas à Fazenda Real, o que não acontecia com regularidade, gerando assim suas dívidas. Eles eram particularmente interessados no rompimento com Portugal. Domingos de Abreu Vieira era um contratante intimamente ligado a muitos oligarcas mineiros e seu débito era superior a 197 mil contos de réis do preço do contrato. João Rodrigues de Macedo, cuja mansão em Vila Rica era um ativo centro da conspiração, e Joaquim Silvério dos Reis, também eram grandes contratantes, com dívidas enormes. Macedo, por exemplo, devia uma soma que era oito vezes superior a seu ativo.

Padres como José da Silva de Oliveira Rolim e Carlos Correia de Toledo e Melo, cobiçavam as vantagens pecuniárias que anteviam com a emancipação. Rolim era um latifundiário, traficante de escravos e diamantes e usurário no Distrito Diamantino; ele "foi denunciado", diz Maxwell, "à Fazenda pelo juiz investigador Cruz e Silva" e era apontado como exemplo da ostensiva corrupção reinante entre os influentes caixas locais do governo. Toledo também era um rico e ambicioso proprietário de terras e escravos.

Militares como Francisco de Paula Freire de An-



drade ou Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, não conseguiam progredir em suas carreiras, preteridos por concorrentes portugueses que tinham a preferência nas promoções. Freire de Andrade era um oficial da Companhia dos Dragões, frequentemente deixado para trás nas promoções feitas pelo governo português. Tiradentes, por sua vez, nunca conseguiu passar do posto de alferes.

**Tiradentes tinha a postura do homem de massas, agitador e líder revolucionário**



Tiradentes pode ser considerado um típico representante da camada urbana intermediária que se desenvolveu nas cidades da região das minas. “Joaquim José da Silva Xavier foi, em toda a conspiração de Minas Gerais, um dos únicos - senão o único - destituídos de posses e riquezas”, dizem os historiadores Ricardo Maranhão e Antonio Mendes Jr. “Pertencia à ‘classe média’ pobre da Capitania, sendo obrigado a exercer vários ofícios ao mesmo tempo, para sobreviver. Foi mascate, ‘dentista’ (o que lhe deu o apelido) e soldado do regimento de cavalaria, onde não passou do posto de alferes (espécie de sub-oficial) devido à discriminação contra os brasileiros, que chegavam ao oficialato. Também não era culto e ‘letrado’, como a maioria dos seus companheiros. Mas tinha o que nenhum deles podia oferecer à conjura: a postura do grande agitador político, do líder revolucionário, do ‘homem de massas’. Sua atividade e capacidade de trabalho eram espantosas. Enquanto seus compa-

nheiros discutiam questões teóricas, ele agia, procurando aliados, fazendo propaganda, viajando para outras capitanias, sondando as possibilidades.”

O programa da Inconfidência refletia as contradições dessa composição social, prevendo a satisfação de múltiplos interesses. Refletia, por um lado, as dificuldades econômicas que haviam afastado muitos magnatas da Coroa, “forçando-os no rumo da revolução”. Por outro lado, essa conjura de oligarcas catalizou o descontentamento de outras camadas que, hoje, se poderia chamar de classe média letrada, formada principalmente de profissionais liberais, magistrados, advogados e do clero, sensíveis às idéias francesas de legalidade constitucional, e ao exemplo norte-americano de Independência e formação de uma república constitucional.

O programa previa o fim da proibição de atividades econômicas no Distrito Diamantino e, principalmente, a anistia das dívidas com a Fazenda Real. Além disso seria criada uma Casa da Moeda, cujas emissões seriam lastreadas pelo ouro que, previa-se, seria proibido de deixar a República. Previa-se também a implantação de manufaturas, o estímulo à exploração dos depósitos de minério de ferro, a criação de uma fábrica de pólvora, a criação de uma Universidade em Vila Rica, a restrição ao direito dos padres cobrarem o dízimo (em contrapartida a essa cobrança, eles deviam prestar serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social), o incentivo à natalidade, a abolição nas distinções e restrições no vestuário, a obrigatoriedade de uso de produtos manufaturados localmente. Do ponto de vista político, previa-se a formação de um governo republicano provisório, chefiado por Gonzaga, com a duração de três anos, ao fim do qual os governos passariam a ser eleitos a cada

três anos. Os direitos políticos somente eram extensivos aos *homens livres*, e os escravos, evidentemente, ficavam de fora da cidadania. Cada cidade teria seu parlamento, subordinado ao parlamento principal sediado na capital, e o exército permanente seria abolido (e seu lugar ocupado por cidadãos armados que, quando necessário, deveriam servir na milícia nacional).

**A burguesia de hoje,  
à menor  
dificuldade, grita  
louvores  
às marias loucas**



Finalmente, encontraram uma solução de compromisso para a questão da escravidão, tema de controvérsia entre os conjurados. Tiradentes declarava-se abolicionista, enquanto outros conspiradores temiam o comportamento dos escravos. Maciel, por exemplo, disse em seu depoimento que “sendo o número dos homens pretos e da escravatura no país muito superior ao dos brancos, toda e qualquer revolução que aqueles pressentissem nestes seria certo motivo para que eles mesmos se rebelassem” (citado por Clóvis Moura). A solução que o sargento Luis Vaz de Toledo pregava para isso era a abolição. “Um negro com uma carta de alforria na testa se deitava a morrer”, disse ele. “O certo, porém”, diz Clóvis Moura, “é que a abolição da escravatura não figurou como ponto programático na Inconfidência”. Segundo Kenneth Maxwell, a solução de compromisso a que se chegou, equacionando os interesses dos proprietários de escravos com segurança do Estado, foi a liberdade apenas para os negros e mulatos nascidos no território da nova república.

A conspiração, contudo, não chegou a sair dos planos. Sua história é por demais conhecida. Joaquim Silvério dos Reis, a troco do perdão de sua dívida para com a Fazenda Real, delatou seus companheiros. As prisões se sucederam, os conspiradores foram processados, e as autoridades coloniais prepararam um grande espetáculo público para o enforcamento de Tiradentes, no dia 21 de abril de 1792. Pretendiam uma grande demonstração de força para eliminar, pela raiz, qualquer veleidade autonomista e toda oposição não só ao pacto colonial mas também ao regime monárquico em Portugal. Seu êxito, entretanto, foi precário. A própria dinâmica dos acontecimentos europeus, conjugada com a luta dos nacionalistas brasileiros, levaria poucas décadas mais tarde à Independência do país. “A revolta planejada não se materializara”, diz Maxwell, “mas isto não escondia o fato de que um importante segmento do grupo social em que o governo metropolitano devia confiar para exercer seu poder em nível local, numa das mais importantes, populosas, ricas e estrategicamente bem situadas capitâneas brasileiras, tinha tido o atrevimento de pensar

que podia viver sem Portugal. (...) Jamais o *status quo* anterior seria restabelecido”.

As contradições de classe que existiam entre os conspiradores, e que provavelmente explodiriam se de fato chegassem ao poder, tiveram uma ocasião menos nobre para manifestar-se. Elas tornaram-se visíveis nas declarações de júbilo e de fidelidade à Rainha quando os condenados tiveram conhecimento da comutação das penas de morte de todos os conjurados ricos em degredos perpétuos para a África. Em contrapartida, Tiradentes, o lado popular da articulação, teve mantida sua cruel pena de enforcamento, esquartejamento e exposição pública dos pedaços de seu corpo nos locais onde pregou a possibilidade e a necessidade do país livrar-se do jugo português. Teve um comportamento heróico diante da morte, como até mesmo testemunhas oficialistas como o padre confessor que o acompanhou nos últimos momentos tiveram que reconhecer. Esse comportamento, eivado do misticismo próprio da época, criou a lenda que, depois da Monarquia, quase cem anos após sua morte, transformou-o em Patriarca da Independência e herói máximo do ideal republicano.

Aquela foi sua primeira morte. Hoje, duzentos anos depois, Tiradentes correria o risco de sofrer sua segunda morte, quando o governo e grande parte das elites brasileiras impõe ao povo um programa que se diz “de modernização” mas que, ao contrário do ideal autonomista de 200 anos atrás, amplia a dependência do país em relação às potências capitalistas, agindo contra o desenvolvimento independente e contra o bem estar e a segurança do povo brasileiro.

Gente que fala em modernização, espelhando-se em ideologias geradas há duzentos anos para legitimar o expansionismo britânico sobre o planeta e eliminar a concorrência industrial que poderia competir com aquela nação na disputa pelo mercado capitalista. E gente que esquece que o programa de desenvolvimento autônomo do país também tem pelo menos duzentos anos, e já era defendido pelos Inconfidentes de Minas Gerais. A elite republicana que hoje homenageia a figura de Tiradentes, porém não consegue levar às últimas conseqüências seu programa, vacila, e à menor dificuldade cantam louvores às *marias loucas* estrangeiras de nosso tempo. Com uma elite dessa, não há projeto de modernização que deslanche, seja hoje, seja há duzentos anos. ■

JOSÉ CARLOS RUY - Jornalista

## BIBLIOGRAFIA

MARANHÃO, Ricardo. e MENDES Jr., Antônio. *Um Homem do Povo na Força*, Jornal Bloco, n.º 1, 1.º de Maio de 1979.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa - A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*, RJ, Editora Paz e Terra, 1977.  
MOURA, Clóvis. *Inconfidência Mineira, Uma Utopia Republicana*, in Movimento, n.º 95, 25 de abril de 1977.

# Últimos momentos dos Inconfidentes

(pelo Frade que os assistiu de confissão)

**O** texto a seguir é um extrato do documento publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 44, 1881, páginas 161 a 185. Sua autoria, segundo os especialistas, é atribuída ao Frei Raimundo de Penaforte, um dos confessores dos conjurados, e testemunha dos momentos finais de Tiradentes. Trata-se de um depoimento de um representante do oficialismo que, mesmo assim, não consegue disfarçar a comoção que o espetáculo do enforcamento provocou entre o povo; daí seu interesse (JCR).

“Residem no coração do homem uns certos sentimentos cujas causas nos são ocultas; porém, se quisermos ser fiéis à nossa fé, ela nos ensina que entre as nossas almas e as secretas disposições da Providência há um mútuo comércio, donde resultam aqueles presságios que nós mesmos chamamos batimentos de coração. Seja o que for, contudo, o mais esperado foi o mais eloquente persuasor de uma irremediável morte. Sim, Alvarenga levantou a voz e falando aos principais culpados, disse: ‘Meus Amigos, aquela exceção não se entende comigo, nem com Vms., apenas Vidal e Salvador escaparão do laço’.

Quando pela meia hora apareceu o mesmo ministro, o seu rosto vinha como transformado e ninguém empregava nele os olhos que não respeitasse a terrível majestade da Justiça. Abriu os autos, e leu: Não são admitidos os últimos embargos pelas razões expeditas nos primeiros (...)

Um mortal suor os lavou e tragaram a gota do fel (...) mas vista a carta da Rainha, nossa Senhora, tornaram à vida (...) Comuta-se aos réus, exceto Tiradentes, a pena de morte em degredo perpétuo para os lugares da África, e se tornarem à América, morrerão irrevogavelmente morte natural da força para sempre (...)

A pena não pode pintar os extremos de alegria que se deixaram ver tanto nos réus como nos outros presos da cadeia e na infinita gente que estava esperando pela última e fatal decisão! Os gritos, ou louvores, e as ações de graças se elevaram ao céu. Uns admirados celebravam tão inaudita piedade da soberana, outros mil vivas repetiam; qual perguntava ao outro: que é isto que ouço! É verdade? (...) Tal exclamava: quem tal dissera! (...) Os presos com toda efusão de seu coração entoavam a Salve Rainha e prosseguiram o terço de Nossa Senhora, finalmente todos a uma só voz diziam: que clemência! Que piedade! Só vós, Senhora, nascestes para governar! Que felicidade a nossa sermos vassallos de uma Rainha tão cheia de comiseração pelo seu povo! Governai-nos, Senhora, vós nos cativastes (...) Em verdade, este perdão firmou muito mais o direito de vassalagem nos corações de seu povo, do que a Justiça, ainda que revesti-

da da clara luz do dia, que castigaria delito semelhante. Resplandece nesta clementíssima providência o inato amor, que consagra a soberana aos seus vassallos; qual o terno amor da mãe para com seus filhos, não menos em jogo de política, tão necessária aos príncipes, com o qual pretende atrair a si os corações de seus colonos, já aterrando-os, já confundindo-os e concutindo-lhes os ânimos, como para lhes mostrar evidentemente a infidelidade de alguns, já com o horror dos últimos castigos, já finalmente com mitigar estes mesmos castigos até chegar ao excesso de dispensar nas leis ordinárias.



**Morreria com prazer  
pois não  
levava após si tantos  
infelizes  
a quem contaminara**

No meio de tão vivos transportes de alegria, só o Tiradentes estava ligado de mãos e pés, que justamente foi por último declarado sedutor; testemunhou esta não esperada metamorfose, mas tão coraçudo como contrito, respondeu ao diretor\*, que o confortava até aqui, ‘que agora morreria cheio de prazer, pois não levava após si tantos infelizes, a quem contaminara: que isto mesmo intentara ele nas multiplicadas vezes que fora à presença dos ministros, pois sempre lhes pedira, que fizessem dele só vítima da lei.’ (...)

Amanheceu o dia 21 de abril, que lhe abriria a eternidade. Entrou o algoz para lhe vestir a alva e pedindo-lhe de costume o perdão da morte, e que a Justiça é que lhe moveria os braços e não a vontade; placidamente, voltou-se a ele e lhe disse: ‘a meu amigo, deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés’; o que foi feito com demonstração de humildade com a mesma despiu a camisa e vestiu a alva dizendo “Que o seu Redentor morrera por ele também nú”.

Então vieram aqueles, que talvez tratavam de bagatela este fato, qual foi o peso em que o tomaram os que devem vigiar sobre os sagrados direitos dos reis; fazer temer e respeitar a sua suprema autoridade e conservar o sossego público. Soaram com alegria os instrumentos bélicos; de uns quartéis marcharam os regimentos, que guarneciam esta praça, com os seus respectivos uniformes maiores, e foram postar-se nos lugares determinados. O regimento de Moura bordava toda a rua da Cadeia de uma e outra banda, continuava o regimento de artilharia até o largo da barreira de Santo Antonio, chamado o campo da Lampadoza; avulsas patrulhas demandavam continuamente este largo, apartando o indizível concurso do

\* Diretor era sinônimo, na época, de sacerdote, de guia espiritual.

povo, que cada vez mais se apinhava. Os demais regimentos estavam postados em figura triangular, deixando uma praça vazia, na qual estava a força elevadíssima, de sorte que a escada, por onde se subiria a ela tinha mais de vinte degraus, e as colunas dos regimentos reforçaram-se ao depois das outras, que bordavam a dita rua e marcharam na retaguarda de todo o acompanhamento, que seguia o réu. Dava a tropa as costas ao patíbulo; as cartucheiras estavam providas de pólvora e bala.

Comandava este campo o brigadeiro Pedro Alves de Andrade, que tinha dado o risco desta postura em ordem aos respectivos chefes do regimento. Em soberbo e bem ajaezado cavalo, o brigadeiro percorreu todo o campo, observando o alinhamento da tropa. Ao lado do brigadeiro ricamente montado ia D. Luiz de Castro Benedito, como Exmo. ajudante-de-ordens do Vice-Rei, seu pai; a sua guarda de respeito era de dois soldados de cavalaria, e dois sargentos-mores, igualmente bem montados, acompanhavam o ajudante-de-ordens para as expedições que fossem necessárias. (...)

Abria o caminho por entre o desfilamento dos regimentos, que bordavam a rua, a primeira companhia do esquadrão; seguiu-se o clero, a irmandade e os religiosos, que rodeavam o padecente, repetindo os salmos próprios para estas ações.

Causava admiração a constância do réu, e muito mais a viva devoção que tinha aos grandes mistérios da Trindade e da Encarnação; de sorte que, falando-se-lhes nestes mistérios, se lhe divisavam as faces abrasadas e as expressões eram cheias de unção: o que fez que o seu diretor não lhe dissesse mais nada se não repetir com ele o símbolo de S. Atanásio. O valor, a intrepidez e a pressa com que caminhava, os solilóquios que fazia com o Crucifixo, que nas mãos levava, encheram de extrema consolação aos que lhe assistiam.

Os ministros da Justiça formavam um respeitável e majestoso ajuntamento. Os meirinhos guardavam o réu executor; após estes ia o juiz de fora montado em brioso cavalo; era de prata a ferragem dos arreios e as clinas iam trançadas e rematadas com laço de fita cor-de-rosa. Apostava o ouvidor da comarca no asseio, riqueza e melindre de sua cavalgadura com o juiz de fora. Sobre todos aparecia o desembargador ouvidor geral do crime; os arreios de seu vistoso cavalo eram de prata dourada, de veludo escarlata e franjas de ouro as gualdrapas e os estribos dos arreios. Fechava este acompanhamento a 2.<sup>a</sup> companhia do esquadrão: no coice desta procissão vinha o carretão, que traria os quartos, depois de feita a execução, puxados por galés. (...)

Ligeiramente subiu os degraus e sem levantar os olhos, que sempre conservou pregados no Crucifixo sem estremecimento algum, deu lugar ao carrasco para preparar o que era necessário, e por três vezes pediu-lhe que abreviasse a execução. Não desistiram

os sacerdotes de dirigir a Deus os auxílios tão necessários para avivar a fé, a esperança e a caridade em transe tão arriscado.

O guardião do convento de Santo Antônio, que também acompanhava a seus súditos, inflamando-se desmarcadamente em caridade e em justiça, subiu a escada e daí admoestou os espectadores que não se deixassem possuir só pela curiosidade e do assombro, mas que implorassem a Deus a última graça para quem tão constante ia pagar o seu delito, e que assim mesmo tinha servido de objeto da clemência da soberana, que o não punia mais gravemente, e não menos da iluminada justiça de seus ministros, que não lhe agravaram a pena.

Repetido pelo mesmo padre guardião o credo, viu-se suspenso de uma das traves da força o corpo do infame réu, cuja alma em paz descanse. (...)

As janelas das casas estão vindo abaixo de tanto mulherio; cada uma apostava com a outra o melhor asseio. Não permitiu a Providência que a curiosidade roubasse a maior parte deste espetáculo; foi tal a compaixão do povo da infelicidade temporal do réu, que para lhe apressarem a eterna, ofereceram voluntariamente esmolos para dizerem missas por sua alma: e só nessa passagem tirou o irmão da bolsa cinco doblas. Era impossível que este fato com as suas circunstâncias, não tocasse vivamente os corações dos bons e fiéis vassallos, e que vassallos cristãos não descobrissem nele uma particular providência, e que não adorassem! Assim o sentiu a câmara desta cidade, que determinou que se pusessem as luminárias nas três noites seguintes, e se fizesse uma ação de graças; para o que escolheram a igreja dos Terceiros Carmelitas.

Por convite da mesma fez pontifical de manhã o Exmo. e Rvmo. bispo diocesano, e de tarde repetiu o muito reverendo padre-mestre Sr. Dr. Fernando Pinto, carmelita, uma nervosa oração fundada sobre três pontos dados pelo Ilmo e iluminado juiz da alçada e chanceler, para que não se misturassem com os transportes do povo os verdadeiros, que deviam surpreender os ânimos e corações dos bons e fiéis vassallos, e foram: 1.<sup>o</sup> - Render graças a Deus pelo benefício que fez aos povos de Minas Gerais em se descobrir a infame conjuração a tempo que foi dissipada e sem que fosse posta em execução, e se seguissem as perniciosíssimas consequências que dela resultariam; 2.<sup>o</sup> - Por não ser contaminada esta cidade do contágio da dita infame conjuração; 3.<sup>o</sup> - Persuadir ao povo fidelidade, amor e lealdade a uma soberana tão pia e tão clemente e rogar a Deus que lhe conserve a vida e o Império. (...)

Finalmente, a pena não pode pintar o contentamento, a alegria e o prazer que se divisava no rosto de todos, e a voz comum, que por muitos dias se ouviu, dizia: nunca se viu tanta clemência. Esta universal e sincera expressão formará para sempre a fidelidade deste povo à nossa augusta, pia e fidelíssima Rainha, que Deus conserve por dilatados anos." ■

# O que promete a crise atual do capitalismo

DILERMANDO TONI

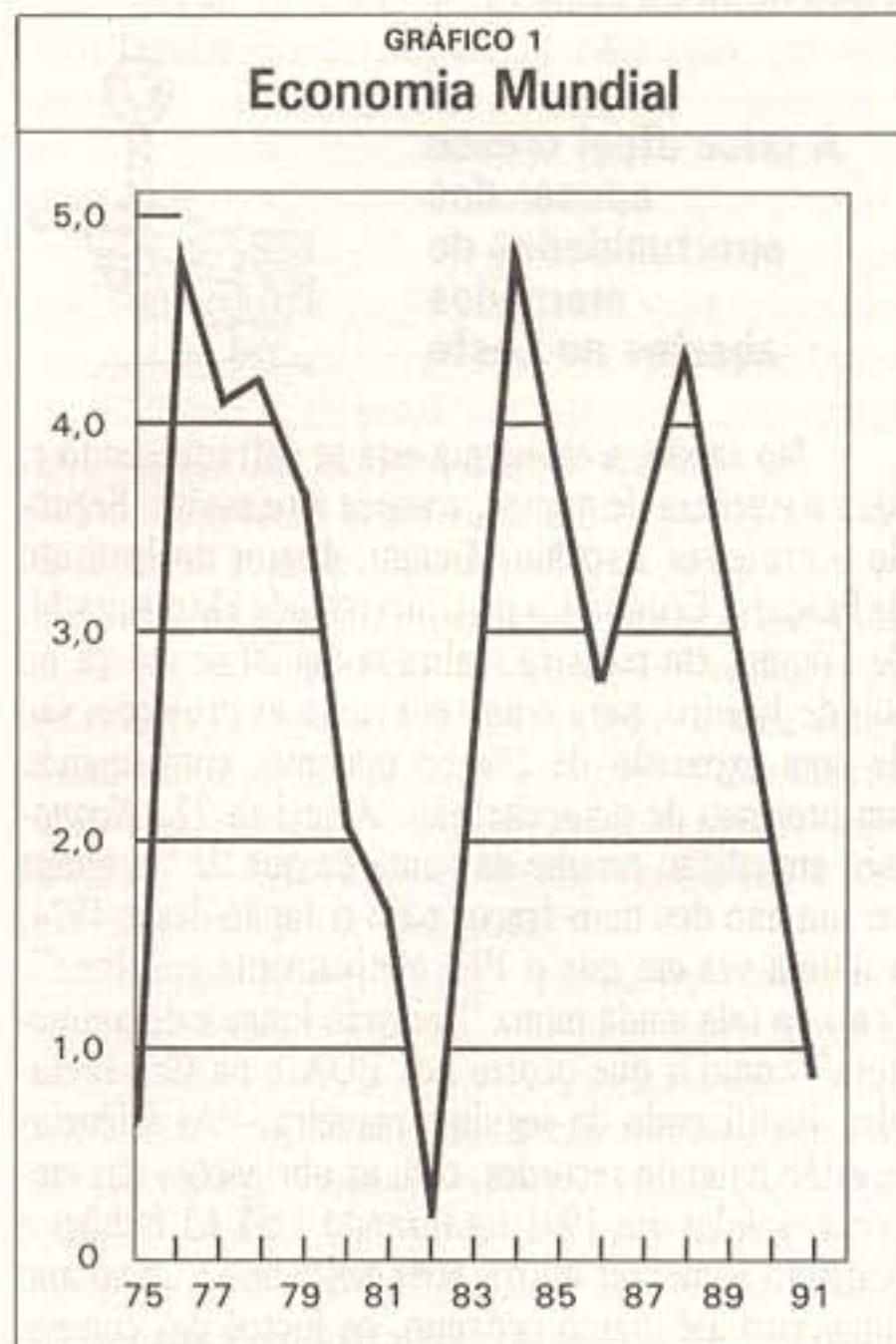
*A mídia anuncia que o capitalismo tornou-se capaz de driblar as crises e se perpetuar no tempo. Com base nesse raciocínio, reforça a propaganda de que o socialismo morreu*

**A** realidade, entretanto, fala mais alto que a propaganda e os fatos estão a demonstrar que o capitalismo em sua fase imperialista, considerado do ponto de vista histórico, é um sistema em agonia, que apresenta insuperáveis problemas que vão se avolumando sem cessar. Abordaremos nos limites deste artigo a crise atual do imperialismo procurando discutir sua natureza e suas causas, dando prosseguimento a uma série de textos sobre o tema já publicados na *Princípios*.

Tomada em seu conjunto, a economia capitalista apresentou em 1991 a menor taxa de crescimento dos últimos 10 anos, algo em torno de 0,9%, segundo dados do Banco Mundial, cujos dirigentes prevêm uma lenta retomada para a primeira metade da década em curso. O gráfico 1 expõe essa situação bem como deixa à mostra sua semelhança com as crises de 74/75 e 80/82. A tabela 1 apresenta, por país, as quedas recentes do Produto Nacional Bruto em relação ao ano anterior onde se destacam os EUA, a Inglaterra e o Canadá.

As taxas atuais ficam muito distantes das verificadas no pós-guerra, ou mesmo nos anos 60. Quanto ao comércio mundial, segundo o relatório do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), referente a 1991 e divulgado no mês de março último, "o aumento do volume caiu pelo terceiro ano consecutivo, para 3%, a menor taxa de expansão desde 1983" (1). De uma maneira geral, os índices relativos à produção e ao comércio, mesmo quando não negativos, demonstram a estagnação do sistema.

O prognóstico de uma recuperação a curto prazo se torna ainda mais difícil quando se analisa os últimos dados dos desempenhos alemão, japonês e ame-



Fonte: FMI e Centro de Informações da Gazeta Mercantil  
Produto Interno Bruto a preços constantes.

ricano. O Escritório Federal de Estatística da Alemanha informou, no dia 13 de março, que "a economia alemã ocidental teve seu mais fraco desempenho trimestral desde meados de 1987, nos últimos três meses de 91, que se traduz num declínio de 0,5% do Produto

Nacional Bruto - sendo esse o terceiro declínio trimestral consecutivo”.

TABELA 1  
**Evolução do PNB**  
(Variação em percentagem, em relação ao período anterior)

	1990	1991
EUA	1,0	-0,2
Japão	5,6	4,2
Alemanha (Occidental)	4,5	3,0
França	2,8	1,3
Itália	2,0	1,3
Inglaterra	0,6	-1,7
Canadá	0,5	-1,1

Fonte: FMI

O Instituto Econômico IFW, ligado à Universidade de Kiel, não prevê uma recuperação antes de 1993 e calculou que o crescimento geral do PNB neste ano ficará em apenas 1%.

**A crise atual cresce apesar das oportunidades de mercados abertos no Leste**



No Japão, a economia está se enfraquecendo e, para a surpresa de muitos, começa a recessão. Segundo o professor Ryoshin Minami, diretor do Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade Hitotsubashi, de Tóquio, em palestra realizada dia 20 de março no Rio de Janeiro, para o ano em curso as projeções são de uma expansão de 2% no máximo, confirmando um processo de desaceleração. A revista *The Economist* em edição recente dá conta de que 92 “promete ser um ano dos mais fracos para o Japão desde 1974, a última vez em que o PIB efetivamente encolheu”. O artigo fala ainda numa “recessão longa e desanimadora” como a que ocorre nos EUA e na Grã-Bretanha, justificando da seguinte maneira: “As falências já estão batendo recordes, com as obrigações das empresas falidas em 1991 totalizando US\$ 63 bilhões e podendo aumentar outros 50% neste ano (...) no ano financeiro até março próximo, os lucros das companhias deverão cair pelo terceiro ano consecutivo, a primeira vez que tal coisa acontece desde 1954.”

Quanto à situação norte-americana, não há grandes novidades em relação ao que se tem dito, ou seja, não há nada que indique o início de uma saída da recessão que vem desde meados de 1990. Às vésperas da eleição presidencial, Bush faz um enorme esforço para tentar convencer os eleitores de que as dificulda-

des americanas têm origem externa, mais precisamente nas relações comerciais com o Japão.

A primeira conclusão que se pode tirar é que a crise atual se estende por todo o sistema do imperialismo. Mas seria interessante discutir porque isso se dá justo num momento em que, com a desintegração do bloco soviético, abriram-se enormes mercados para a exportação de capitais em suas mais variadas modalidades. Algo infinitamente superior à “integração” que já de algum tempo vinha sendo feita com a Polônia, a Iugoslávia ou mesmo com a URSS de Gorbachov.

E a pergunta torna-se ainda mais intrigante se considerarmos outros fatores tais como:

- Não há uma resistência de vulto ao imperialismo em escala internacional, tanto no plano das lutas populares de caráter nacional como no de governos dos países dependentes; pelo contrário, o que se observa é um movimento das classes dominantes de muitos países do Terceiro Mundo no sentido de facilitar a dominação imperialista via alienação do patrimônio público, privatizando empresas estatais;

- Cuba, Vietnã, Coreia e China, países que fizeram revoluções e que se mantêm fora da órbita imperialista, não constituem um fator de concorrência à economia capitalista. A economia desses países não está voltada para a disputa de mercados internacionais;

- Os preços do petróleo, fonte de energia da qual dependem os países capitalistas desenvolvidos e cujas variações altistas foram apresentadas como causa da crise de 74/75, agora se mantêm estáveis e relativamente baixos: em torno de US\$ 19 o barril.

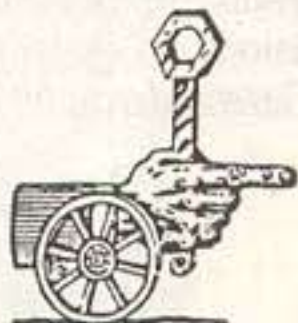
A discussão sobre a natureza e as causas da atual crise do imperialismo está sendo retomada há pouco tempo pelos pensadores marxistas. Isto se deve, em boa medida, ao fato de que por cerca de 30 anos, desde o pós-guerra até os fins da década de 60, o sistema mundial capitalista viveu uma fase de expansão e de recuperação nos países que haviam sido destruídos no conflito bélico. Nessa ocasião, a produção de uma maneira geral apresentava índices de crescimento razoáveis, a inflação e o desemprego mantinham-se em níveis relativamente baixos e o dólar como moeda de referência internacional não enfrentava maiores problemas.

Tal situação se esgotou com a eclosão da crise de 74/75 e só a partir daí é que se começou a debater a crise mais recente do imperialismo de maneira sistemática. Há no campo da esquerda (*latu sensu*) posições muito variadas sobre o que ocorre no mundo capitalista desenvolvido, que vão desde aqueles que não reconhecem e não falam em crise (2), até aqueles que, reconhecendo-a, dão diferentes interpretações a seu conteúdo e às suas causas. Quanto às forças marxistas-leninistas propriamente ditas, o debate vem sendo feito com atraso e o acúmulo de discussão é ainda incipiente. (3)



Uma abordagem inicial do problema nos remete a fazer, inclusive do ponto de vista conceitual, a diferenciação entre o que se chama de crise geral do capitalismo e as crises econômicas cíclicas de superprodução do sistema. São fenômenos distintos, os quais podem estar relacionados mas não devem ser confundidos.

**Não se deve confundir  
a crise  
atual do capitalismo  
com crise  
geral do sistema**



A elaboração da tese da crise geral do capitalismo é da lavra de Lênin e se refere à crise do sistema em seu conjunto, nos terrenos político, econômico e ideológico, “crise que se caracteriza por guerras e revoluções, pela luta entre o capitalismo agonizante e o socialismo ascendente.” Os traços centrais da crise geral do capitalismo são: a divisão do mundo em dois sistemas antagônicos, o capitalista e o socialista; a desintegração do sistema colonial e semi-colonial do imperialismo (do qual vão se desprendendo país após país, restringindo-se de maneira crescente o mercado capitalista); as contradições e a instabilidade da economia dos países imperialistas; e o desenvolvimento da crise política e ideológica da burguesia. (4)

A questão que aqui se levanta é se durante *toda* a época do imperialismo o sistema está em crise geral com o conteúdo que foi colocado anteriormente. Ao formular sua tese, Lênin levou em consideração além das leis econômicas do capitalismo monopolista e a possibilidade das revoluções proletárias que daí surge, a correlação de forças entre o proletariado e a burguesia - a existência, ascensão e consolidação do poder do primeiro e a queda contínua do poder da burguesia. Em outras palavras, o conceito de crise geral do capitalismo está ligado aos aspectos objetivo e subjetivo da luta entre o proletariado e a burguesia.

Mas qual é a situação atual? A URSS iniciou sob o comando de Kruschov a transição para o capitalismo, em meados dos anos 50, acompanhada por quase todos os países que compunham o bloco socialista e agora, com o esgotamento total dos modelos revisionistas, adota claramente o capitalismo. A Rússia e as outras ex-repúblicas soviéticas estão se tornando países dependentes do imperialismo, principalmente do alemão. De outra parte, apenas um reduzido número de países resiste em manter sua soberania e ainda não há novos países que estejam conquistando a independência nacional. Em certa medida podemos dizer que o *momento* é de influxo do imperialismo e da contra-revolução. Nesse sentido, não há como caracterizar a crise atual como crise geral do capitalismo, como quiserem fazer crer durante muito tempo os revisionistas soviéticos.

As crises cíclicas de superprodução se manifes-

tam como um fenômeno inerente ao capitalismo desde as primeiras décadas do século passado, tendo sido objeto de análise por parte de Marx e Engels. A característica inicial desse tipo de crise é que as mercadorias não encontram saída por terem sido produzidas em quantidades maiores do que os principais consumidores, as massas populares, podem comprar. A superprodução não é absoluta e sim relativa à demanda solvente, além do que, não é jamais “medida” em função das necessidades reais da sociedade.

Esse tipo de crise é comum tanto ao capitalismo concorrencial como ao capitalismo monopolista, e sua base está assentada exatamente sobre a contradição principal do sistema, ou seja, entre o caráter social da produção e a forma privada, capitalista, de apropriação dos produtos. Na ânsia de obter lucros cada vez maiores os capitalistas aumentam a produção, aperfeiçoam a técnica, desenvolvem a ciência, empregam novas máquinas, materiais e métodos de trabalho e lançam no mercado enormes quantidades de mercadorias. Com o mesmo objetivo, esforçam-se para manter o nível de vida dos trabalhadores nos limites mínimos, reduzindo relativamente a demanda solvente. A taxa média de lucro cai e a anarquia da produção em toda a sociedade aumenta.

Nos momentos de crise do ciclo capitalista, a produção cai, ocorre a falência de muitas empresas, os estoques se acumulam, os salários são comprimidos ainda mais e o desemprego dispara. Acontece também a destruição maciça de forças produtivas. Vão de acomodando de maneira violenta as proporções da produção com as da demanda solvente. Grosso modo, essa é a *teoria das crises cíclicas*.



**As siderúrgicas do  
Japão  
reduziram a produção  
em função do  
acúmulo de estoques**

Para fugir à monotonia da abstração, vejamos alguns dados recentemente publicados na imprensa econômica. Dia 20 de março último aconteceu na Europa uma reunião entre representantes do setor da navegação de todo o mundo que “discutiram a necessidade de aumentar a venda de navios *como sucata* para reduzir o excesso de capacidade de carga que tem contribuído para comprimir o preço dos fretes”. Por navio é que são transportadas milhões de toneladas de carga entre os continentes: o petróleo, o minério de ferro, os grãos, etc. Para se ter uma idéia do que está envolvido nesse setor de transporte basta ver que num plano de dez anos para a renovação de metade da frota, como querem os empresários do ramo, teriam que ser investidos US\$ 25 bilhões por ano (*Gazeta Mercantil*, 23/3/92).

Em 1990, as companhias aéreas tiveram um prejuízo de US\$ 2,7 bilhões apenas nos seus serviços inter-

nacionais. No ano passado, o prejuízo se elevou para algo próximo dos US\$ 4 bilhões e, pela primeira vez desde 1945., as viagens aéreas diminuíram no mundo inteiro. Nessa conta não estão computados os muitos milhões perdidos nas rotas domésticas. Mais de 1.000 aviões - o que equivale a quase 10% da totalidade da frota de aviões comerciais do mundo inteiro - estão parados. Desses, 160 estão estacionados num deserto dos EUA incluindo vários modelos novos, tais como o Boeing 747, pertencentes à Air Canadá, que custaram a bagatela de US\$ 140 milhões cada, e que voaram da fábrica para o estacionamento do deserto. Os fabricantes de avião esperam que muitas das aeronaves atualmente paradas sejam *sucateadas*. (*Gazeta Mercantil*, 3/4/92)

“As cinco grandes siderúrgicas do Japão anunciaram consideráveis revisões para menos nas suas projeções de lucros (...) o desempenho delas acompanhou o aprofundamento da recessão econômica no país”. (*Gazeta Mercantil*, 23/3/92).

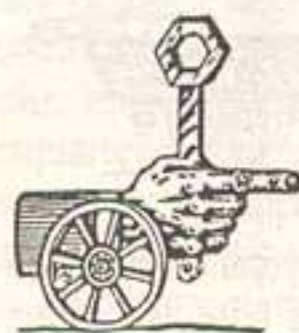
Isso representa um recuo de 36% em relação ao ano anterior. Ressalte-se que o Japão tem hoje a siderurgia mais desenvolvida do mundo, tendo em vista que a americana e a européia enfrentam profunda crise (5). Todas as grandes siderúrgicas japonesas procederam a cortes na produção devido ao acúmulo dos estoques em função da queda da demanda.

A General Motors é a maior fábrica de automóveis do mundo, empregando só na América do Norte cerca de 500 mil trabalhadores. Ano passado, seu prejuízo naquela região alcançou a casa dos US\$ 8 bilhões. A empresa anunciou recentemente a decisão de *fechar* nada menos que 21 fábricas e despedir 70 mil trabalhadores nos Estados Unidos e no Canadá nos próximos quatro anos. A Chrysler, mergulhada em profundas dificuldades, foi obrigada a vender sua participação acionária na Mitsubishi para pagar contas à Renault. O Citicorp, maior banco dos EUA, anunciou que em 91 teve um prejuízo de aproximadamente US\$ 500 milhões. O sistema bancário americano passa por uma enorme onda de falências (publicamos na edição passada da *Princípios* um gráfico demonstrando isso) e fusões. Em meados de 91, o NCNB e o Cands/Sovran, duas instituições bancárias do sul do país, se uniram e formaram o terceiro maior banco americano em termos de ativos. A revista americana *Fortune*, em sua última edição das “500 mais”, dá conta de que em 91 o lucro de tais empresas americanas caiu em 41%, totalizando US\$ 55,1 bilhões. Nada menos que 103 das 500 tiveram prejuízos e a queda na venda combinada foi de US\$ 2,26 trilhões. De 11,9 milhões de pessoas que trabalham em tais empresas, 480 mil perderam seus empregos.

Anuncia-se também que a Comunidade Econômica Européia (CEE) pretende *reduzir a sua produção agrícola* para não permitir que os preços caiam. As maiores indústrias européias de automóveis já analisam seriamente a possibilidade de se associarem às

suas congêneres japonesas a fim de manterem-se vivas.

Uma pesquisa realizada em dezembro de 91 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas de Munique dá conta de que “a indústria alemã está reduzindo cada vez mais a escala de suas unidades domésticas de produção”. Entre 500 empresas pesquisadas, 53% responderam que estão tomando medidas nesse sentido, a maioria das quais pretende fazê-lo cortando empregos. (*Gazeta Mercantil*, 31/3/92).



### **A dependência do petróleo leva o sistema a uma grave crise estrutural**

No ano de 91 retraíram-se os principais mercados consumidores de automóveis. As vendas caíram de uma maneira geral nos EUA, na Europa e no Japão. (*Gazeta Mercantil*, 5/2/92). Em certa medida, a indústria automobilística vem apresentando transtornos desde a crise de 74/75. O registro de veículos novos nos EUA passou de 11,4 milhões de unidades em 1973 para 10,5 milhões em 1988. Na Europa e no Japão, no mesmo período, a demanda cresceu fracamente. Acontece muito mais uma ocupação de espaços já existentes por novos fabricantes, como no caso dos veículos japoneses nos EUA e na Europa. É importante ter em conta que a indústria automobilística representa para os países capitalistas desenvolvidos cerca de 10% dos empregos, 10% do PNB e 15% do comércio exterior de cada um. (6)

Tudo o que foi descrito acima põe a nu a crise que se instalou em setores-chave da economia dos países capitalistas mais desenvolvidos do mundo a partir dos meados de 90. Nela, sem dúvida, estão presentes elementos de uma crise de superprodução.

Um dos fatos mais importantes da cena internacional dos últimos tempos foi a Guerra do Golfo. Apesar da intensa propaganda, muita gente desconfiou da “lição de democracia” ou da “defesa das normas do direito internacional” com as quais os imperialistas procuraram justificar sua agressão. Na realidade o que estava em jogo era o interesse econômico de manter sob controle uma fonte poderosa de abastecimento de petróleo ameaçada pelo Iraque.

Claro que não há nenhuma novidade no que acabamos de dizer mas nosso interesse é discutir outro problema que o imperialismo enfrenta na atualidade: a crise estrutural, a qual diz respeito sobretudo à dependência de petróleo em que está montada a estrutura de produção das grandes economias capitalistas. A previsão é que os EUA, maior consumidor de petróleo do mundo, deverá estar importando, dentro de duas décadas, três de cada quatro barris do produto para satisfazer suas necessidades. O Japão importa quase 100% do petróleo que consome. Esse tipo de cri-

se não é cíclica e nem de superprodução, pelo contrário, está relacionada com a subprodução forçada.

Sua causa básica é a ação dos grandes monopólios que dominam o setor. Aliás, essa é uma velha tática adotada na história do capitalismo. Lênin ao responder a pergunta do que realmente estava por trás do problema do petróleo assinalou: "Há antes de tudo a desavergonhada inflação dos preços do petróleo provocada pelos senhores industriais petrolíferos, junto com a *redução* artificial do rendimento dos poços e das refinarias por esses 'cavaleiros' do lucro capitalista (...) uma criminosa confabulação dos magnatas do petróleo para deprimir os consumidores." (7)

A crise de 74/75 teve nitidamente esse caráter - de 72 a 80 os preços mundiais do petróleo aumentaram mais de 15 vezes. A guerra do Golfo, como dissemos, se insere nesse contexto mas mostra, além disso, que a luta dos povos e países por sua soberania também se reflete nesse tipo de crise. (8)

A crise de 74/75 foi a primeira que após a II Guerra Mundial afetou todo o mundo capitalista. Seus efeitos foram comparados aos da crise de 29/33. Em 1975, a produção industrial nos países capitalistas desenvolvidos foi reduzida em 8,5% e o produto global caiu 2,3%.

No início da década de 80, o mundo capitalista foi sacudido por uma nova crise. A produção industrial caiu por três anos consecutivos como mostra a tabela 2. Suas características também foram de superprodução relativa e seus efeitos se fizeram sentir fortemente nos países dependentes.

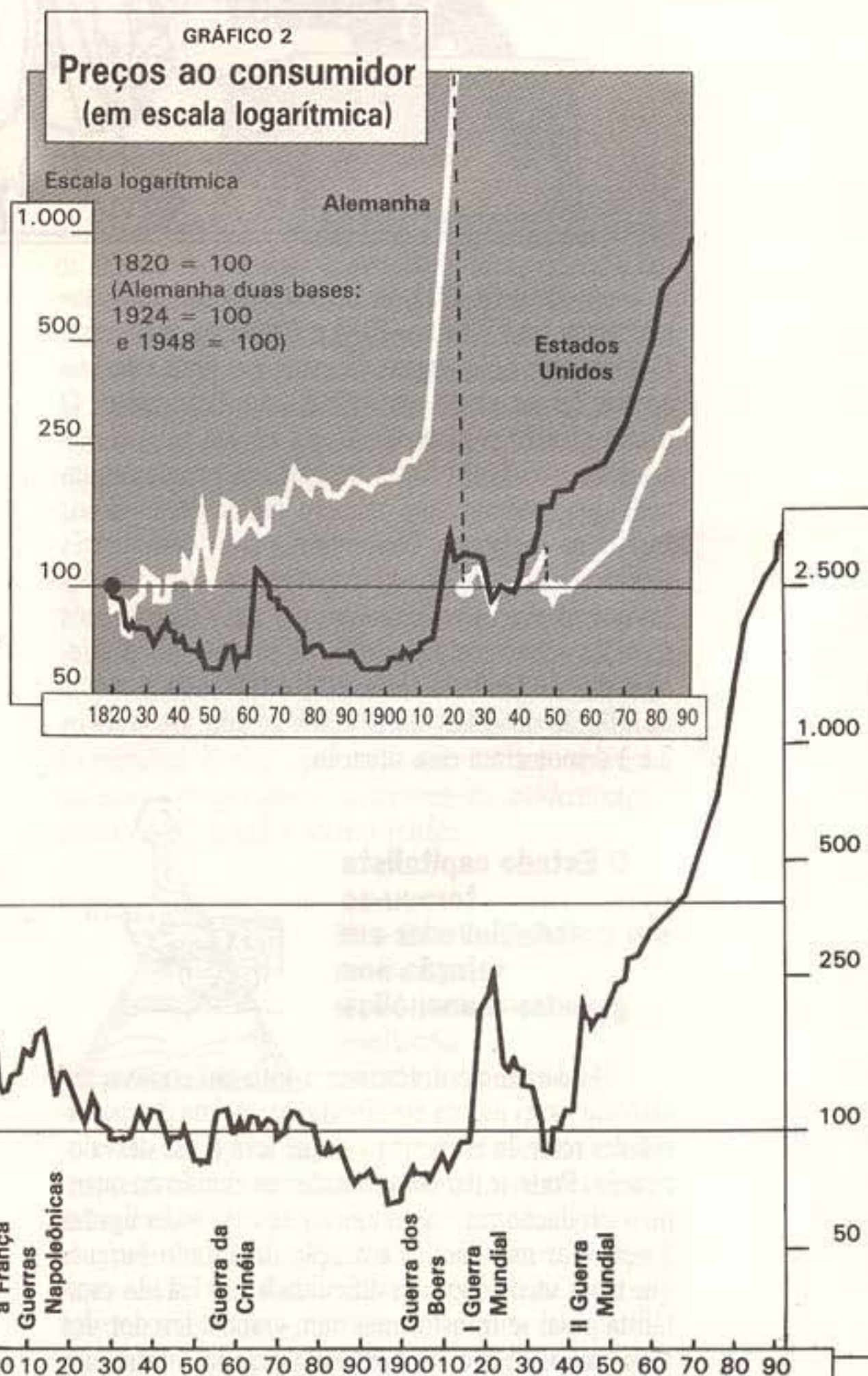
Uma particularidade das últimas crises do capitalismo é que no seu decurso - e também nas outras fases do ciclo - os preços não caem e sim continuam subindo num processo de inflação permanente. Esse é um fenômeno novo na história do capitalismo.

TABELA 2  
Variação da produção industrial,  
de 79 a 82\*  
(% em relação ao ano anterior)

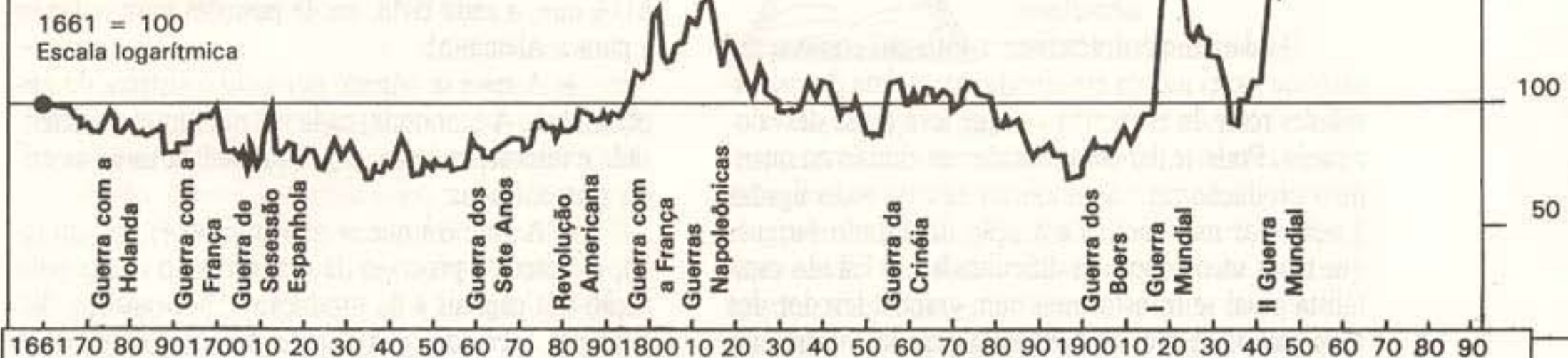
País	1979	1980	1981	1982
Estados Unidos	4,4	-3,6	2,7	-8,2
Alemanha (RFA)	5,1	0,0	-1,3	-2,8
Japão	7,3	4,7	1,0	0,3
Inglaterra	3,6	-6,5	-4,0	0,7
França	4,4	0,0	-0,1	-1,0
Países da CEE **	4,7	-0,4	-2,0	-1,2

\* Quadro extraído do livro *Centros y periferia del mundo capitalista*, M. Avsénov. M. Búnkina, Moscou, 1986.

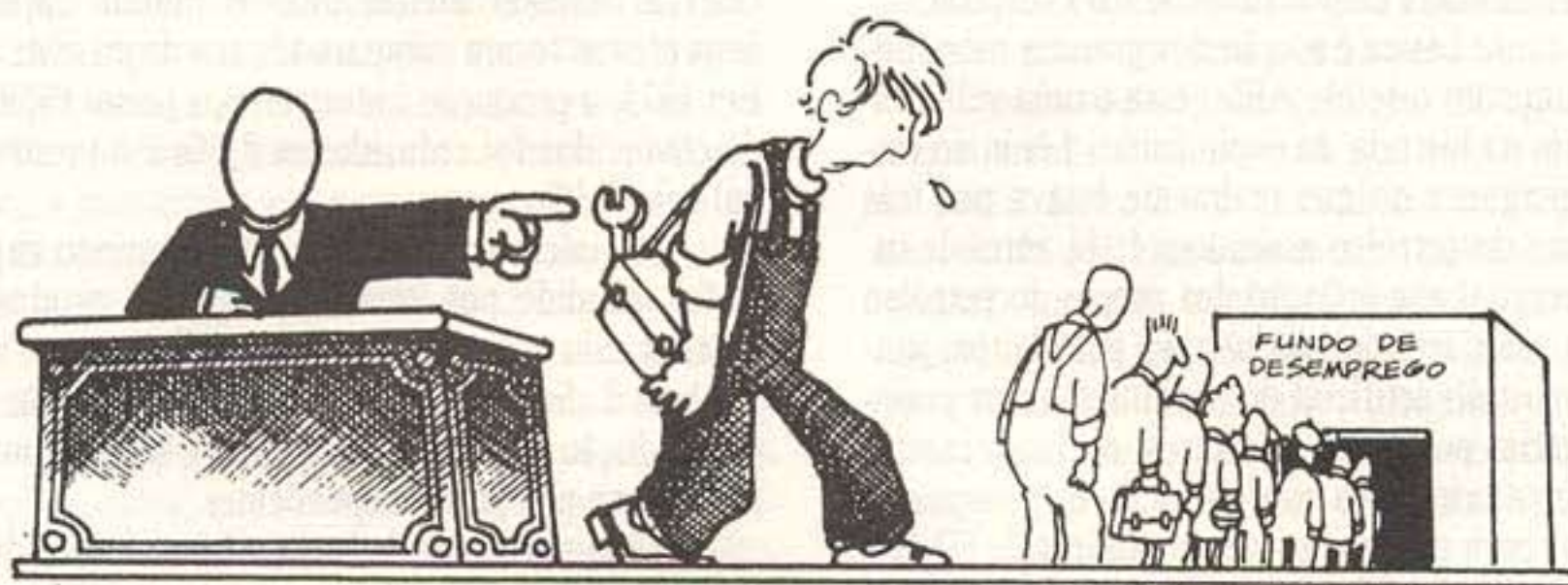
\*\* CEE - Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Irlanda e Grécia (à época).



**GRÁFICO 3**  
Inflação Britânica  
(em escala logarítmica)



Fonte: The Economist, Gazeta Mercantil, 4/3/92.



A partir de 1933, os preços ao consumidor aumentaram em 950% nos EUA e 4000% na Inglaterra. O dólar vale hoje apenas 10 cents e a libra esterlina apenas 2,5 pence do que valiam naquela ocasião. O marco alemão perdeu dois terços de seu valor desde a reforma de 1948. Antes de 1933, os preços caíram mais que subiram num número maior de anos nos EUA e na Inglaterra. Nesse último país, durante três séculos (antes de 33), houve somente seis ocasiões em que os preços aumentaram por mais de três anos seguidos sendo que, em 1933, os preços pouco diferiam dos de 1960. Já entre 1981 e 1990 a taxa média de inflação nos EUA foi de 5,4% ao ano. Os gráficos 2 e 3 demonstram essa situação.

### **O Estado capitalista tornou-se um grande devedor em relação aos grandes monopólios**



Poderíamos caracterizar a inflação como o excesso de papel moeda em circulação - acima das necessidades reais da economia - o que leva à sua desvalorização. Pode-se dar com emissões adicionais ou quando a produção cai. Suas causas básicas estão ligadas à ação dos monopólios e à ação do Estado burguês que tenta socorrê-los nas dificuldades. O Estado capitalista atual se transformou num grande devedor dos monopólios, como também num grande consumidor da produção capitalista monopolista privada.

As encomendas estatais de armamentos - consumo improdutivo da renda nacional - envolvem bilhões de dólares, o mesmo acontecendo com os créditos que o Estado facilita às empresas; os déficits orçamentários são cobertos com emissões de moeda. Por seu turno, os monopólios exercem uma ação no sentido da alta contínua dos preços ao fixar os valores de venda e ao não permitir a baixa, mesmo quando cai a demanda. Isso pode ser feito em parte por causa dos altos níveis de encomendas estatais. A inflação redistribui a renda nacional em favor das classes dominantes e em detrimento dos trabalhadores. "Proporcionalmente ao descenso do salário real reduzem-se os gastos de produção capitalistas e sobre essa base aumenta o grau de exploração dos trabalhadores." (9). O próprio Estado financia suas atividades através do aumento dos impostos que recaem com maior peso sobre os ombros dos assalariados.

A análise da crise do imperialismo nos dias atuais nos permite retirar algumas conclusões:

- O epicentro das três últimas crises foram os EUA que, a cada ciclo, perde posições para o Japão e para a Alemanha;
- A crise se estende por todo o sistema do imperialismo. A economia, cada vez mais internacionalizada e interdependente, em certa medida torna as crises sincronizadas;
- A base em que se dão as crises é, por um lado, o crescente processo de concentração e oligopolização dos capitais e da produção e, por outro, a disputa por mercados e a corrida tecnológica entre as grandes potências imperialistas;

- A situação atual, embora não possa ser enquadrada como crise geral do capitalismo, envolve uma crise multifacética, de superprodução, de estrutura, com problemas crônicos como o da inflação, dos déficits estatais e outros;

- Há variações no ciclo de reprodução do capital. Não acontecem períodos de grande auge. A economia se move entre aquilo que se costumou chamar de recessão e aquecimento. Há uma estagnação geral;

- O peso da crise como que em escala aumentada é jogado sobre os ombros dos trabalhadores e dos povos dos países dependentes, cada vez mais empobrecidos;

- As dificuldades de acumulação capitalista crescem e o que demonstra isso são os problemas enfrentados pelos países imperialistas para financiar a passagem para a "economia de mercado" dos países do Leste europeu e da extinta URSS;

- A crise atual manifesta-se também no sistema bancário, que é o próprio coração do imperialismo. O parasitismo atingiu níveis altíssimos: uma enorme massa de capital especulativo gira nos mercados financeiros internacionais em busca do lucro fácil. Os bancos de investimento sobrepõem os bancos comerciais tradicionais.

O desenvolvimento recente da história econômi-

ca do capitalismo mostra claramente que o sistema está minado de contradições e que as crises são inevitáveis. A crise geral do capitalismo é, da mesma forma, inevitável historicamente. O que não se pode negar é a validade das palavras de Marx escritas há mais de um século: "O monopólio do capital se converte em prisão do modo de produção que cresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que se tornam incompatíveis com a sua envoltura capitalista, que saltará em pedaços." ■

DILERMANDO TONI - Jornalista, editor do jornal *A Classe Operária*

## NOTAS

(1) Como não poderia ser de outra forma, a diminuição no crescimento do comércio mundial se deve, em boa parte, à queda das exportações dos países dependentes. Segundo o relatório do GATT, as exportações dos 15 países mais endividados do mundo caíram em mais de 60% em 91. O superávit comercial desse grupo de países passou de US\$ 29 bilhões em 90, para US\$ 10 bilhões em 91. A lista de países é a seguinte: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia. Os países imperialistas se defendem através do protecionismo e fazem enorme pressão no sentido de aumentar suas exportações.

Em termos de valor, as exportações mundiais de mercadorias subiram 1,5%, no ano de 91, o menor crescimento desde 1985.

(2) Um exemplo disso são as recentes resoluções adotadas pelo I Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT). Ao analisar a situação internacional, não é dita uma palavra sequer sobre a crise que atinge o imperialismo nos dias de hoje. A ênfase é colocada nas modificações tecnológicas, na formação dos grandes blocos econômicos, na difícil situação dos países do Terceiro Mundo e nos problemas ambientais. A crise focalizada é tão somente a crise do socialismo. É um enfoque unilateral que acaba por dificultar a luta dos trabalhadores.

(3) No fim dos anos 70, Enver Hoxha, então presidente do Partido do Trabalho da Albânia, escreveu o livro *O Imperialismo e a Revolução* no qual expôs a seguinte idéia sobre a situação do imperialismo: "O mundo capitalista e revisionista está envolvido numa grave crise econômica e política, financeira e militar, ideológica e moral. Tendo abalado todas as estruturas e superestruturas do sistema burguês e revisionista, a crise atual aguçou e aprofundou ainda mais a crise geral do sistema capitalista" (grifo meu) e prosseguia "a situação no mundo de hoje é, em geral, revolucionária, em muitos países essa situação está madura ou amadurece rapidamente..." (pág. 132).

No meu entender essa caracterização só se manteve correta enquanto existiu o socialismo na URSS e em outros países que formavam o campo socialista, num período que vai desde a I Guerra Mundial até meados dos anos 50. A colocação do problema, nos termos em que E. Hoxha faz, subestima a proporção do golpe sofrido pelas forças revolucionárias com a traição dos revisionistas soviéticos.

(4) Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS, 2ª edição, pág. 270 a 283.

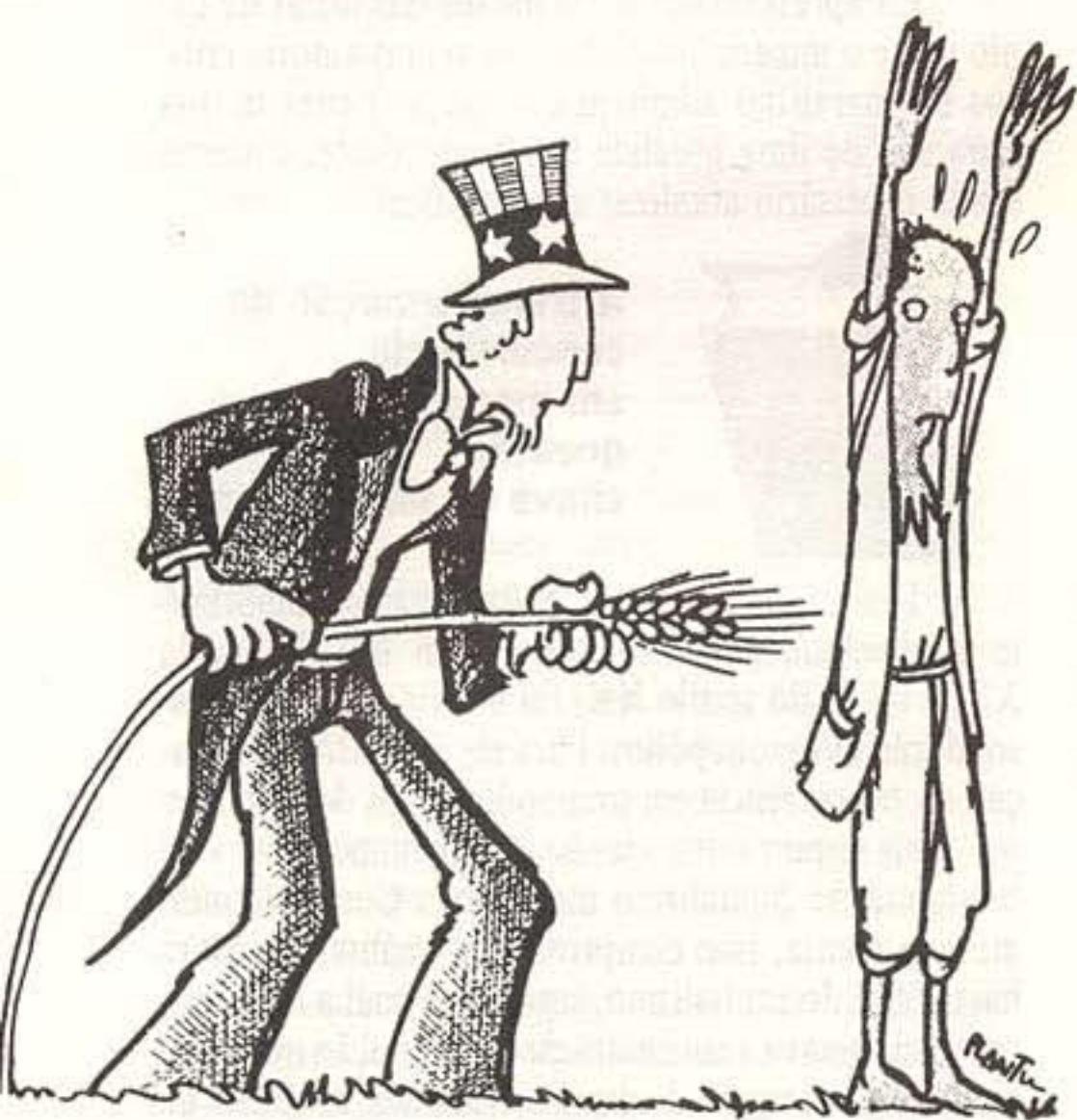
(5) De 1960 a 1975, a participação dos EUA no mercado mundial de produtos siderúrgicos caiu de 28% para 19%. O Japão e a CEE detêm juntos cerca de 75% do mercado.

(6) A fome de petróleo, Lênin, abril de 1913.

(7) Revista *Etudes Marxistes*, n.º 10, maio de 91.

(8) Na minha opinião, não procede o ponto de vista de Duarte Pereira (*Classe Operária*, n.º 22, julho de 89) que questiona a caracterização de certo tipo de crise atual como crise de estrutura. Segundo Duarte, isso estaria fora da tradição marxista. Entretanto, a tradição marxista ensina que devem ser levados em consideração os problemas novos que inevitavelmente surgem com o desenvolvimento da economia. Problemas de natureza mais geral, estrutural, como o do petróleo, podem mesmo afetar seriamente economias que se enquadram no terreno da experiência socialista, como no caso de Cuba.

(9) La crisis general del capitalismo, pág. 113, V. Trepelkov.



# O imperialismo, fase superior do capitalismo \*

LUIZ MARCOS GOMES

*Essa obra de Lênin revolucionou a economia política do início do século. O texto continua atual e básico para se compreender a essência econômica do imperialismo*

**E**m meados de 1917, apareceu em Petrogrado, na antiga Rússia czarista, a obra de Lênin intitulada "O imperialismo, fase superior do capitalismo" que, desde então, provocou enorme impacto na compreensão dos fundamentos econômicos e políticos do moderno capitalismo. Completados setenta e cinco anos que o livro veio a público, o mundo assiste a enormes transformações: a URSS se fragmentou e desmoronou, assim como os regimes estabelecidos nos países do Leste europeu após a II Guerra Mundial; acabou o confronto e a bipolaridade EUA x URSS, os Estados Unidos surgem como a única superpotência política e militar reinando sobre o mundo; o campo socialista ruiu, restando regimes em países aparentemente isolados como China, Cuba, Coreia do Norte e Vietnã; o capitalismo parece ser o grande vencedor, a ideologia neoliberal triunfa no mundo inteiro e os ideólogos do capitalismo imperialista prometem uma nova era de paz.

Lênin e seu conceito de imperialismo parecem inteiramente *démodés*, coisas superadas. Parecem, mas não são. Marx dizia que, se não houvesse diferença entre a aparência e a essência das coisas, a ciência não seria necessária. Isso vale para qualquer ramo da ciência - seja da natureza ou da sociedade. O que parece mais difícil quando se trata de estudar os fenômenos sociais é que, além de ultrapassar a simples aparência dos fenômenos, o investigador precisa ainda superar tudo o que a ideologia burguesa descarrega sobre a sociedade por meio de diversificados e gigantescos meios de comunicação. E isso nem sempre é tarefa fácil.

Lênin escreveu sua obra sobre o imperialismo capitalista no decorrer da I Guerra Mundial, em meio às profundas cisões ocorridas dentro da II Internacional e de uma grave crise vivida pelo movimento operário. Enfrentando, naquele momento, uma enorme onda ideológica da reação imperialista, juntamente com tendências reformistas de conciliação com a reação, ele procura "compreender o problema econômico fundamental, o da essência econômica do imperialismo, sem o qual não será possível compreender a guerra e a política de nossos dias."

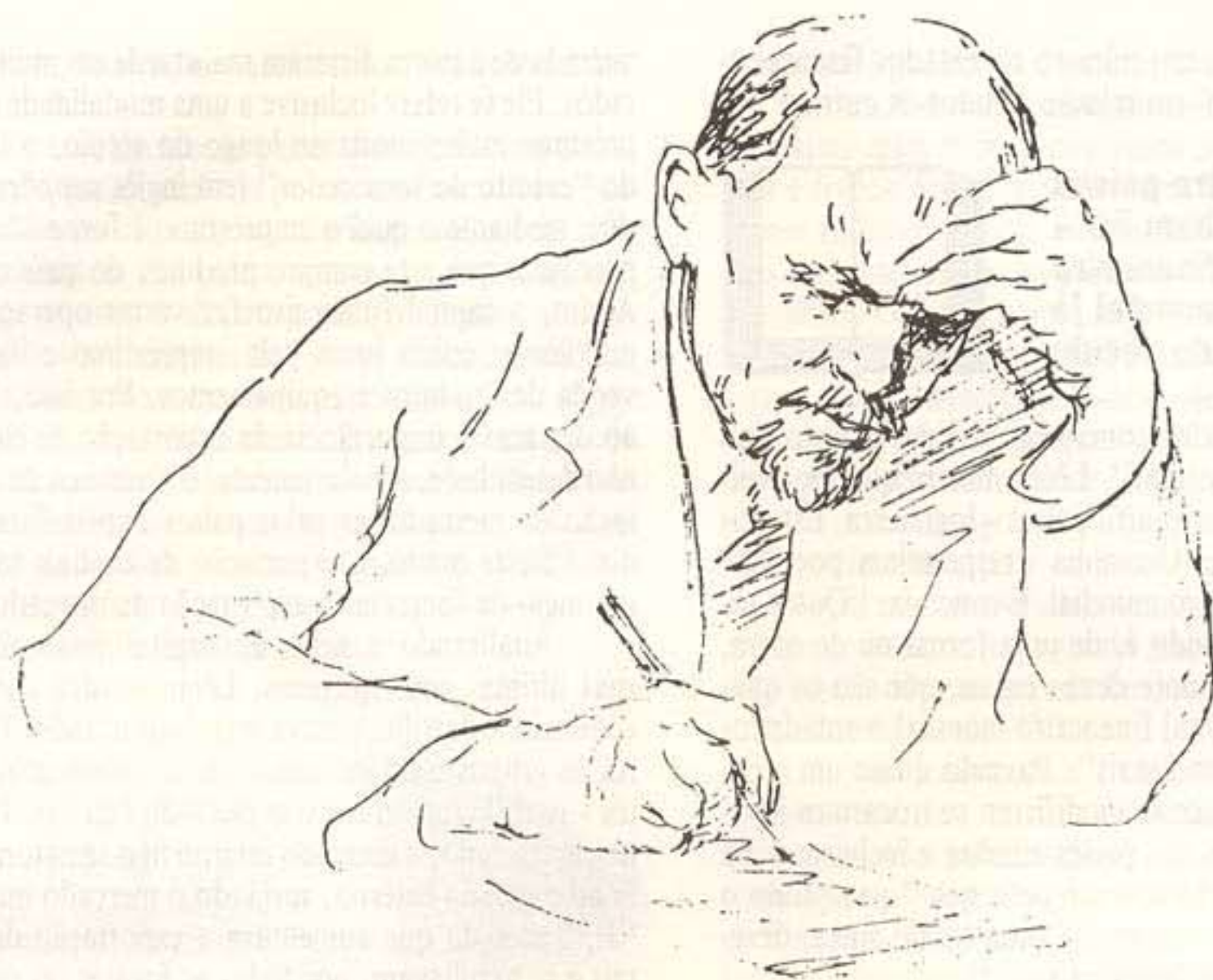
É impressionante a atualidade das idéias de Lênin sobre o imperialismo. Mesmo alguns autores críticos do marxismo admitem que certas partes de sua obra são de uma atualidade surpreendente, somente sendo necessário atualizar as estatísticas.



**A transformação da concorrência em monopólio é uma questão chave do imperialismo**

Lênin mostrou que o fenômeno mais importante apresentado pelo capitalismo, em fins do século XIX e início do século XX, foi o surgimento e a consolidação dos monopólios. Para ele, "esta transformação da concorrência em monopólio é um dos fenômenos mais importantes - senão o mais importante - da economia do capitalismo moderno". Como ele mesmo argumenta, isso comprovava a análise que Marx havia feito do capitalismo, segundo a qual a livre concorrência gerava a concentração da produção que, atingindo um certo grau de desenvolvimento, conduzia ao

\* Título da obra de Lênin, escrita em 1916 e publicada pela primeira vez na Rússia, em 1917.



monopólio. Para Lênin, esta foi a principal base que permitiu a transformação do capitalismo em imperialismo. “Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, etc. Repartem os mercados entre si. Determinam a quantidade dos produtos a fabricar. Fixam os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas, etc.”. Isso permite aos monopólios auferirem enormes lucros, superlucros, lucros maiores que o capitalismo da livre concorrência possibilitava. O capitalismo, em sua nova etapa, agrava mais ainda suas contradições básicas. Como diz Lênin: “A produção torna-se social, porém a apropriação continua sendo privada. Os meios sociais de produção continuam sendo propriedade privada de uns poucos. Subsiste o marco geral da livre concorrência formalmente reconhecida e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais gravoso, mais insuportável.”

Há, no capitalismo atual, coisa mais importante do que os monopólios? Do que, em cada ramo da produção, um punhado de grandes empresas impondo seu domínio? Domínio exercido por meio de mil formas, por “acordos de cavalheiros”, *pools*, cartéis, consórcios, trustes, etc., visando a contornar a legislação, disfarçar o controle do mercado e auferir superlucros.

Sendo o monopólio uma característica da essência mesmo do imperialismo, Lênin mostra o caráter irreal e reacionário da crítica pequeno-burguesa do imperialismo, que sonha com um retorno à “livre”, “pacífica” e “honrada” concorrência.

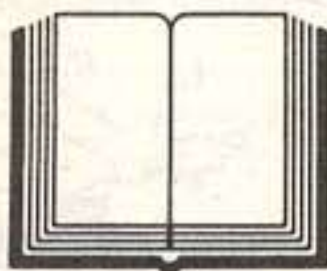
A compreensão do imperialismo capitalista há que ter em conta a função jogada pelos bancos. Lênin

mostra como o fenômeno da monopolização atingiu este setor: do papel inicial de simples intermediários nos pagamentos, os bancos se transformaram em gigantescos monopólios e passaram a exercer o controle sobre o conjunto da atividade econômica. Como diz Lênin: “Se um banco desconta duplicatas a um industrial, se lhe abre uma conta corrente, etc., estas operações, enquanto tais, em nada diminuem a independência deste industrial e o banco não abandona o seu modesto papel de intermediário. Porém, se estas operações se multiplicam e ocorrem regularmente, se o banco reúne, em suas mãos, enormes capitais, se a escrituração das contas correntes de uma empresa permite ao banco - e tal é o que sucede - conhecer, com cada vez maior amplitude e precisão, a situação econômica do cliente, daí resulta uma dependência, cada vez mais completa, do capitalista industrial em relação ao banco”.

E arremata: “Concentração da produção tendo como conseqüência os monopólios; fusão ou interpenetração dos bancos com a indústria, eis a história da formação do capital financeiro e o conteúdo desta noção”. E dentro da burguesia capitalista, na etapa imperialista, a hegemonia é exercida pela oligarquia financeira - expressão concentrada do capital financeiro, que domina a ação dos monopólios. Há coisa mais atual no capitalismo do que o papel estratégico jogado pelos bancos e o domínio que a oligarquia financeira exerce sobre o conjunto da sociedade? Lênin aponta a ação das oligarquias financeiras no âmbito nacional e internacional: “A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem de rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privile-

giada de um pequeno número de Estados financeiramente 'poderosos' em relação a todos os outros".

**Apenas quatro países detinham 80% do capital financeiro mundial já no início do século**



Citando dados concretos relativos a todo tipo de "emissões de títulos", Lênin mostra que, por volta de 1910, apenas quatro países - Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha - respondiam por 80% do capital financeiro mundial. E concluía: "Quase todo o resto do mundo é, de uma forma ou de outra, devedor e contribuinte destes países, que são os quatro pilares do capital financeiro mundial, verdadeiros banqueiros internacionais". Passado quase um século, a situação pouco se modificou: se trocarmos ligeiramente a ordem dos países citados e incluirmos na lista o Japão, poderíamos repetir que "quase todo o resto do mundo é, de uma forma ou de outra, devedor e contribuinte destes países..."

O predomínio e a hegemonia do capital financeiro, na época do imperialismo, manifesta-se através de outro fenômeno crucial: a exportação de capitais. Lênin mostrou como, formou-se em alguns poucos países capitalistas muito ricos, um enorme "excedente de capitais", não porque estes países tivessem atingido um desenvolvimento total e harmônico ou que tivessem possibilitado uma enorme elevação do nível de vida de seus povos. Este "excedente" é entendido segundo as leis da acumulação capitalista, ou seja, "enquanto o capitalismo continuar o que é, o excedente de capital será utilizado não para elevar o nível de vida das massas de um país determinado, já que isso significaria diminuir os lucros dos capitalistas, mas para aumentar estes lucros, mediante a exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados". E agrega: "Nestes países, o lucro é geralmente elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra é relativamente baixo, os salários também são baixos e as matérias-primas baratas. O que tornou possível a exportação de capitais foi o fato de uma série de países atrasados terem sido incorporados ao mercado capitalista mundial; nestes países construíram-se ou estão construindo-se grandes ferrovias e se criaram as condições mínimas para um desenvolvimento industrial, etc.

A necessidade de exportação de capitais resulta da "maturidade excessiva" do capitalismo em alguns poucos países, onde o capital (em virtude do atraso da agricultura e da miséria das massas) não encontra terreno para inversões "lucrativas".

Estudando os mais diversos tipos de "exportação de capitais", Lênin diz mais em seu pequeno livro, publicado em 1917, a respeito de como a oligarquia financeira explora os países atrasados do que uma en-

xurrada de autores disseram mais tarde em muitos tratados. Ele se refere inclusive a uma modalidade de empréstimo muito usada ao longo do século, o chamado "crédito do fornecedor" (em inglês *supplier's credit*), mediante o qual o empréstimo é fornecido a um país para que este compre produtos do país credor. Assim, o capital financeiro faz várias operações simultâneas: cobra juros pelo empréstimo e lucra na venda de produtos e equipamentos. Por isso, Lênin, ao destacar a importância da exportação de capitais, não desconhece, absolutamente, o problema da exportação de mercadorias pelos países imperialistas. Ele diz: "Deste modo, a exportação de capitais torna-se um meio de fomentar a exportação de mercadorias."

Analisando a ação do capital financeiro até suas últimas conseqüências, Lênin mostra como ele conduziu à partilha efetiva e real do mundo. Primeiro, os grupos monopolistas - cartéis, sindicatos, trustes - partilharam entre si o mercado interno. Porém, no capitalismo, o mercado interno liga-se naturalmente ao mercado externo, surgindo o mercado mundial. "E, à medida que aumentava a exportação de capitais e se ampliavam, por todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias, assim como as 'zonas de influência' dos maiores grupos monopolistas, as coisas encaminhavam-se, 'naturalmente', para um acordo universal entre estes grupos e para a formação de cartéis internacionais."



**A disputa por nova partilha de territórios é a raiz das guerras no mundo**

Lênin analisou como, no início do século, os principais mercados mundiais estavam rigorosamente repartidos entre um pequeno número de monopólios, a exemplo da indústria elétrica, dividida entre a AEG (alemã) e a GE (norte-americana), chamando a atenção, porém, de que não se tratava de uma situação imutável. Uma "nova" partilha poderia ocorrer desde que se modificasse a correlação de forças entre os grupos monopolistas, provocada pelo desenvolvimento desigual inerente ao capitalismo, por guerras ou falências. Para ele, o problema da partilha do mundo - e o caminho que esta partilha segue, hoje pacífico, amanhã não pacífico - é uma questão inerente ao capitalismo imperialista. "Se os capitalistas partilham o mundo, tal sucede não em virtude de sua particular maldade, mas porque o grau de concentração já atingido os obriga a comprometerem-se nesta via a fim de obterem lucros; e partilham-no 'proporcionalmente aos capitais', 'segundo as forças de cada um', porque, em regime de produção mercantil e de capitalismo, não poderia existir qualquer outro modo de partilha."



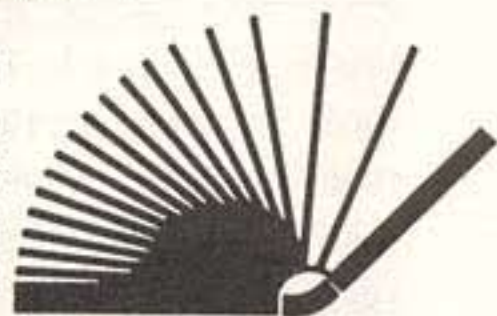
No princípio do século XX, o mundo estava, pela primeira vez, inteiramente dividido entre as potências imperialistas. Lênin salientou o fato fundamental de que não havia mais “territórios sem dono” e que uma nova partilha do mundo somente seria possível por uma redistribuição do que já estava dividido. Esta disputa permanente pela partilha do mundo entre os diversos setores do capital financeiro é que está na raiz dos conflitos regionais e mundiais. E não se deve desprezar o alcance do poderio do capital financeiro. Para Lênin, “o capital financeiro é um fator, poderíamos dizer, tão poderoso, tão decisivo, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina efetivamente, até mesmo Estados que gozam de uma completa independência política”. E ainda: “Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colônias.”

Procurando resumir os aspectos econômicos que caracterizam o imperialismo capitalista, Lênin salienta cinco caracteres fundamentais:

- 1) concentração da produção muito elevada e surgimento dos monopólios;
- 2) fusão do capital bancário e do capital industrial e surgimento, com base neste capital financeiro, de uma oligarquia financeira;
- 3) a exportação de capitais assume importância especial;
- 4) formação de associações monopolistas internacionais que partilham o mundo entre si;
- 5) as maiores potências capitalistas dividem todo o mundo entre si.

É o próprio Lênin quem diz: “O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação de capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se terminou a partilha de todo o planeta entre as maiores potências capitalistas.” Porém, a essência mesma do imperialismo são os monopólios. Segundo Lênin, “se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo”.

**O imperialismo chega  
ao século  
XXI com as mesmas  
marcas  
assinaladas por Lênin**



O mundo passou por grandes transformações no século XX, mas chegamos ao final do século com o imperialismo capitalista apresentando todas as características essenciais analisadas por Lênin. Do ponto de vista do próprio campo socialista, não há dúvi-

da de que um dos aspectos que ajudou a destruí-lo foram as ilusões disseminadas pelo revisionismo sobre a questão do imperialismo. Sucessivamente, Kruschov, Brejnev e Gorbachov procuraram “modificar” a teoria leninista e o resultado está aí. Em 1960, falando na abertura do 3º Congresso do Partido do Trabalho da Romênia, Kruschov disse: “As posições de Lênin sobre o imperialismo foram elaboradas e desenvolvidas por ele há dezenas de anos, em uma época onde muitos dos fenômenos que hoje jogam um papel decisivo no desenvolvimento do processo histórico do conjunto da situação internacional não existiam.”

Uma das maiores ilusões que o revisionismo pretendeu criar foi a de que a existência do campo socialista havia modificado o caráter do imperialismo e que uma nova era de paz e de cooperação pacífica entre os dois sistemas - capitalista e socialista - seria possível.

O interessante é que exatamente um dos motivos que levaram Lênin a estudar em profundidade a nova etapa do capitalismo foi o surgimento de tendências oportunistas no movimento operário internacional, particularmente as representadas por Kautsky, a quem Lênin acusou de abandonar as posições marxistas e de sucumbir ao pacifismo e ao democratismo burguês. Para Lênin, Kautsky aderira à propaganda burguesa ao partilhar a opinião de que os cartéis internacionais, uma das mais acentuadas expressões da internacionalização do capital, permitiram ter a esperança de paz entre os povos no regime capitalista. “Os conceitos absolutamente vazios de Kautsky, diz Lênin, nomeadamente a respeito do ultra-imperialismo, favorecem esta idéia, profundamente errada, e que leva ‘água ao moinho’ dos apologistas do imperialismo, segundo a qual a supremacia do capital financeiro *atenuaria* as desigualdades e as contradições da economia mundial quando, na verdade, as *reforça*.”

Em sua polêmica com Kautsky, Lênin insiste na tese de que o imperialismo acirra as contradições entre as próprias potências capitalistas em virtude mesmo de sua lei de desenvolvimento desigual. A nação hegemônica de hoje não será a mesma de amanhã, quando uma nova potência econômica buscará compensações políticas para sustentar seu poderio. É ele que observa: “O capital financeiro e os trustes não enfraquecem, antes reforçam as disparidades entre o ritmo de desenvolvimento dos diversos componentes da economia mundial. Ora modificando-se as relações de força, onde encontrar, em regime capitalista, a solução das contradições se não na força?” Mais adiante, Lênin reafirma que, no terreno do capitalismo, não há outro meio “senão a guerra”, para remediar a desproporção entre, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capitais e, por outro, a partilha das colônias e das “zonas de influência” do capital financeiro.

Em um prefácio a seu livro escrito em 1920, Lênin volta à questão dizendo que “a guerra de

1914-18 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem, de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das 'zonas de influência' do capital financeiro, etc..." Referindo-se ao balanço que fez do moderno capitalismo monopolista, Lênin insiste que, "com tal base econômica, as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis durante e enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção".

**Parasitas que pilham  
todo o  
resto do globo com  
o corte  
de cupons de títulos**



Finalmente, há ainda que se destacar um aspecto não menos importante do imperialismo, ou seja, o que Lênin denominou de "parasitismo". Sendo o monopólio a principal base econômica do imperialismo, o monopólio "gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e a decomposição". Além disso, o predomínio do aspecto puramente financeiro, "rentista", do imperialismo, reforça esta tendência. Como diz Lênin, "o mundo encontra-se dividido entre um punhado de Estados-usurários e uma imensa maioria de Estados-devedores". O Estado-rentista "é um Estado de capitalismo parasitário, decomposto..." Lênin chama a atenção para o fato destes Estados-rentistas, parasitas, que vivem de operações financeiras através das quais conseguem obter superlucros, "que pilham o mundo inteiro com um simples 'corte de cupons de títulos', conseguirem corromper muitos líderes operários e a camada superior da aristocracia operária, o que explica como o imperialismo impulsiona todo o tipo de oportunismo em certas camadas operárias privilegiadas.

Ele observa, porém, que "seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição impede o rápido crescimento do capitalismo".

E acrescenta: "O capitalismo, no seu conjunto, desenvolve-se muito mais rapidamente do que dantes, mas tal desenvolvimento surge geralmente de forma desigual, manifestando-se esta desigualdade de desenvolvimento principalmente através da decadência dos países ricos em geral (Inglaterra)."

Hoje, em vez de Inglaterra, diríamos Estados Unidos.

Os Estados-usurários, a que se refere Lênin, são os atuais integrantes do "Grupo dos Sete", com os Estados Unidos à frente, e mais o Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá, ou o que também se denomina de "Clube de Paris", que não é mais do que o "clube dos credores". Por outro lado, os Estados-devedores são constituídos pelo resto do mundo, que hoje têm uma dívida para com os países impe-

rialistas de mais de 1 trilhão de dólares.

Lugar de destaque neste último campo é ocupado pelos países da América Latina, tradicional "zona de influência" do imperialismo norte-americano e que hoje acumula uma dívida externa de cerca de US\$ 400 bilhões. De 1950 para cá, precisamente até 1986, a dívida externa da região cresceu 16.487%, ou cerca de 31% ao ano. Para se ter uma idéia de sua dimensão, hoje ela representa cerca de 50% da riqueza bruta dos países da região. Para defender seus interesses nesta zona, os EUA vêm mostrando, nos últimos anos, toda a sua agressividade: mantêm o odioso bloqueio econômico contra Cuba, praticando contra a nação do Caribe todo o tipo de provocações, com a ação agora facilitada pelo desmoroamento da URSS; em 1983, os EUA invadiram Granada; em 1989, o Panamá, além de apoiar e estimular, desde o início da década de 80, os chamados "contras" na Nicarágua. Mais recentemente, a fim de cobrar da América Latina os custos de sua própria crise econômica, os EUA vêm pressionando (seja diretamente, seja por meio dos grandes monopólios financeiros - como o Citibank, o Chase, o BankAmerica - seja através do FMI) os países da região no sentido de adotarem "ajustes estruturais", que significam mudanças cujo objetivo é assegurar a transferência de um máximo de excedentes para si e para os demais países imperialistas. Estas mudanças incluem a liberação completa de todos os mercados nacionais, a privatização e entrega das grandes empresas estatais ao capital internacional e o desmantelamento dos Estados Nacionais, naquilo que eles representam de tentativa de desenvolvimento autônomo.

Os principais países da América Latina já firmaram acordos com o Fundo Monetário Internacional no rumo dos referidos "ajustes", sendo o mais recente o do Brasil.

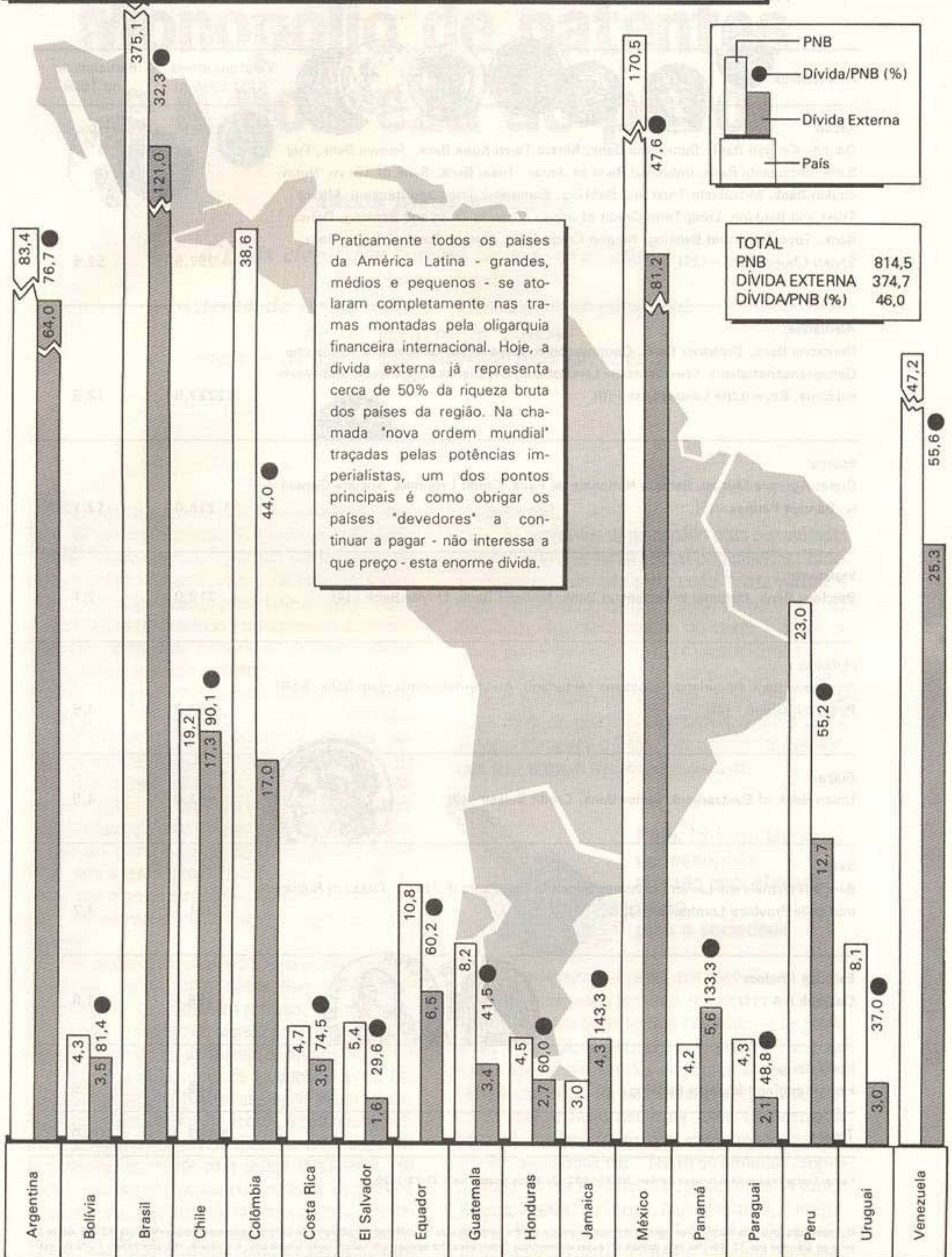
**QUADRO 1**  
**Crescimento da dívida externa**  
**da América Latina - 1950/1986**  
**(US\$ bilhões)**

Ano	Dívida	Índice (base: 1950 = 100)
1950	2,3	100
1960	12,6	548
1970	28,9	1.256
1980	182,9	7.952
1986	381,5	16.587

Fonte: Dados extraídos de Franz J. Hinkelammert, *A Dívida Externa da América Latina*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1989.

Entre 1950 e 1986, como mostra o quadro, a dívida externa total da América Latina cresceu 16.487%, ou a uma taxa exponencial de cerca de 31% ao ano. Este foi, talvez, o maior "milagre econômico" do século XX patrocinado pelo imperialismo.

# América Latina - Dívida Externa como proporção do PNB (em US\$ bilhões)



Fonte: Almanaque Abril/92 e Banco Central. Obs.: Os dados se referem, na maior parte, a 1988.

## Nacionalidade e valor dos ativos dos 50 maiores bancos do mundo

País/Bancos	Valor dos ativos (US\$ bilhões)	Participação no Total
<p><i>Japão:</i> Dai-ichi Kangyo Bank, Sumitomo Bank, Mitsui Taiyo Kobe Bank, Sanwa Bank, Fuji Bank, Mitsubishi Bank, Industrial Bank of Japan, Tokai Bank, Bank of Tokyo, Norinchukin Bank, Mitsubishi Trust and Banking, Sumitomo Trust and Banking, Mitsui Trust and Banking, Long-Term Credit of Japan, Yasuda Trust and Banking, Daiwa Bank, Toyo Trust and Banking, Nippon Credit Bank, Kyowa Bank, Saitama Bank, Shoko Chukin Bank - (21)</p>	5.257,5	52,6
<p><i>Alemanha:</i> Deutsche Bank, Dresdner Bank, Commerzbank, Bayerische Vereinsbank, Deutsche Genossenschaftsbank, Westdeutsche Landesbank, Bayerische Hypotheken-und-Wechsel Bank, Bayerische Landesbank - (8)</p>	1.2227,5	12,3
<p><i>França:</i> Credit Agricole Mutuel, Banque Nationale de Paris, Credit Lyonnais, Societé Generale, Banque Paribas - (5)</p>	1.216,0	12,1
<p><i>Inglaterra:</i> Barclays Bank, National Westminster Bank, Midland Bank, Lloyds Bank - (4)</p>	712,0	7,1
<p><i>Holanda:</i> Algemene Bank Nederland, Rabobank Nederland, Amsterdam-Rotterdam Bank, NMB Postbank Group - (4)</p>	457,2	4,6
<p><i>Suíça:</i> Union Bank of Switzerland, Swiss Bank, Credit Suisse - (3)</p>	452,0	4,5
<p><i>Itália:</i> Banca Nazionale del Lavoro, Instituto Bancario San Paolo di Torino, Cassa di Risparmio delle Province Lombarde - (3)</p>	371,1	3,7
<p><i>Estados Unidos:</i> Citibank NA - (1)</p>	155,4	1,6
<p><i>Hong-Kong:</i> Hong-Kong and Shanghai Banking - (1)</p>	148,5	1,5
<b>Total</b>	<b>9.997,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados tirados de *American Banker*, 26/07/1991. Os dados referem-se a 31/12/1990.

O patrimônio total dos 50 maiores bancos do mundo atinge a cifra fantástica de 10 trilhões de dólares. Os bancos japoneses respondem por 52,6% deste total e os alemães por 12,3%. Na lista destes 50 super-monopólios financeiros, há apenas um banco norte-americano, o Citibank, representando 1,6% do patrimônio total. É sob a base dessa relação de forças econômicas - com seus inevitáveis reflexos políticos - que se aprofundam as contradições interimperialistas.



### O extremo agravamento da opressão imperialista é um dos aspectos da situação mundial hoje



O curioso é que até mesmo setores que costumam aplaudir a receita do FMI, estão chamando atenção para o fato de que o acordo não garante a retomada do crescimento sustentado, sem inflação, mas visa, basicamente, a “garantir a segurança dos pagamentos internacionais” (revista *Conjuntura Econômica*, 31/01/1992), ou seja, da dívida externa. O extremo agravamento da opressão imperialista, sobretudo a norte-americana, no presente momento, é um dos aspectos da situação mundial. A recente Guerra do Golfo Pérsico, comandada pelos EUA, é uma demonstração de até onde o imperialismo pode chegar para garantir o controle de fontes estratégicas de matérias-primas, como o petróleo, e arrasar com qualquer pretensão de autonomia por parte das potências regionais.

Outro aspecto relevante é a perspectiva de agravamento das contradições interimperialistas, com base na “decadência” dos Estados Unidos e na emergência econômica do Japão, da Alemanha e da Europa Ocidental. O quadro 3 procura mostrar a base sobre a qual se acirram as contradições entre as potências imperialistas: do patrimônio total dos 50 maiores bancos mundiais - verdadeiros supermonopólios controlados pela oligarquia financeira internacional - os grupos japoneses detêm total hegemonia, respondendo por mais de 50%; os grupos alemães respondem por cerca de 12%, sendo que há apenas um banco norte-americano, representando cerca de 1,6% do total. Estes cinquenta grupos controlam uma riqueza fantásti-

ca, algo em torno de 10 trilhões de dólares, ou cerca de 27 vezes o PIB brasileiro. Pode-se dizer que isso é um indicador de que a correlação de forças entre as potências imperialistas vem se modificando, e a história mostra que o caminho que estas grandes potências normalmente adotam para acertar as contas entre si costuma ser a guerra.

Não pretendemos tirar nenhuma conclusão apresada da presente situação mundial e nem isto é o objetivo deste artigo. Seria bom, no entanto, lembrar que Lênin soube extrair todas as lições do desenvolvimento imperialista às vésperas da I Guerra Mundial: percebeu a natureza do conflito imperialista e que também se criavam as condições para grandes transformações revolucionárias, de onde saiu a Revolução Socialista de Outubro. ■

LUIZ MARCOS GOMES - Economista, colaborador da Revista *Princípios*

### BIBLIOGRAFIA

- LÊNIN, V.I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Global Editora, 6ª edição, 1991. E, em espanhol, Editorial Anteo, 2ª edición, Buenos Aires, 1972.
- HINKELAMMERT, Franz J., *A Dívida Externa da América Latina*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1989.
- Le Imperialisme Aujourd'hui* (traduit du chinois), Paris, Les Editions du Centenaire, 1976.
- FERNANDES, Luis. *URSS - Ascensão e Queda*. São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1991.
- O Socialismo vive - Documentos e Resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil*, São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 1992.
- SANDRONI, Paulo (org.). *Dicionário de Economia*. São Paulo, Ed. Best Seller, 1989.
- Nota: Para a maior parte das citações feitas neste artigo utilizou-se a obra de Lênin citada acima, da Global Editora, a mais fácil de se obter no Brasil. Infelizmente, a edição e a tradução estão muito descuidadas e com vários erros. Por isso, o texto foi confrontado com o da edição em espanhol da Editorial Anteo.

# Efeitos da microeletrônica no mundo do trabalho

ALTAMIRO BORGES

*Modernos robôs “estudam” e imitam o trabalho dos operários. Gerentes eletrônicos “tomam decisões”. Profissões desaparecem. Até engenheiros e projetistas são substituídos*

*A maquinaria é um meio para produzir mais-valia*

Karl Marx

**A** introdução da microeletrônica nas empresas capitalistas tem gerado enormes expectativas e polêmicas. Indaga-se sobre os seus efeitos no chamado mundo do trabalho e sobre o futuro da classe operária. Alguns afirmam que essa nova fase da automação “libertará o homem” e resultará em progresso para toda a humanidade. Outros argumentam que as novas tecnologias, sob o domínio do capital, servem para aumentar ainda mais a concentração de riquezas e resultam em enormes prejuízos para os trabalhadores. Decifrar esse enigma é uma tarefa urgente. O artigo a seguir procura apontar algumas pistas.

A automação não é um fenômeno recente no sistema capitalista. Existe praticamente desde o nascimento da indústria, a partir da superação do trabalho artesanal, do parcelamento das tarefas produtivas na fase manufatureira e da introdução das máquinas. O que há de diferente no atual momento são os meios utilizados para automatizar a produção. Até um período recente, eram utilizados na indústria apenas os recursos oferecidos por disciplinas como a mecânica, a física, a hidráulica ou a eletricidade. A partir dos anos 50, e em especial na década de 60, a informática, e depois a eletrônica, vieram a se agregar como novos recursos à automação. Por isso é que se diz que a novidade atual é a introdução e difusão da *microeletrônica*.

Os avanços nesse campo são imensos. O principal insumo dos equipamentos microeletrônicos são os circuitos integrados - os famosos chips. Eles come-

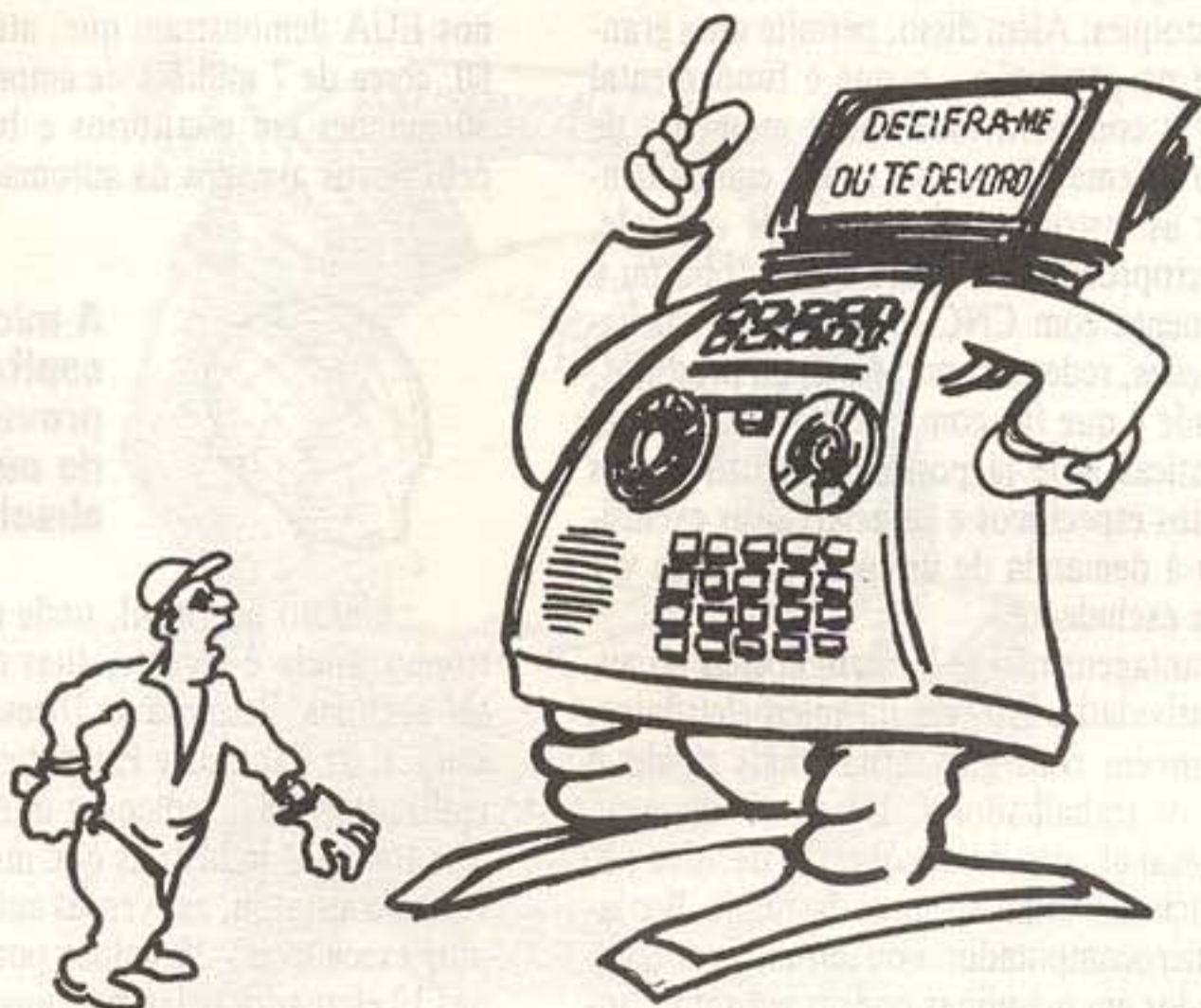
çaram a ser pesquisados em 1958 pela Texas Instruments e sua produção comercial teve início em 61. Os chips substituíram os transistores que, por sua vez, já haviam superado as válvulas eletrônicas. O primeiro computador a válvula, fabricado pela empresa norte-americana Eniac, no início da década de 50, ocupava uma área de 150 metros quadrados. Já o atual circuito integrado, encontrado numa pastilha de silício, ocupa menos de 0,5 centímetros, cabendo em cima de um dedo.



**Robôs programados inclusive para observar e repetir o trabalho operário**

Em decorrência do seu incrível poder de processamento de dados e de seus custos menores, nos últimos anos houve uma intensa massificação dessa nova tecnologia. Só nos EUA, mais de 1 milhão de casas já são equipadas com microcomputadores. Atualmente, pequenas calculadoras eletrônicas executam funções que não eram realizáveis por grandes computadores há 20 anos atrás. Daí se tem uma idéia do impacto da microeletrônica quando esta passou a ser utilizada na produção industrial e em outros setores da economia.

O Comando Numérico Computadorizado (CNC) é considerado o primeiro passo da microeletrônica na automação industrial. Através dele, máquinas-ferramentas tradicionais, como tornos, fresadoras, mdriladoras e outras, ganham controles eletrônicos que ga-



rantem maior rapidez e precisão no processo produtivo. A alma do CNC é um microprocessador, que lhe dá capacidade de memorizar informações, fazer cálculos e transmiti-los à máquina para efetuar a operação produtiva. As primeiras máquinas-ferramentas de controle numérico computadorizado foram usadas nas indústrias naval e aeronáutica.

Enquanto o CNC serve à indústria mecânica, os Controladores Lógicos Programáveis (CLPs) reinam na siderurgia e na indústria química, onde administram processos contínuos de produção. Dotados de memória, os CLPs são gerentes eletrônicos que "tomam decisões", como as de abrir ou fechar válvulas, soar alarmes, selecionar produtos químicos, etc. Esses equipamentos são os mesmos usados no controle de tráfego da rede metroviária e na sinalização de trânsito.

Já os robôs representam um novo salto da automação na fase recente. Segundo definição do Instituto Americano de Robótica, ele é "um manipulador reprogramável e multifuncional, projetado para movimentar ferramentas, operar dispositivos especiais e transportar materiais, por meio de movimentos programados variáveis, o que permite a execução de um conjunto diversificado de tarefas". Os primeiros protótipos foram construídos no início dos anos 70 e calcula-se que hoje existam cerca de 300 mil em operação no mundo. Os robôs soldam carrocerias, pintam peças, carregam máquinas, montam produtos mais complexos, etc.

Atualmente já são fabricados inclusive robôs programados para aprender o trabalho. Eles observam os movimentos de um pintor industrial, por exemplo, registrando suas posições a cada vinte milésimos de

segundo. Depois, são capazes de reproduzir toda a seqüência de movimentos do operário, de forma contínua e em tempo real. Desta forma, o robô se transforma numa nova alavanca para a expropriação do saber operário. Ele confisca e se apropria do conjunto de habilidades dos trabalhadores fabris.

Por último, também atuam na automação das empresas os sistemas CAD/CAM (Computer Aided Design/Computer Aided Manufacturing). São equipamentos altamente sofisticados que permitem projetar e definir as peças numa tela de computador e, posteriormente, enviar as especificações diretamente para a máquina de comando numérico, que se encarregam da produção. Desta forma, todo o processo é informatizado, do projeto à produção direta. As atividades dos engenheiros, projetistas e desenhistas, que ainda estavam imunes à automação, são atingidas drasticamente. Há uma redução substancial do tempo necessário para o projeto de novas peças e produtos. No Brasil, empresas como a Villares e a Embraer já utilizam esse sistema. Os aviões Brasília e Tucano foram projetados e produzidos através do uso do CAD/CAM.



**A automação visa o lucro. E não qualquer interesse filantrópico pelo bem-estar geral**

Todo esse avanço tecnológico tem enormes reflexos. Do ponto de vista da burguesia, a microeletrônica possibilita um aumento sem precedentes da produtividade e uma brutal redução dos custos operacionais

- incluído aí o corte de empregos, os ganhos com a economia de tempo e a diminuição dos reparos, dos refugos e dos estoques. Além disso, permite uma grande flexibilidade na produção - o que é fundamental para se manter a competitividade num momento de crise crônica do sistema. Com esses novos equipamentos, basta ditar as instruções ao sistema de controle, baseado no microprocessador, para que o robô ou a máquina-ferramenta com CNC se adapte de imediato às novas funções, redesenhando peças ou produtos. Essa versatilidade é que faz com que algumas empresas automobilísticas hoje já possam produzir carros com acabamentos específicos e características exclusivas, atendendo à demanda de um mercado cada vez mais elitizado e excludente.

Mas as vantagens não se limitam apenas ao aumento da lucratividade. Através da microeletrônica, a burguesia também consegue tornar mais rígido o controle sobre os trabalhadores. Desde a superação do trabalho artesanal, essa é uma questão decisiva para a sobrevivência do atual sistema. Segundo Benjamin Coriat, "microcomputadores ou terminais de computador instalados em máquinas podem permitir - antecipando informações sobre a velocidade do corte, a frequência de utilização de cada ferramenta, os tempos perdidos que separam duas operações - o exercício de um controle rigoroso de ritmos, da cadência do trabalho, bem como da frequência com que as peças são aceitas". Sem a presença física de contramestres ou supervisores e de forma muito mais eficaz, a empresa pode combater o que Taylor chamava de "corpo mole" do trabalhador. A microeletrônica, a serviço do capital, diminui ainda mais a autonomia operária.

Esses são os grandes objetivos da burguesia e é nesse contexto que a automação precisa ser analisada, sem qualquer ilusão com a tese da ciência como algo neutro. A introdução e difusão das novas tecnologias têm como motivações básicas o aumento da lucratividade e da capacidade competitiva das empresas capitalistas. Além disso, visam o controle mais seguro sobre o trabalho. Essa é a lógica do sistema capitalista. Não há por parte do capital nenhum interesse filantrópico pelo "bem-estar da humanidade". Ele se apropria inclusive da ciência, dos conhecimentos acumulados pelo homem, para atingir os seus fins lucrativos. Como diz o sociólogo italiano Pino Ferraris, nesse ponto incorre em erro quem vê a tecnologia "como se fosse um instrumento neutro e dócil, adaptável a todas as boas intenções e conciliável com os mais diversos e contrastantes interesses". Em outras palavras, ilude-se quem não enxerga que "a maquinaria é um meio para produzir mais-valia".

Já para os trabalhadores, os efeitos da automação no capitalismo podem ser dramáticos. Um dos mais graves é o desemprego. Segundo parâmetros médios, a implantação de uma máquina-ferramenta com CNC pode implicar a dispensa de quatro a oito operá-

rios; já o robô, de cinco a sete; e o sistema CAD/CAM, de dois a vinte trabalhadores. Estudos feitos nos EUA demonstram que, até o final da década de 80, cerca de 7 milhões de empregos na indústria e de 30 milhões em escritórios e bancos foram afetados pelo novos avanços da automação.



### **A microeletrônica no capitalismo provoca uma queda do número absoluto de empregos**

Mesmo no Brasil, onde a difusão da microeletrônica ainda é recente, suas conseqüências também são sentidas. Pesquisa do Dieese (Departamento Inter-sindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas), realizada em 87, indicou a queda do número de funcionários nas indústrias que instalaram o CNC. Conforme constatou, as prensas automatizadas, por exemplo, executavam 25 golpes por minuto - contra apenas 10 efetuados pelas máquinas tradicionais. Já a troca de ferramentas, que antes era realizada em até cinco horas, passara a ser feita de forma automatizada em somente 25 minutos. O saldo final para uma fábrica pesquisada, cujo nome não foi citado, é que o operador de máquina-ferramenta com CNC produzia o equivalente a 21 prensistas do sistema antigo.

Nesse processo de queda do número absoluto de empregos, algumas profissões entram em declínio e outras aumentam sua importância. As mais prejudicadas são as funções vinculadas à mecânica, como fermenteiro, prensista, torneiro e outras. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) chega a prever para breve o desaparecimento dos postos de trabalho de pintura a pistola e de solda a ponto na indústria automobilística. Já as profissões em alta são as ligadas à eletrônica e ao conserto dos novos equipamentos, como analista de sistema, manutenção de computadores e técnicos em eletrônica.

Diante desse quadro, alguns ideólogos procuram minimizar o impacto da microeletrônica sobre a mão-de-obra. Afirmam que o emprego atingido pela automação será compensado em outros setores da economia. Há ainda os que argumentam que as novas tecnologias suprimem apenas as tarefas penosas e perigosas e criam profissões mais criativas e enriquecidas. Os fatos, entretanto, desmentem as afirmações dos apolo-gistas do sistema em vigor. Quanto à tese da compensação, as pesquisas demonstram que o chamado "desemprego tecnológico" já é uma realidade que se agrava ainda mais em decorrência da crise crônica do capitalismo. "Os efeitos de redução dos empregos são certos e imediatos, enquanto os efeitos positivos são condicionais e de mais longo prazo", conclui Coriat.

Além disso, o desemprego agora não vitima apenas os operários industriais. Ele atinge outros setores



da economia que antes serviam como amortecedores e absorvedores da mão-de-obra expelida pela indústria. É o caso do comércio, onde hoje são introduzidos modernos equipamentos computadorizados, como o terminal de ponto de venda e a caixa registradora eletrônica. O primeiro é ligado ao sistema *on line* dos bancos, de maneira que os gastos das compras são debitados automaticamente na conta do cliente. Esse equipamento reduz o número de cheques em circulação, afetando o emprego dos comerciários envolvidos na manipulação desses documentos. O segundo potencializa o *código de barras* - aquele pequeno gráfico impresso na maioria das mercadorias em circulação no país. Através do *scanner* acoplado ao caixa, o próprio consumidor fotografa o código. Esse registra o preço, dá baixa no estoque, emite pedido de reposição, etc. Remarcador, controlador de estoques e também os caixas, entre outras funções, são as vítimas dessa impressionante modernização.

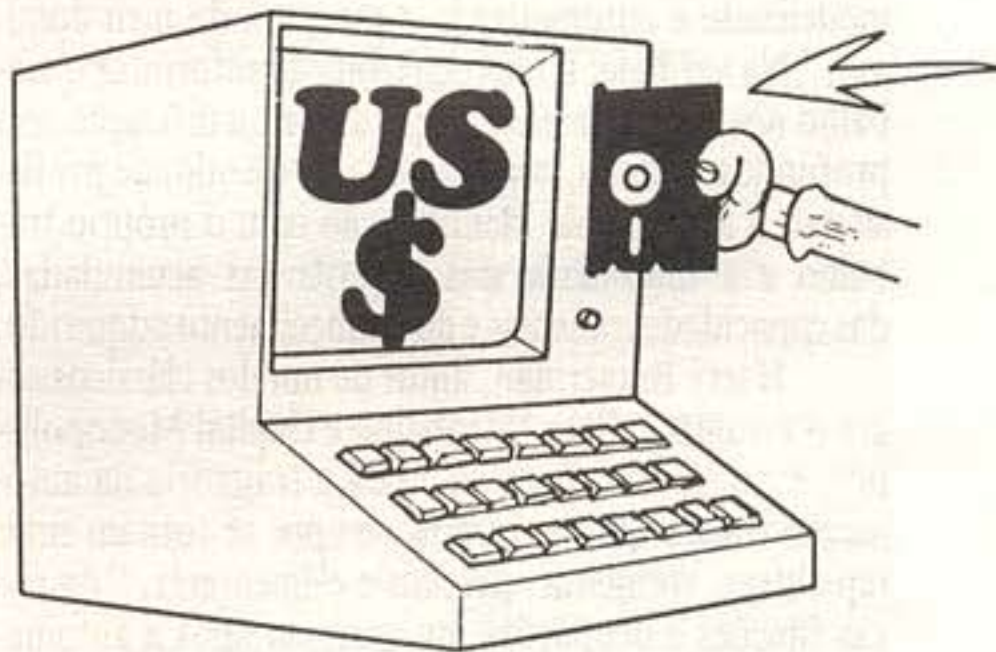
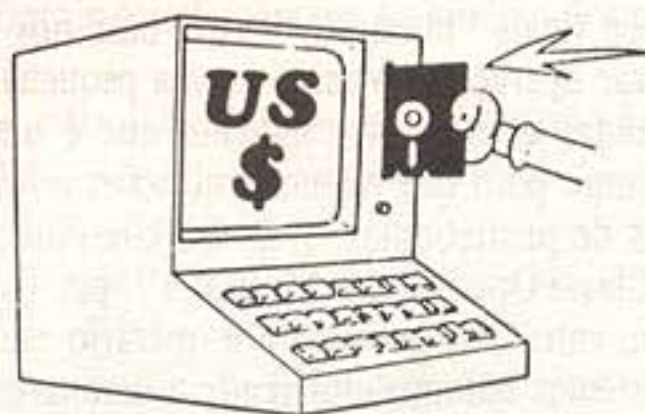
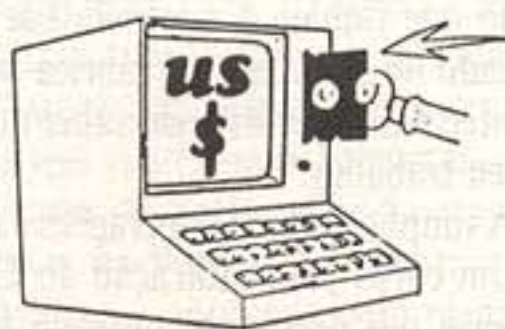
Além da indústria e do comércio, a informática e a microeletrônica estão presentes nos escritórios, em áreas de ponta da agricultura e nos bancos. Nesses, por exemplo, são visíveis as drásticas mudanças dos últimos anos, com a introdução do sistema *on line*, do caixa automático, etc. Mesmo o setor de fabricação dos componentes microeletrônicos e de computadores, que está em expansão, não cria as vagas necessárias para compensar os empregos eliminados, já que é altamente automatizado.

No que se refere à criação de "profissões mais criativas e enriquecidas", é preciso relativizar a questão e desmistificá-la. Segundo vários estudos, o que está ocorrendo na indústria é uma certa polarização. Algumas profissões desaparecem, outras perdem o seu conteúdo e poucas se tornam altamente qualificadas. A perda de conteúdo da tarefa ocorre como resultado da simplificação do processo produtivo e da retirada das mãos dos operários do controle do seu trabalho. Os trabalhadores não mais se auto-organizam para efetuar suas tarefas e nem impõem o seu ritmo de trabalho. Com a microeletrônica, a máquina comanda totalmente a produção.

**O operário recebe  
sinais  
insensatos com base  
nos quais  
realiza operações**



O médico e psicanalista italiano Emilio Rebecchi, autor do livro "O Sujeito Frente à Inovação Tecnológica", afirma que "é evidente uma vivência geral e dramática de perda do próprio profissionalismo. A capacidade de trabalho é transferida do homem para a máquina. A criatividade é anulada. A expropriação do profissionalismo atinge em maior medida, evidentemente, as camadas de trabalhadores que desempenha-



vam funções de elevada qualificação profissional". Com base em pesquisas e entrevistas, ele conclui que "o nível profissional é alto apenas para poucos, uma elite limitada, enquanto é muito baixo para os outros". Há um alargamento da base desqualificada e um afinilamento do vértice, sem figuras intermediárias.

Um dos operários entrevistados pelo autor comenta: "Saber usar o computador significa, para mim, apertar um botão para ligá-lo e apertar teclas segundo os programas fixados. Até um débil mental é capaz de aprender coisas assim." Outro fala que "o nosso trabalho ficou cada vez mais mecânico e repetitivo. Até as crianças sabem fazer hoje em dia o que nós fazemos". Para Rebecchi, essa é uma das questões-chave da automação. "Há uma perda global do significado do trabalho. Há uma transferência da inteligência do homem para a máquina e uma nova dependência, pelo homem, dessa inteligência que ele mesmo depositou na máquina. Enquanto na situação an-

terior o operário pertencia normalmente a grupos de trabalho que tinham a possibilidade de reconhecer o significado do trabalho, na fábrica informatizada pode acontecer do operário não saber mais o que resultará de seu trabalho.”

A simplicidade das operações é facilmente aprendida. Um curso para utilização do CNC leva em média apenas seis dias, enquanto um ferramenteiro necessita de vários anos para aprender sua profissão. Há uma perda de posição em relação ao processo produtivo e ao objeto produzido. O trabalhador não sabe mais em que ponto da produção ele se encontra. Recebe sinais “insensatos” com base nos quais deve realizar operações. Mesmo para a pequena elite especializada, as pesquisas indicam que é uma questão de tempo para que as modernizações atinjam outras fatias de profissionais. Jean Lojkine, autor do livro “A Classe Operária em Mutações”, prevê que “a distância entre o engenheiro e o operário que manipula os sistemas automatizados tende a desaparecer ou, pelo menos, diminuir, se se quiser utilizar eficazmente tais sistemas”.

Um dos entrevistados por Rebecchi, um operário especializado, alerta: “O que estou fazendo será modelizado e automatizado e escapará do meu domínio.” Na verdade, a microeletrônica uniformiza o trabalho nos níveis de base. A perda de qualificação tem profundos reflexos, como a falta de identidade profissional, a ausência de identificação com o próprio trabalho e a inutilidade das experiências acumuladas, das capacidades pessoais e do conhecimento adquirido.

Harry Braverman, autor de um dos clássicos sobre o assunto, o livro “Trabalho e Capital Monopolista”, é categórico. Para ele, toda a trajetória da automação indica que as tarefas sempre se tornam mais repetitivas, rotineiras, parciais e elementares. “As novas funções e ocupações, que surgem após a automação das atividades, exigem trabalhadores com habilidades inferiores às que eram exigidas antes do desenvolvimento tecnológico.” Outro estudioso do tema, James Bright, chega a apresentar gráficos demonstrando que quanto maior é a automação, menor é o grau necessário de especialização.

**As decisões saíram  
da fábrica  
para os escritórios.  
O operário  
apenas aperta botões**



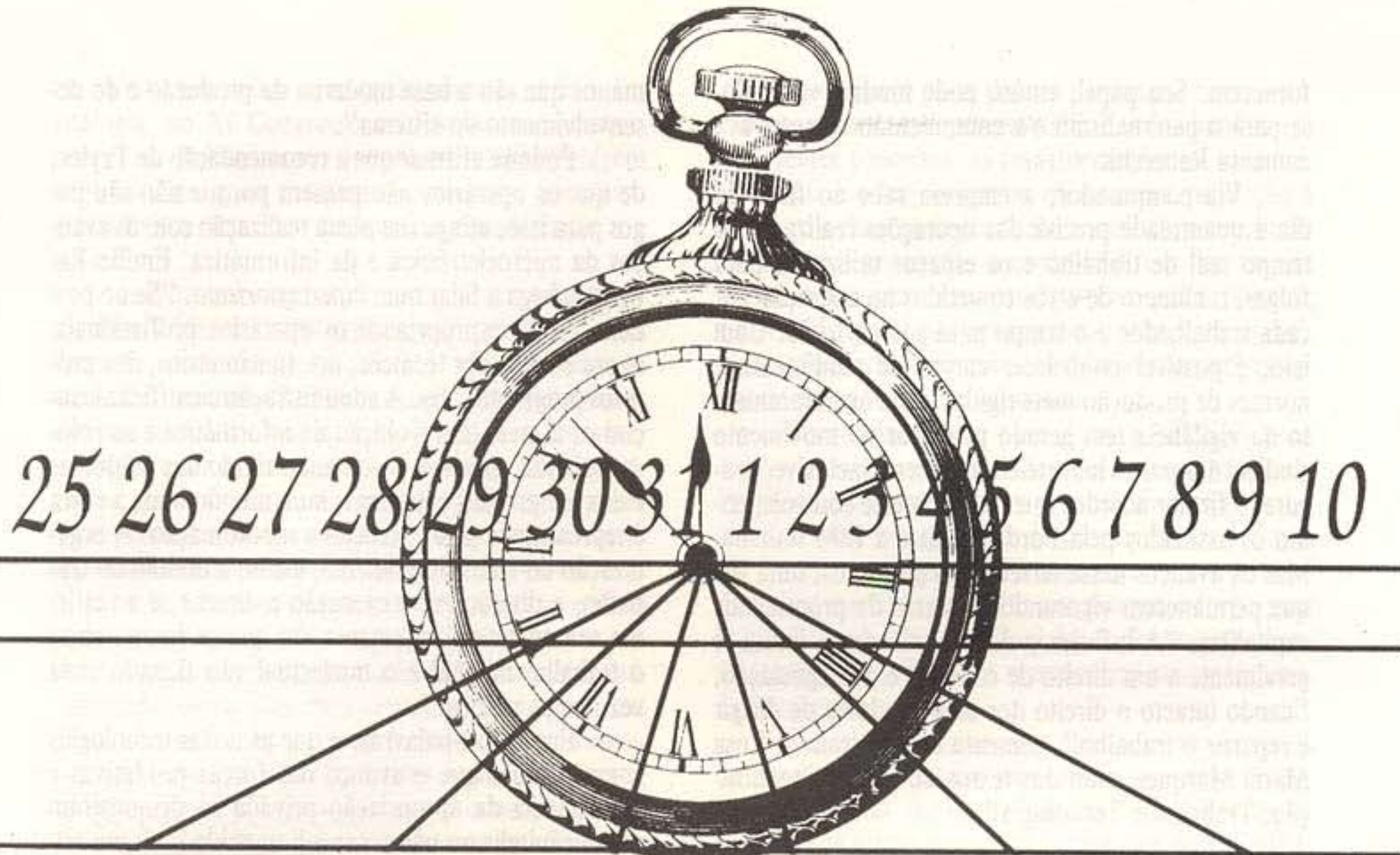
Acompanhando o processo histórico de degradação do trabalho, pode se dizer que a revolução industrial do século 18 foi marcada pela passagem da ferramenta para a máquina-ferramenta. Já a chamada “terceira revolução industrial”, a da microeletrônica, designaria a passagem da máquina-ferramenta para o sistema de máquinas auto-reguladas. Nessa nova fa-

se, o capital não procura apenas substituir as habilidades da mão humana. Ele visa à substituir também as funções cerebrais requisitadas pelo processo produtivo. Isso não significa o desaparecimento da intervenção do homem, mas sim o seu rebaixamento.

Exemplos da desqualificação profissional são visíveis. É só lembrar o desaparecimento repentino do linotipista, que já foi considerado um operário símbolo. Em seu lugar, o setor gráfico emprega hoje o digitador, cujo grau de especialização é bem menor. O mesmo ocorreu no sistema bancário. Conforme lembra Roque Aparecido, até alguns anos atrás o bancário evoluía de profissão se fosse contador. Hoje, com a informática e o sistema *on line*, não se exige grande aperfeiçoamento profissional - o que facilita, entre outras coisas, a política de rotatividade no emprego dos bancos. Nas fábricas, antes o responsável pela operação da máquina-ferramenta precisava conhecê-la, era um operário manual bastante qualificado. “Quando se lhe acoplaram dispositivos microeletrônicos e essas máquinas se transformaram em máquinas-ferramentas de controle numérico, passou a haver uma mudança radical do processo de trabalho. Essas mudanças acabaram por acarretar com que o controle e a capacidade de tomar decisões saíssem da fábrica para os escritórios e o operário do novo equipamento passou a ser um mero apertador de botões”, comenta Paulo Roberto Feldmann.

Um outro ponto polêmico sobre a automação relaciona-se ao ambiente de trabalho. Os que absolutizam a diminuição das atividades penosas, insalubres e perigosas, particularmente nas fábricas, tentam esconder os novos riscos decorrentes da microeletrônica e da informática. É consenso que ocorre uma melhora do ambiente ocupacional, já que os equipamentos automatizados permitem operações em áreas de maior risco e em serviços mais pesados. Isso não quer dizer, entretanto, que estejam resolvidos os problemas de saúde nessa nova fase. Os distúrbios físicos diminuem, mas não desaparecem totalmente. Outros surgem, como a tenossenovite - problema de articulação dos músculos das mãos. Há também problemas oriundos da falta de correntes de ar e da baixa temperatura na sala de máquinas, entre outros.

Mas o que tem gerado maior preocupação entre os estudiosos do assunto são os chamados distúrbios psicossomáticos. Eles ainda são pouco conhecidos, mas afetam os trabalhadores e exigem constantes pronunciamentos do sindicalismo internacional. A Fiom (Federação dos Metalúrgicos da Itália), filiada à Cgil, recentemente concluiu que “o trabalho com computadores influencia no equilíbrio psíquico, cujos sintomas vão desde um mal-estar generalizado até verdadeiros indícios de doença mental”. O que se observa nos países industrializados é o aumento dos casos de gastrite, úlcera, tensão nervosa e estresse. Cresce também o número de suicídios de operários na Europa, EUA e, principalmente, no Japão.



Várias causas explicam essas anormalidades. O médico e psicanalista Emílio Rebecchi aponta, entre elas, a mudança abrupta do conteúdo do trabalho, os ritmos cada vez mais intensos e impostos pelas máquinas automatizadas, o aumento das dificuldades de relações interpessoais nas fábricas. Algumas das entrevistas publicadas no livro citado são elucidativas. Um metalúrgico afirma: "Você se sente completamente vazio." Outro comenta: "Vamos acabar virando robôs de segunda categoria, menos importantes do que as máquinas." E outro é enfático: "Onde tem informática, as pessoas parecem todas loucas. Somos agressivos e competitivos." Ele cita seu próprio exemplo: "Eu me vejo mentalmente trabalhando na frente do computador quando estou em casa. O trabalho volta à minha mente de maneira decididamente obsessiva, fica difícil expulsar aquele pensamento. É como quando ouço uma música e não consigo tirá-la da cabeça."

**Cria-se uma relação  
cada vez  
mais individualizada  
entre o  
operário e a empresa**



Há também o problema do isolamento. O trabalhador fica preso ao seu terminal, não podendo se descuidar na atenção. Em muitas empresas inclusive são construídas estações de trabalho só para alojar os equipamentos microeletrônicos. Além do isolamento físico, há também o distanciamento sobre o processo de trabalho. A função de um trabalhador não en-

contra correspondência na dos outros, mesmo quando estão próximos. "Agora o trabalhador fica isolado e a centralização do trabalho é feita por um cérebro localizado no nível superior", explica Rebecchi. Desta forma, a empresa cria uma relação cada vez mais individualizada com cada trabalhador, o que resulta num empobrecimento das relações de classe.

A depressão, causada pela monotonia do trabalho, é outra queixa constante dos operários europeus e japoneses. Através dos computadores, são retirados do processo produtivo os fatores imprevistos; a cadência e o ritmo são determinados pelas máquinas. Há maior alienação em relação à atividade produtiva. Alguns equipamentos também exigem um nível de atenção maior. Várias pesquisas já apontam casos de solidão nos novos ambientes de trabalho automatizados. A desqualificação profissional e a redução dos contatos humanos também causam depressão e outras anomalias psíquicas.

As novas tecnologias também facilitam o controle da empresa sobre os trabalhadores, o que resulta em aumento da tensão cotidiana nas fábricas. Hoje já se fala, no sindicalismo europeu, no "homem de vidro", já que o trabalhador fica transparente, é facilmente observado pela hierarquia da empresa. "A informática possibilita um controle até bem pouco tempo totalmente impensável sobre o tempo de trabalho efetivo, sobre a quantidade de trabalhos realizados e sobre a sua qualidade. As próprias funções tradicionais da hierarquia empresarial são transformadas. O chefe de departamento perde a tarefa do controle repressivo, não precisa mais verificar diretamente o tempo de trabalho efetuado, mas sim colher as informações que os instrumentos de controle informatizados

fornecem. Seu papel, então, pode mudar, voltando-se para o paternalismo e a compreensão repressiva”, comenta Rebecchi.

Via computador, a empresa sabe ao final do dia a quantidade precisa das operações realizadas, o tempo real de trabalho e os espaços utilizados para folgas, o número de erros cometidos na operação por cada trabalhador e o tempo para sua correção. Com isso, é possível estabelecer curvas de rendimento e normas de produção mais rígidas. Esse aprimoramento da vigilância tem gerado protestos. O movimento sindical dos países industrializados tem, inclusive, procurado firmar acordos que reduzam esse controle, como os assinados pela Ford inglesa e a IBM italiana. Mas os avanços nesse terreno são pequenos, uma vez que permanecem vigorando as regras da propriedade capitalista. “A influência dos trabalhadores limita-se geralmente a um direito de consulta e de negociação, ficando intacto o direito dos empregadores de dirigir e repartir o trabalho”, comenta a pesquisadora Rosa Maria Marques, num dos textos do livro “Organização, Trabalho e Tecnologia”.

### O taylorismo, com o princípio da separação entre concepção e execução, sobrevive



Todos esses fatores reforçam a tese de que, apesar das profundas mudanças introduzidas pelas novas tecnologias, os princípios do taylorismo permanecem bem atuantes. A separação entre a concepção e a execução, entre o trabalho intelectual e manual, é acentuada. A concepção pode se dar inclusive fora da fábrica e até do país onde ela está instalada. A hierarquia - palavra que deriva do grego e significa *poder sagrado* - é mantida e agora é auxiliada pelos equipamentos informatizados que permitem maior poder de controle sobre os trabalhadores. Esses agora ficam submetidos ao “poder hierárquico tecnológico”. A informática possibilita inclusive que o taylorismo penetre em setores da economia em que sempre teve dificuldades de se viabilizar, como o comércio e os escritórios.

Pino Ferraris é categórico ao afirmar que a microeletrônica é “a nova encarnação técnica do taylorismo, fundada na separação radical entre sistemas informativos e áreas operacionais, entre continuidade da rede informativa e descontinuidade dos pontos de trabalho, que substitui a fragmentação física da ação do trabalho por uma nova atomização lógica do trabalhador, como privação total do acesso à racionalidade global e visível do ciclo de produção”. Para ele, “a inovação tecnológica, ao tornar completamente obsoletas a inteligência e a experiência de trabalho, realiza uma dissipação suicida daqueles recursos hu-

manos que são a base moderna da produção e do desenvolvimento do sistema”.

Pode-se afirmar que a recomendação de Taylor, de que os operários não pensem porque não são pagos para isso, atinge sua plena realização com os avanços da microeletrônica e da informática. Emílio Rebecchi chega a falar num *hipertaylorismo*. “Se no passado foram expropriados os operários profissionais, agora é a vez dos técnicos, dos funcionários, dos próprios programadores. A administração científica alcançou-os através da revolução da informática e os coloca cada dia mais sob o comando rígido das máquinas e dos tempos das máquinas, num mundo onde a regra é representada pela execução e subordinação. A organização do trabalho reafirma, assim, a divisão do trabalho, a divisão entre execução e direção, e a reafirma exatamente no momento em que os limites entre o trabalho manual e o intelectual vão ficando cada vez menos nítidos.”

Em outras palavras, o que as novas tecnologias comprovam é que o avanço das forças produtivas e a existência da apropriação privada só demonstram que o capitalismo não serve à humanidade. É um sistema que se utiliza também da ciência para acumular capital, jogando a civilização na barbárie - no desemprego, na desqualificação profissional, na ausência de autonomia, na miséria. Num próximo artigo procuraremos analisar o outro lado da questão - os reflexos da automação na consciência operária, nas lutas sindicais e no próprio perfil da classe. ■

ALTAMIRO BORGES - Jornalista, presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES) e assessor do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo

## BIBLIOGRAFIA

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX*. RJ. Zahar. 1980.
- GORZ, André (org.). *Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista*. Porto (PO). Escorpião. 1976
- CORIAT, Benjamin. *A Revolução dos Robôs*. SP. Busca Vida. 1989.
- REBECCHI, Emílio. *O Sujeito Frente à Inovação Tecnológica*. RJ. Vozes. 1990.
- FERRARIS, Pino. *Desafio Tecnológico e Inovação Social*. RJ. Vozes. 1990.
- BRUNO, Lúcia e SACCARDO, Cleusa. *Organização, Trabalho e Tecnologia*. SP. Atlas. 1986.
- FELDMANN, Paulo Roberto. *Robô. Ruim com ele, pior sem ele*. SP. Trajetória. 1988.
- LOJKINE, Jean. *A Classe Operária em Mutações*. BH. Oficina de Livros. 1990.
- SILVA, Roque Aparecido da e LEITE, Márcia de Paula (org.). *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*. SP. Iglu. 1991
- SCHMITZ, Hubert e CARVALHO, Ruy de Quadros (org.). *Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional*. SP. Hucitec. 1988.
- DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho*. SP. Cortez. 1987.
- RATTNER, Henrique. *Impactos Sociais da Automação - O Caso do Japão*. SP. Nobel. 1988.
- BENNATI, Roberto. *Aplicações da Informática na Indústria Mecânica*. RJ. Vozes. 1990.
- DINA, Ângelo. *A Fábrica Automática e a Organização do Trabalho*. RJ. Vozes. 1987.

# Fundamentos para uma Política Cultural

JULIANO SIQUEIRA

*O artigo busca uma conceituação do Lazer e de Cultura. Relaciona povo e lazer. Situa o agente cultural como elo entre valores dispersos da cultura e o conhecimento científico*



## 1. Questão Conceitual do Lazer

A questão conceitual que envolve o Lazer, ("realidade em formação", segundo M. F. Lanfant) enquanto objeto, não avançou, ao nível das investigações desenvolvidas, a ponto de garantir um espaço de colocação autônoma. Nesse sentido, os elementos considerados na avaliação teórica do Lazer deverão incluir-se, como veículo de explicitação e articulação, no esforço da construção de conceitos operacionais e, ao mesmo tempo, inserir-se no bojo de uma proposta política cultural geral.

Apesar de constatar-se a inviabilidade transitória da determinação de um segmento exclusivamente voltado para o campo teórico, no conjunto da "ação em Lazer", cabe assinalar os aspectos centrais levantados nesse particular.

As categorias atualmente utilizadas no terreno do "discurso conceitual" (tempo livre, tempo liberado, etc.) ainda não ganharam dimensão científica, restando distanciadas da representação concreta da realidade objetiva. Isso numa verificação do grau de produção teórica específica, na instância mais ampla da sociedade. Em decorrência, a utilização das referidas categorias deve subordinar-se à crítica permanente e limitar-se às suas conotações operacionais.

Considerando o quadro factual do Lazer (como realidade empírica), impõe-se sua definição operacional. A prática social concreta desenvolvida no tempo não diretamente ligado ao processo produtivo, em sua multiplicidade de formas - culturais, artísticas, recreativas e esportivas - como bloco não-homogêneo de práticas sociais, comporia, a partir de estudos e pesquisas, a construção de conceitos operacionais que

emprestem viabilidade ao trabalho cultural. Nesse contexto, manifesta-se a necessidade, entre outras, de conhecimento objetivo do orçamento de tempo do trabalhador (e sua família), como levantamento empírico inicial.

A organização teórica do campo, no estágio da conceituação operacional, constituir-se-á em respaldo à crítica de concepções vigentes e reveladoras de traços obscurantistas, tanto na eleição metodológica quanto na precisão do objeto de trabalho. Assim, estaremos abrindo caminho à determinação dos elementos críticos e do conteúdo efetivo da prática social do Lazer, categoria que engloba uma gama extremamente heterogênea de práticas sociais de natureza distinta, que devem ser investigadas em sua especificidade histórica e cultural.

Partindo-se de uma investigação crítica das concepções correntes relativas ao Lazer, no contexto dos sistemas sócio-econômicos existentes no mundo contemporâneo, o lazer deveria ser compreendido além da função reprodutora; mas sobretudo como um instrumento capaz de, no exercício de suas formas objetivas, contribuir para a elevação do nível de conhecimento e participação daqueles para quem está voltado. Nesse aspecto, definimos preferencialmente um sentido consciente, crítico-transformador para o Lazer.

Isso posto, merece revisão o entendimento restrito do Lazer como elemento de ocupação do *tempo livre* e de recuperação psicossomática como também a utilização acrítica de instrumentos, técnicas e métodos, ou seja, sem a sua necessária vinculação aos valores sócio-culturais da comunidade, em seus vários níveis.

A concepção do tempo não diretamente vinculado ao processo produtivo como *livre*, envolve o des-

conhecimento da natureza mercantil da força de trabalho, da sua significação social e da necessidade de sua reprodução particular e ampliada. A noção de *tempo livre*, por conseguinte, compreende uma redução psicológica do processo de trabalho com sua inevitável resultante: a *recuperação psicossomática*.

Em seu lugar, constituir uma prática de Lazer inspirada *na* e voltada *para* a cultura nacional, preservando-se seus traços fundamentais: suas raízes populares. Desse prisma, o Lazer, antes de servir ao distanciamento da realidade, seria um veículo promotor da mais profunda relação do homem com o mundo circundante - social e natural, inserindo-se no conjunto das relações humanas técnicas (com a natureza) e sociais (com os modos historicamente determinados de produção).

Deve, ainda, ficar explícito que tal concepção rejeita o apelo simplista aos modelos importados e à transferência exclusiva das iniciativas programáticas, nesse caso específico, às instituições públicas e privadas. Em conseqüência, propõe-se a ampliação das iniciativas oriundas das camadas populares, em suas bases sociais concretas.

Em síntese, o Lazer, objeto de múltipla manifestação formal e distanciado do processo imediato da produção (enquanto tempo empregado, jamais como finalidade), numa formação social como a nossa, deve ser apreendido nas suas possibilidades crítico-transformadoras e nas suas raízes nacionais e populares.

O debate técnico e teórico sobre o Lazer é ainda recente na sociedade brasileira, pois ele acompanha práticas em processo de formação e institucionalização. A discussão conceitual apenas se inicia, exigindo uma relativa concentração de esforços no trabalho teórico. Ao mesmo tempo, a organização e funcionamento dos serviços de Lazer ressentem-se de políticas e normas que os orientem de forma sistemática e segura. Os custos exigem revisão. A metodologia e as técnicas de trabalho estão em grande parte indefinidas ou exigindo redefinições e desenvolvimentos. Os recursos humanos encontram-se em permanente processo de busca de novas experiências, adaptação de novos métodos e técnicas e alojamento de suas qualificações profissionais em campos de trabalho ainda indefinidos, em crescimento ou embrionários. Por sua vez, a infra-estrutura das práticas de Lazer é também uma instância nova, onde a indústria do Lazer, sob determinadas condições de desenvolvimento da sociedade, provoca alterações nas práticas espontâneas consagradas pelo povo e até mesmo seu desaparecimento.

## 2. Questões Conceituais da Cultura

Os conceitos antropológicos de cultura são insuficientes à apreensão do fenômeno cultural. A crítica das pretensões conceituais da chamada Antropologia

Cultural apóia-se no Socialismo Científico, na análise concreta das formações sociais. O mesmo se aplica às correntes do psicologismo cultural.

No contexto cultural, a questão antropológica envolve a crítica do objeto e abrangência pretendida pela Antropologia Social, em busca da superação do seu caráter não histórico, da ampliação sem princípios dos traços exóticos das manifestações microsociais, da sua distância frente à base real a partir da qual se erigem as diferentes formas de cultura. Em suma, sem negar o espaço próprio da Etnologia e da Etnografia na abordagem dos fenômenos sociais, empreendemos o resgate de uma compreensão de cultura que possibilite a apreensão do seu movimento concreto: nacional pela forma; popular pelo conteúdo.

No que se relaciona às tendências do psicologismo em cultura, identificamo-as ao idealismo subjetivo, às vertentes do pensamento social que não partem da existência real dos homens para a compreensão dos seus modos históricos de relação na sociedade e com a natureza.

Na investigação da cultura, em suas bases materiais, identificamos ser necessário seguir o progresso das formas humanas de existência. Assim sendo, a divisão entre o intelectual e o manual, entre o rural e o urbano, presentes nas sociedades modernas, seguem um duplo curso: no presente, aprofundar-se; no futuro, desaparecer. As formas distintas da cultura, desde uma ou outra divisão, não implicam antagonismo. O erudito tende a popularizar-se, e vice-versa. A cultura local, rural ou urbana é, por sua concretude, universalizável.

A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, filosofia, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. A cultura não é uma categoria sociológica empírica. Quando nos referimos ao fenômeno cultural, não se trata de teorizar sobre a cultura em geral, abstrata, mas de agir, com suporte conceitual, sobre a cultura presente, concreta, procurando transformá-la, estendê-la e aprofundá-la.

As discussões inerentes ao tema de preservação do popular envolvem o conceito científico do fato cultural. A intervenção dos elementos de consciência e erudição no curso livre da Cultura Popular depende diretamente do desenvolvimento dos modos de produção da existência social. As formas diferenciadas da Cultura Popular se mantêm em razão de raízes objetivas. Portanto, na linha de sua preservação e avanço, as concepções gerais devem considerar correta e concretamente cada caso. A perenidade do popular não se confunde com o dogma da imutabilidade.

Finalmente, as relações entre o popular e o erudito estão na íntima dependência das condições históricas de exercício da hegemonia pelos segmentos de base da sociedade civil.

### 3. Cultura Popular

As discussões referentes à Cultura Popular revestem aspectos de conteúdo e forma, a partir de um quadro histórico-relacional: a formação social brasileira.

Nesse contexto, prioriza-se um enfoque analítico das bases sociais concretas, desde a produção e a divisão social do trabalho, a partir das quais se erigem as modalidades de consciência social. O aprofundamento da divisão social entre o trabalho manual e o intelectual (igualmente, fator de sua superação), correspondente ao estágio de desenvolvimento atual das modernas (centrais ou periféricas) sociedades de classe, é identificado como fio condutor da compreensão dos fenômenos integrantes da cultura.

Desde tal posição, no enfrentamento das questões objetivas do processo cultural, promove-se o relacionamento entre a cultura e o popular. Em consequência, a necessidade de um conceito científico de povo torna-se imprescindível à compreensão da Cultura Popular e, nos seus desdobramentos, ao exercício organizado da ação cultural. Tal conceito deve, imperiosamente, apoiar-se no caráter histórico de povo, compreendendo-o como o bloco majoritário e produtivo (intelectual e materialmente) da população.

Os traços que informam o universo da cultura, suas distinções não essenciais (técnicas e/ou formais), são apreendidos no conjunto do movimento da existência social. Não existem contradições intransponíveis, por exemplo, entre o popular e o erudito. Cabe, nesse particular, investigar as condições históricas dadas, as possibilidades abertas de práticas à cidadania e as tendências conjunturais hegemônicas.

As questões que envolvem a indústria cultural e os meios de comunicação de massa merecem inserção no mesmo quadro referencial pelo fato de que tais fatores, de instrumentalização contraditória, encerram imenso potencial de progresso e vitalização das várias formas de expressão da cultura. Quanto à cultura de massas, predominante, deve-se promover sua identificação como fenômeno de dominação multinacional, as quais utilizam-se recursos decadentes e retrógrados retirados do depósito do "lixo cultural", em projeção localizada, impedindo o livre curso das manifestações culturais capazes de ampliar o patrimônio da humanidade.

A produção cultural não espontânea deve ser assimilada não somente nos seus indicadores intelectuais-eruditos mas, com grande peso, no concurso aos elementos nacionais e populares. Vale salientar que o componente nacional da cultura é revelado pela sua raiz popular. Nesse campo, manifestam-se relações de contradição entre culturas, quanto à sua nacionalidade ou multinacionalidade, cabendo destacar criticamente os indicadores de dominação aí inseridos. A cultura, enquanto fenômeno histórico objetivo, requer uma abordagem abrangente, isto é, de suas relações internas e externas, equidistante de visualizações

dualistas e em negação ao tratamento mecanicista, inclusive porque o universal surge do concreto/particular. Em consequência, não obstante o tipo de formação sócio-econômica determinar seu conteúdo último, a prática cultural concreta apresenta-se como portadora de elementos de contradição que merecem ser investigados em suas marcas particulares.

A concepção de "cultura nacional-popular" não se reduz a uma simples oposição à "cultura de massas", nem se restringe aos aspectos imateriais da cultura produzida pelas camadas populares. A cultura popular tem caráter eminentemente nacional, já que a visão cultural que a alimenta - como movimento e como fenômeno - emerge dos problemas do país. Em suma, o que determina o sentido nacional da cultura popular é sua visão básica da realidade, sua radicalidade - na essência marxista deste termo.

Nesse sentido é que se deve empreender a defesa da cultura nacional-popular, de seus valores, de suas características, dentro da conjugação entre o geral e o particular, isto é, daquilo que tem validade universal, em termos de cultura humana, e daquilo que guarda o traço brasileiro. A preservação e desenvolvimento da cultura nacional-popular, partindo de sua realidade objetiva, não exclui a receptividade ao conjunto positivo do produto cultural da humanidade, muito ao contrário.

A preservação das formas de expressão popular é tida como uma necessidade cada vez mais imperiosa. Como campo de manifestação da cultura nacional-popular, muitas modalidades de Lazer Espontâneo correm o risco de desaparecimento em decorrência das formas de crescimento desordenado das cidades, das formas especulativas de apropriação do espaço urbano e da intensificação da cultura de massas.

A Cultura Popular, parte componente dos processos em curso numa formação econômico-social, tem sido objeto de aproximações diversas. As denominadas vanguardas culturais são um exemplo palpável de aproximação, ressaltando-se o conflito expresso nas suas tendências, ou seja, as oscilações verificáveis entre o "culto da modernidade", de um lado, e a consequente apreensão do novo, de outro.

A consideração positiva da vanguarda cultural parte de vários pressupostos. Entre eles, destacaremos o compromisso de preservação e desenvolvimento dos valores da Cultura Popular; a transposição das distâncias entre a produção espontânea e o conhecimento científico do real; a vinculação da proposta cultural às perspectivas de efetivo exercício da cidadania. Portanto, os instrumentos de avaliação da vanguarda implicam na não diluição/destruição do acervo cultural popular, dos seus veículos de universalidade expressos no seu próprio mecanismo de construção.

Nesse contexto, a vanguarda artístico-cultural é apreendida em sua dupla expressão: forma e conteúdo. Ou seja, enquanto processo inovador/modernizador das estruturas técnicas de construção da linguagem

e, concomitantemente, como modo de apreensão concreto da realidade objetiva.

#### 4. Cultura de Massas

A utilização corrente da expressão *Cultura de Massas* parte de pressupostos que a identificam com o popularesco. Tais pontos de partida se traduziriam numa concepção de cultura destituída de compromisso com a realidade - portanto alienada e alienante; ausente de humanismo; supraclassista e, em síntese, instrumento ideológico de dominação e reprodução.

Numa outra direção, a Cultura de Massas seria compreendida nos seus aspectos formais de caráter massivo, decorrentes dos seus métodos de produção e difusão. Os limites dessa posição evidenciam-se no fato de que a conjugação da cultura com as massas, muito além dos elementos técnicos de produção e difusão, varia de acordo com seu conteúdo, está condicionada pela natureza do regime histórico-social na qual se insere.

Em cada cultura nacional, na sociedade de classes, existem, ainda que de forma rudimentar, elementos de cultura progressista, pois em cada nação existem segmentos populares cujas condições de vida engendram, inevitavelmente, uma consciência inovadora e humanista. Mas cada nação possui, mesmo assim, uma cultura que não existe sob forma de elementos, porém como cultura dominante.

No mundo em que vivemos, as culturas dominantes das sociedades centrais assumem um caráter expansionista frente às formações periféricas e dependentes, gerando mecanismos de colonização cultural, basicamente, através de uma Cultura de Massas transnacional.

As contradições da produção e difusão da cultura dominante, inclusive no terreno multinacional, são o campo no qual se desenvolvem os processos de afirmação da hegemonia, a partir de suas frações. Os choques entre os elementos conservadores e os progressistas passam a exigir, em favor desses últimos, sua organização prática no contexto concreto da cultura. Nesse sentido, as diferenças não se expressam no limite das formas, mas na abrangência do conteúdo.

Na avaliação crítica da Cultura de Massas, dois pontos merecem destaque: as massas como sujeito da história e o avanço das ciências e das técnicas.

A cultura, conforme já tentamos demonstrar, deve ser definida por seu conteúdo. Por conseguinte, não pode ser, simplesmente, rotulada como "de massas" ou "não de massas". As diversas modalidades de expressão cultural não podem ser agrupadas a partir de tal critério. Nesse particular, apresenta-se como falaciosa a dicotomia proposta entre a Cultura de Massas (por sua ampla difusão, mesmo que ao nível de pasto cultural) e uma possível cultura de elite (consumo das minorias eruditas).

A Cultura de Massas, nas suas determinações usuais, busca diluir o conjunto das relações que constituem objetivamente o homem num agregado historicamente indeterminado: as massas. Ao mesmo tempo em que elege uma base conceitual técnico-quantitativa.

Uma questão que se destaca na abordagem das formas objetivadas da Cultura de Massas vincula-se, em decorrência da internacionalização do processo industrial-produtivo e do mercado, nos seus objetos de consumos, ao cosmopolitismo cultural (tradução presente do eurocentrismo vigente até o início do século) e às investidas pseudocientíficas que, apoiadas no avanço da técnica, pretendem reduzir os antagonismos do mundo na utopia da "aldeia global" (com seus "valores universais").

Seria ingênua a postura que negasse o inevitável reflexo da chamada revolução técnico-científica no movimento cultural. Contudo, não cabe sua assimilação passiva, nem a ignorância de que o avanço nos modos de apropriação técnica da natureza conduz às ampliações da dominação e, conseqüentemente, de sua reprodução. Basta que nos detenhamos na observação das formas de utilização dos meios de comunicação de massa.

A resistência cultural, desde os elementos populares existentes nas culturas nacionais, a promoção de sua unidade e a justa compreensão do desenvolvimento técnico-científico, são os veículos de superação dos impasses inerentes à problemática que envolve a Cultura de Massas e da construção de uma *Cultura para as Massas*.

#### 5. Povo e Lazer

O processo de trabalho, na realidade social atual, atinge níveis elevados de desgaste de sua força, aumento real da jornada, queda dos salários reais, aumento da taxa de desemprego, deteriorização das condições de vida dos trabalhadores, dos inativos e dos dependentes dos trabalhadores. Desta forma, o Lazer articula-se com a questão do salário real e das condições de vida e trabalho. Os trabalhadores são atingidos progressivamente pela carência de alternativas de Lazer, seja pela inexistência destas, seja pelo baixo poder aquisitivo ou ainda pelas formas de isolamento sócio-cultural e mesmo a destruição do patrimônio da cultura nacional-popular, onde residem quase todas as formas históricas de Lazer ainda vivas, num difícil exercício de resistência.

O movimento real do Lazer está vinculado ao processo de informação de idéias e valores. As interferências podem ocorrer através de práticas que contribuam efetivamente para o desenvolvimento da consciência crítica. Uma linha de ação deve se constituir através da recuperação da memória nacional, tanto pelo apoio às formas de expressão populares quanto pela cria-



ção de condições de acesso das camadas populares ao campo da produção cultural da sociedade como um todo. Para tanto, deve-se atuar fora e dentro dos meios de comunicação de massa e, através deles, exercer uma ação que não se deixe envolver pelos processos negativos da massificação cultural. Deste modo, poderá consolidar-se o papel do agente da organização da cultura e do Lazer, atuando no sentido de estimular (e não embotar) a capacidade criativa individual e coletiva.

O exercício social das formas conscientes de Lazer (Lazer Crítico), em última instância, deve servir à apropriação dos esforços de alocação do tempo não diretamente vinculado ao trabalho produtivo para a compreensão e resgate do papel da força de trabalho, no conjunto das relações sociais de produção, superando os mecanismos de distanciamento da realidade e desenvolvendo a consciência dos produtores em direção crítica.

O aspecto econômico da política do Lazer está articulado com a problemática do salário real. Nas camadas populacionais mais atingidas pela pauperização, o atendimento às necessidades básicas absorve praticamente todo o salário do trabalhador. Uma parcela inexpressiva do salário é canalizada para as necessidades de Lazer. No entanto, os efeitos sociais negativos do processo de desenvolvimento acelerado exigem que uma parcela crescente do salário seja destinada ao atendimento das necessidades de Lazer. Daí a importância de se incorporar ao salário real o equivalente ao valor dos serviços de Lazer necessários ao trabalhador.

## 6. Modo/Processo de Trabalho

O entendimento de que a cultura e suas práticas correspondentes devem desenvolver-se a partir das situações surgidas das condições objetivas de vida exige a não principalização de formas isoladas mas, ao contrário, uma absorção plena e, em decorrência, levando-se em conta as realidades locais, a eleição de modalidades que encerrem um maior potencial de universalidade e compreensão dos elementos gerais circundantes.

Essa linha de trabalho está a exigir sujeitos ativos em sua execução, com mais domínio e verticalidade em suas funções, que superem o estágio do "animador cultural" e ultrapassem as concepções e técnicas funcionalistas inerentes ao subjetivismo sociológico. Em progressão, indica-se a necessidade da formação de *agentes culturais* (organizadores, divulgadores, receptores, incentivadores, pesquisadores) que, pela sua visão de totalidade, sejam trabalhadores orgânicos da cultura, ou seja, engajados na dinâmica sócio-cultural das comunidades/clientelas às quais se ligam, distanciados do culto organicista-funcionalista da perfeição e eternidade das "instituições". Na verdade,

o *agente cultural*, como o concebemos, é autêntico *agitador cultural*.

A prática cultural, artística e/ou esportiva, organizada a partir de suas determinações e dominâncias sócio-históricas, elimina progressivamente as proposições do funcionalismo no trabalho social. Este, por sua vez, nada mais representa do que uma desfigurada herança das tendências conceituais (positivismo e evolucionismo) dominantes no corpo embrionário das Ciências Humanas, no Século XIX, aliada às limitações lógico-metodológicas do mecanicismo, enquanto instrumental de apreensão da realidade.

O *agente cultural*, acionador do bloco da prática de cultura, é um elo entre o consciente e o espontâneo, entre os valores dispersos da Cultura Popular e o conhecimento científico do real. ■

JULIANO SIQUEIRA - Sociólogo e militante do PCdoB/RJ

## BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, M. de. *Obras Completas*. São Paulo, Ed. Martins.
2. CÂNDIDO, A. *Obras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
3. DUMAZEDIER, J. *A Teoria Sociológica da Decisão*. São Paulo, Biblioteca Científica - Série Lazer, 1979.
4. \_\_\_\_\_. *Lazer e Cultura Popular - Debates*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.
5. \_\_\_\_\_. *Sociologia Empírica do Lazer - Debates*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979.
6. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, 1978/82.
7. FREIRE, P. *Obras*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
8. GULLAR, F. *Cultura Posta em Questão*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
9. \_\_\_\_\_. *Vanguarda e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
10. IANNI, O. *Imperialismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Vozes, 1976.
11. KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
12. LANFANT, M. F. *Les Theories du Loisir*. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.
13. MOTA, C. G. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo, Ática, 1978.
14. REQUIXA, R. *As Dimensões do Lazer*. DR/SP, 1979.
15. \_\_\_\_\_. *O Lazer no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.
16. \_\_\_\_\_. *Sugestão de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer*. São Paulo, Biblioteca Científica SESC - Série Lazer, 1979.
17. *Revista Escrita - Ensaio (Cultura Brasileira)*. São Paulo, Vertente Editora Ltda, 1977.
18. SINGER, P. *Economia Política do Trabalho*. São Paulo, HUCITEC, 1972.
19. SODRÉ, N. W. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
20. VAZQUEZ, A. S. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
21. WEFFORT, F. et alii. *Simpósio sobre a Cultura do Povo*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1977.
22. GRAMSCI, A. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
23. \_\_\_\_\_. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
24. MARX, ENGELS e LÊNIN *Sobre a Literatura e a Arte*. São Paulo, Global Editora, 1980.
25. MARX e ENGELS *A Ideologia Alemães*. São Paulo, Editora Moraes, 1984.

# Os congressos da II Internacional (Copenhague - 1910)

EDGARD CARONE

*A principal polêmica trava-se na questão da unidade sindical.*

*Criticadas idéias separatistas, surgidas em países formados por diversas nacionalidades, como a Áustria*

**A** escolha de Copenhague para a realização do VIII Congresso Socialista Internacional é uma homenagem ao crescimento espetacular do socialismo na Dinamarca, cujo total de votantes salta de 700, em 1878, para 98 mil em 1910. Somam-se a esses números mais de 120 mil votos de operários sindicalizados e outros 120 mil leitores de seus jornais.

Apesar de sua distância das principais capitais européias, Copenhague recebe a expressiva participação de delegados do Continente e da América do Norte, em números superiores a de outros Congressos, tal como o VII Congresso, sediado em Stuttgart, que contou com 884 delegados, representação ligeiramente inferior aos 896 registrados em Copenhague. Entre os participantes, 189 eram da Alemanha, 146 da Dinamarca, 86 da Suécia, 84 da Inglaterra, 65 da Áustria, 49 da França, 44 da Boêmia, 39 da Rússia, 31 da Noruega, 26 da Bélgica, 24 dos Estados Unidos, 19 da Finlândia; Holanda e Hungria com 14 cada um, 13 da Suíça, 9 da Itália, 7 da Bulgária, 5 da Espanha, 3 da Sérvia, 2 da Turquia-Armênia, 2 da Romênia e 1 da Argentina. Dentro destas delegações comparecem as lideranças partidárias, sobressaindo-se os nomes de J. Keir Hardi, Berlfort Bax, Ramsay Mac.Donald, pela Inglaterra; Kautsky, Ledebour, Clara Zetkin, pela Alemanha (Bebel, doente, não comparece); Karl Renner, Oto Bauer, pela Áustria; Ed. Vaillant, Jules Guesde, Jaures, pela França; Angelica Balabanof, pela Itália; Plekanov, Lênin, Kolontay, Trotsky, pela Rússia; Radek, Rosa Luxemburgo, pela Polônia, etc.

O início da organização do Congresso remonta a 1909. Sob a direção de uma Comissão Provisória, o evento se estrutura rapidamente com diretrizes seguras. São lançados a Ordem do Dia, a data do aconte-

cimento e o convite para a adesão. Para esta última, repetem-se as exigências fundamentais, já enfatizadas anteriormente: as associações que aderirem devem aceitar os "princípios essenciais do socialismo: socialização dos meios de produção de troca; união e ação internacional dos trabalhadores; conquista socialista dos poderes públicos pelo proletariado, organizado em partido de classe" e todas as organizações corporativas que defendem a luta de classes, "declarando reconhecer a necessidade da ação política, isto é, legislativa e parlamentar, e que não participam, entretanto, de uma maneira direta no movimento político". (p. 17)

Neste mesmo documento, levanta-se a Ordem do Dia, que consiste nos seguintes tópicos: As relações entre as Cooperativas e os partidos políticos; a questão do desemprego; a Arbitragem e o Desarmamento; os resultados internacionais da legislação operária; organização de uma manifestação internacional contra a pena de morte; o procedimento a ser adotado para a execução rápida das resoluções dos Congressos internacionais; a organização da solidariedade internacional; resoluções sobre outras questões.



**A social-democracia não tem fronteiras e não tem outro povo como inimigo**

Antes da abertura, a Comissão encarrega-se de indicar preços e condições do alojamento na cidade e acentuar a obrigação das delegações de enviarem os textos de suas proposições e resoluções, bem como os dados estatísticos sobre cada um dos partidos que



comparecerão ao evento. E, ao iniciar o Congresso, fica estabelecido o número de votos de cada delegação. A Alemanha, a Áustria, a Grã-Bretanha, a Rússia e a França tiveram direito a 20 votos. A Itália, a 15, os Estados Unidos, a 14; a Bélgica e a Suécia, a 12 votos; a Dinamarca, a Polônia, a Suíça, a 10; outros países, variando entre 8 e 2 votos. Ao mesmo tempo, cada tópico da Ordem do Dia seria apresentado pelas delegações que levantaram a questão.

Como em Congressos anteriores, a inauguração é solene, ocorrendo “na magnífica sala do Palácio dos Conventos, artisticamente decorado”, tendo ao fundo a divisa consagrada: “Trabalhadores de todos os países, uní-vos”. (p. 287) O discurso do Dr. C. Bang, fala no esforço dos socialistas dinamarqueses em defender as suas idéias, na solidariedade com os alemães quando perseguidos por Bismarck, e no esforço para transformar a exploração capitalista em novo produto, isto é, na produção de “armas que servirão a fazer desaparecer todas as oposições de classe no interior e todas as oposições nacionais no exterior, em fazer desaparecer a exploração, a servidão e a humilhação”. (p. 291)

Emile Vandervelde, o belga, enfatiza o avanço parlamentar socialista na Europa: a Inglaterra com 40 deputados; os austríacos tornando-se a “mais forte fração da Internacional Socialista”; os suíços, belgas, italianos etc., verificando um aumento em número de deputados; os alemães superando os efeitos negativos da eleição de 1904.

A inauguração se dá no domingo de manhã, 28 de agosto. Na tarde desse mesmo dia, realiza-se uma excursão, seguida de *meeting*, no parque de Sondermarken, próximo a Copenhague. Como em Stutt-

gart, organizam-se quatro tribunas ao ar livre. Na 1.<sup>a</sup>, fala, entre outros, Jaures, que frisa que as “responsabilidades do Socialismo aumentam com seu poderio (maior). É o Socialismo que conduz agora os democratas à batalha pela conquista da liberdade, à luta contra o absolutismo e o direito divino, contra a aristocracia feudal, a oligarquia burguesa, contra o capitalismo, e que fará com que todos os homens sejam irmãos e todas as nações irmãs afetuosas”. (p. 307) Na 2.<sup>a</sup> Tribuna, Legien atesta que a Social-Democracia não “conhece fronteiras e que ela não pode considerar outro povo como inimigo”; na 3.<sup>a</sup> Tribuna, Le-debour acentua a grandeza do movimento. Na 4.<sup>a</sup> Tribuna, Pernerstorfer fala da importância do Congresso, e Van Kol comemora a 8.<sup>a</sup> reunião Socialista e sua força na “luta contra o capital”.

Essas e outras falas enaltecem o acontecimento. Mas é no dia seguinte que as Comissões se reúnem separadamente e quando são lidos, respectivamente, os pontos-de-vista apresentados à cada tema.

O primeiro deles, que iremos analisar, é o das *Relações entre as Cooperativas e os Partidos Políticos*, para o qual são apresentados os Relatórios do Partido Social-Democrata Alemão, do Partido Operário Belga, do Partido Social-Democrata Holandês e uma Resolução do Partido Socialista Francês. Conforme a Social-Democracia Alemã, a legislação de seu país proibia a filiação das cooperativas aos partidos políticos, ou de que tomassem posição política. O operariado, contudo, entendia as vantagens das cooperativas para o barateamento dos produtos e a entrada de trabalhadores nas cooperativas vinha aumentando, apesar da oposição de entidades sindicais cooperativas de origem pequeno-burguesa e burguesa. O Congres-

so de Eisenach (1908) concretiza, afinal, a ligação contratual entre sindicatos e cooperativas (pp. 31-32).

**Rica discussão sobre a relação entre cooperativas e a ação política do partido**



Na Bélgica, a relação é mais complexa. Para o Partido Socialista Belga, as cooperativas “devem ser neutras, independentes das organizações políticas, presas a ele por ligação pessoal, ou afiliadas ao partido?” A resposta está, em parte, na tradição que vem do séc. XIX, quando acentua a posição favorável à cooperativa de consumo. O Socialismo pretende a “socialização dos meios de produção e de troca” e para isto é preciso acabar com o regime capitalista; o operário quer o “produto integral de seu trabalho” e, como consumidor, deseja “vida barata”.

Na Inglaterra os salários operários são altos e é neste país onde há um maior número de cooperativas de consumo. Não estaríamos no ideal socialista, se diminuíssemos o poderio capitalista e aumentássemos o poderio do trabalhador? Do ponto de vista prático, a cooperativa é forma de arregimentar e disciplinar a classe operária. E qual a sua relação com a política? Seria ideal a sua neutralidade? A neutralidade política é em relação a um partido ou no seu sentido amplo? Na Bélgica, França, etc., existem cooperativas neutras; mas, na Inglaterra, cooperativas agem no sentido social. Na Bélgica, as cooperativas criadas no campo são obras de homens políticos de partido e do clero católico, “que não escondem perseguir fins políticos”. Assim, existem na Bélgica cooperativas socialistas, católicas e neutras. A rivalidade leva ao oferecimento de vantagens e a novas conquistas sociais. Desta maneira, a idéia de neutralidade entre cooperativas e política deve ser abandonada.

No final, a Resolução fala em “pôr os trabalhadores socialistas em guarda contra as teorias dos que sustentando que a cooperação seja suficiente em si próprio, vêm nesta forma de associação o meio de resolver a questão social. Declara que a classe operária tem maior interesse em utilizar, na sua luta de classe, a arma cooperativa, que lhe permite, a organização do poderio de compra dos trabalhadores. O Congresso estima que é desejável que ligações orgânicas, cada vez mais estreitas, se estabeleçam entre os partidos socialistas e as cooperativas e lá, onde a legislação o permite, elas adiram efetivamente ao partido, consagrando uma parte do excesso de seus bens à obras de propaganda, de educação e de luta para a emancipação da classe operária”. (pp. 60-25)

O Relatório holandês, por sua vez, acentua a ligação necessária entre partido e cooperativas e o Partido Socialista Francês diz reconhecer a “importân-

cia essencial da criação e do desenvolvimento de organismos operários de luta e de organização coletiva” e que, a este título, ele inclua a cooperativa no número de “elementos necessários à transformação social”, com valor próprio no “esforço geral de educação e de organização proletárias”. (pp. 65-66)

O resultado final é a aprovação de Resolução elogiando a ação das cooperativas, por dispensarem os intermediários, “pela melhora da vida do operário, pelo sentido educacional” mas que, isoladamente, ela é “impotente para realizar o fim desejado pelo socialismo, que é a conquista dos poderes públicos pela apropriação coletiva dos meios de trabalho”. Os cooperativistas socialistas devem lutar para que seus funcionários recebam salários segundo as reivindicações feitas pelos sindicatos e que a classe trabalhadora, “na sua luta contra o capitalismo, tem maior interesse que os sindicatos, as cooperativas e Partido Socialista, cada um deles conservando sua autonomia e sua unidade próprias, sejam unidos por relações cada dia mais íntimas”. (pp. 723-725)



**O desemprego preocupa cada vez mais os partidos que têm vínculo com a classe operária**

O problema da relação entre cooperativa e partido político é um dos temas chave do Congresso, outro é o da *Unidade Sindical*. Entre um e outro, levantam-se uma série de debates tratando de questões menos polêmicas. Começamos pelos *Desemprego*. O Relatório da Social-Democracia Alemã acusa o governo de seu país de nada ter feito a favor do desemprego e, pressionado pelos deputados socialistas, o Chanceler alemão responde que “não estava convencido de pôr em prática o seguro contra o desemprego, pelo Estado”. Medidas concretas a favor do desempregado vinham sendo tomadas por algumas comunas alemãs - Munique, Colônia etc. - fora levantamentos estatísticos federais. Além destes, temos somente os próprios sindicatos livres que auxiliam os desempregados afiliados à sua entidade (pp. 32-33).

O Relatório da Social-Democracia da Holanda repisa o mesmo problema: crises econômicas contínuas, desemprego e miséria. São recursos comunais que aliviam parte das necessidades e o Partido reivindica seguro desemprego geral e de iniciativa do governo (pp. 33-35). É na Bélgica que se dá o grande avanço na questão do socorro aos desempregados. Em 1907, Henry Buri propõe, em nome dos socialistas, de Liège, crédito para o socorro aos desempregados.

Nos anos seguintes, os créditos aprovados para os sindicatos, aumentaram drasticamente. Em Gand, há novas formas de votar créditos aos sindicatos, destinados aos desempregados. Outras comunas se-

guem a corrente e em toda a Bélgica concretiza-se o auxílio aos desempregados (pp. 66-69). Nos Estados Unidos, segundo o Relatório americano, o problema é mais complexo, e a linha existente está ligada ao Estado e à categoria do trabalhador (pp. 69-73). No final, consta da Resolução sobre a Questão do Desemprego que o sistema capitalista e desemprego fazem parte intrínseca e que durante a fase capitalista “tudo que se fizer neste domínio não será senão paliativo”. Mas, o Congresso reclama medidas governamentais, cuja direção será confiada aos operários. E é necessário estatística confiável, realização de trabalhos públicos, maiores subvenções às caixas de desemprego durante o período de crise, diminuição das horas de trabalho, etc. (pp. 703-704).

A questão da legislação social é debatida e são valorizados alguns avanços legislativos em alguns países e denunciadas as falhas existentes. No Relatório do Partido Socialista Holandês esta dualidade é clara: o seguro social atinge unicamente determinadas profissões, na maior parte, de agricultores e criadores. As leis sobre duração de trabalho, profissões perigosas, salários, sobre trabalhos com fósforo, trabalho em minas etc., também excluem parte do operariado, por seu caráter particular na questão dos benefícios concedidos. As reivindicações tratam de cada melhoria legislativa, o que torna difícil resumirmos a questão da legislação social holandesa (pp. 73-79). O mesmo pode-se falar do Relatório do Partido Socialista Francês. A Resolução final resume melhor a questão: é preciso lutar pelas oito horas, proibição do trabalho para menores de 14 anos, supressão do pagamento em mercadoria, direito de coalisão, inspeção eficaz de trabalho industrial e agrícola, com participação operária. “As leis protetoras do trabalho e de seguro operário, em vigor, não satisfazem as reivindicações necessárias e justificadas dos operários (...) e no domínio da legislação operária, não pode-se esperar algum progresso a não ser que haja esforço enérgico dos trabalhadores”. (pp. 721-723)

**Certo recuo na luta  
contra a  
guerra - em relação  
às posições  
tomadas em Stuttgart**



A questão da *Arbitragem e do Desarmamento* provoca o aparecimento de Relatórios ricos e variados. O Partido Social-Democrático Alemão trata da ação da sua bancada no Reichstag, quando pressiona o chanceler a entrar em contato com os ingleses, já que o 1.º Ministro Asquith proporia diminuir os gastos navais e concretizar convenção para elaborar plano para a diminuição da frota de guerra; apesar da ação social-democrata. No Reichstag, a proposta não encontra apoio da burguesia alemã. Os ingleses do

Partido Operário Independente afirmam que “os trabalhadores de todos os países não têm entre si nem rixas nem desacordos de natureza a provocarem guerra; que as guerras modernas são feitas no interesse e benefício das classes governantes”. O Partido Social-Democrata da Grã-Bretanha acentua as teses do Congresso de Stuttgart (1907), já anteriormente analisados (pp. 35-37). O Partido Socialista Francês diz que a “guerra só terá fim com o desaparecimento do sistema capitalista” e que cabe à Internacional “traduzir em fatos as resoluções de seus Congressos e do Congresso de Stuttgart, notadamente nos casos de ameaça de conflitos armados entre as nações”. (p. 73)

Esses textos, principalmente o do Partido Social-Democrata Alemão, são retomadas frágeis do espírito da Resolução de Stuttgart (1907) e vai ser a razão de incidente grave. Karl Radek, da delegação polonesa, critica acerbamente o texto moderado da delegação alemã, dizendo que a “supressão das frotas” - tese defendida pelo Partido Social-Democrata no Reichstag - “é utopia e é absolutamente impossível de apoiar com argumentos socialistas. Os social-democratas não devem seguir semelhante transformação, pois, mesmo que aceita, ela seria inaplicável. A supressão da marinha seria possível só quando existisse um poder executivo internacional, capaz de contrabalançar os interesses opostos”. E depois, o governo alemão não tem interesse na limitação de sua marinha. “É preciso dizer às massas que essas medidas são puramente marítimas haja vista que o limite das frotas pode ter como consequência o aumento das forças de terra. A atitude do *Worwarts* e a atitude da fracção socialista no Reichstag é tudo o que há de mais antidemocrata, é a contrapartida da atitude de Hydman que reivindica novos armamentos”. (pp. 423-424) O discurso provoca mal-estar, e Rosa Luxemburgo, depois de conversar com alemães e russos, redige nota afirmando ser a intenção de Radek não a de “minimizar a ação a favor da paz, mas somente a de criticar as ilusões pacifistas”. (p. 8)

O final das discussões e da Resolução aprovada mostra um recuo frente aos resultados registrados pelo Congresso de Stuttgart (1907). A Resolução sobre a Guerra constata o aumento geral dos armamentos, apesar dos países capitalistas proclamarem a paz. A guerra é provocada pelos países capitalistas, enquanto o movimento operário não apresenta “desacordo de natureza a provocar uma guerra. As guerras não cessarão completamente senão com o desaparecimento da sociedade capitalista”. Cabe às bancadas socialistas combater os armamentos e de “recusar para este fim toda despesa financeira”. E reclamar a arbitragem internacional para qualquer conflito entre Estados, lutar pelo desarmamento geral e pelo limite de armamentos, abolição da diplomacia secreta, a luta a favor da autonomia de todos os povos, etc. E no caso de uma guerra, agir como a Resolução de Stuttgart (1907): sabotar e “utilizar em todas as suas for-

ças a crise econômica e política criada pela guerra para agitar as camadas populares as mais profundas e precipitar a queda do domínio capitalista". (pp. 713-717)

**A pena de morte é discutida pela primeira vez num congresso da Internacional**



Um tema é inédito: o da *pena de morte*, tratado pela primeira vez pela II Internacional. Ele volta-se não para a questão de criminosos comuns, mas para a condenação de ativistas políticos, cuja condenação à morte é episódio corriqueiro nos países autocráticos, tais como a Rússia e a Áustria. Por isto é que o Congresso pensa na organização de uma Manifestação Internacional Contra a Pena de Morte. O breve Relatório da Social-Democracia Alemã fala na "Abolição da Pena de Morte, que é um dos meios de luta do governo do Czar". Os socialistas holandeses vão mais longe: seu Código Penal era anterior a 1880, incluía vários crimes entre os que eram puníveis com a pena de morte. O novo Código é mais liberal, porém, o Código Penal Militar inclui a supressão da vida do faltoso. Em 1902, o Partido Social-Democrata tenta suprimir este item, até que ele deixa de vigorar no Código.

O Partido Socialista da Polônia amplia a análise: as classes dominantes são combatidas e se defendem - e a pena de morte é um dos seus instrumentos de defesa. O avanço da cultura, no entanto, obriga as elites a mudarem de método e a persistência de "prescrições antiquadas do direito criminal é ainda uma manifestação das classes dominantes", para não dizer que a mais ignóbil é a pena de morte. Hoje esta medida, "posta em prática com uma selvageria que denota o retorno, por atavismo, das elites aos instintos sanguinários dos séculos mais recuados...", que se mostra, em toda sua situação, na "Rússia, na Polônia e em todos países submetidos ao cetro do Czar, assim como na Espanha, e notadamente aos defensores do povo subjugado ou, como nesta mesma Espanha, aos pacíficos propagandistas do livre pensamento". (pp. 37-38)

O Partido Operário Belga homenageia Francisco Ferrer, morto no ano anterior, e seu Relatório começa dizendo: "Como falar da pena de morte sem pensar, em primeiro lugar, na execução de Ferrer?" (pp. 79-81) A Resolução Final reproduz estas posições. O texto começa dizendo que o racionalismo burguês condenou à pena de morte no passado, mas hoje, por causa do maior conflito de classe, "a burguesia degenerada" abandona esta bandeira e preconiza a pena de morte e de "outros fins democráticos e liberais". Na Alemanha, intelectuais lutam contra estas medidas extremas, enquanto que países como a Rús-

sia, Espanha, França e Estados Unidos mantêm medidas extremas na sua legislação. O proletariado é o "mais importante e o mais fiel dos adversários da pena de morte. Só a luz refletida pelos partidos socialistas, só o crescimento da cultura das massas trabalhadoras pela ação política e sindicalista, só o poderio crescente do proletariado organizado pode eficazmente combater este ultraje à humanidade civilizada, que é a pena de morte". (pp. 705-707)

Uma última questão, básica no Congresso, e que vai provocar debates acalorados e certa frustração, é o da *Unidade Sindical* e o da *Solidariedade Internacional*. Cabe à II Comissão tratar do primeiro tema mas, ao mesmo tempo, todos voltam a atenção para o conflito entre os socialistas tchecos e austríacos. Esse conflito abrange temas mais complexos do que a *Unidade Sindical*: trata-se da relação entre socialismo e nacionalidade, preocupação que irá se refletir nas discussões e levar o debate para um *qui-pró-quó* sem solução.



**Crítica às idéias de caráter separatista da delegação do partido tcheco**

Conforme proposta da delegação francesa, começa-se a discussão lendo a resolução dos sindicatos austríacos: o texto fala na intenção de manter uma unidade de relações entre partido e sindicato, conforme decisão tomada em Stuttgart, "especialmente no que concerne à afirmação que a unidade da organização sindical deve ser observada em cada Estado e constitui uma condição essencial do sucesso da luta contra a exploração e opressão. O Congresso declara, ainda mais, que toda a tentativa de dividir sindicatos internacionalmente unidos em partes nacionalmente separatistas vai ao encontro da intenção desta resolução do Congresso Socialista Internacional". (p. 362) A leitura do texto explica-se pelas divergências de posições que já existem entre austríacos e tchecos, medida esta já visível há tempos. Para ficar mais claro, o problema extrapola a questão específica da organização sindical e passa também pela do nacionalismo. Não se pode esquecer que os tchecos fazem parte do Império Austro-Húngaro e que eles procuram a sua independência, o que se dará em 1918. O que nos interessa agora é a questão propriamente dita e seus resultados imediatos.

Hueber, delegado austríaco, é o primeiro a falar. Lamenta tratar do assunto, mas a interferência de um grupo socialista internacional o obriga a trazer à baila a questão. "Esperávamos tratar do problema internamente, ainda mais que encaramos a classe operária sem distinção de nacionalidade. Nos últimos tempos, o partido tcheco fez todo o possível para destruir e



dispersar os sindicatos, como dividi-los em oito agrupamentos de nacionalidades diferentes que compõem a Áustria. Eu acrescento que na Áustria não temos territórios fechados, pois as fábricas podem empregar operários de nacionalidades diferentes. Pode-se citar tal ou tal usina em que se concentram as oito nacionalidades de nosso país. Se queremos conquistar direitos econômicos, se queremos transformar as condições de trabalho e de salário, é necessário criar uma organização sindical única (...) O partido tcheco criou um movimento entre os operários tchecos por espírito de nacionalismo separatista, movimento que constitui um perigo não só para o movimento sindical, mas que poderia o tornar igualmente para o movimento socialista em geral.”

A resposta é dada por Nemeč, da Boêmia. Inicialmente, nega a idéia de que o seu movimento sindical é “separatista e que irá prejudicar a unidade da organização”. Na Áustria há muitas nações e, com o desenvolvimento da organização, o Partido teve que levar em conta os agrupamentos nacionais. “O Partido é dividido em sessões nacionais autônomas.” Mas, a direção sindicalista não é a mesma das organizações políticas e, para uni-los, é impossível “se o partido tcheco tiver um centro em Praga e os sindicatos em Viena. A comissão sindical austríaca é de 1893 e ela nunca levou em consideração as desideratas da social-democracia tcheca, por isso fundamos, em Praga, em 1896-1897, uma Comissão Sindical tcheca, que colaborou com a de Viena. Depois de várias ativida-

des conjuntas, na Conferência Sindical de Amsterdã, recusaram o direito de nos fazer representar e a centralização austríaca aumenta. As organizações que não podem se desenvolver por causa da centralização rompem todas as relações com a Comissão Sindical de Viena. É preciso que nos deixem livres para dirigir nossos Partidos e nossos sindicatos, sem centralização exagerada. A maioria dos trabalhadores tchecos não pertence à Comissão Sindical de Viena, mas à de Praga”. (pp. 362-368)



**Contribuição de um dia de salário para a luta grevista de outros países**

Uma série de oradores se seguem, no mesmo dia e nos seguintes. Uns são a favor da unidade sindical, outros a favor da tese tcheca. Fiquemos nos mais importantes. Depois de afirmações a favor da Resolução de Stuttgart acerca da unicidade sindical, Soukup, da Boêmia, afirma que os tchecos não transgrediram as Resoluções. Existem sindicatos tchecos com mais de 40 mil filiados, os quais a Comissão Sindical de Viena nega-se a reconhecer por não considerá-los organizados. O Partido deve reconhecê-los como organização sua? A resposta é positiva, o Partido decide admiti-los, fato que faz com que existam duas formas

de organização: os organizados e os não-organizados. "A direção do Partido não pode incontestavelmente excluir os membros destas organizações autônomas e os estigmatizar como não-organizados. É necessário que todos os operários de um ramo industrial estejam reunidos em um sindicato único que inclua todos os países da Áustria? Ou, então, num Estado poliglota como a Áustria, não seria possível agrupar os sindicatos internacionalmente para todos esses países, concedendo-lhes autonomia nacional?"

Legien, da Alemanha, critica todos os tchecos e pergunta se eles não transgrediram as Resoluções de Stuttgart. "A questão não deve ser examinada do ponto de vista da forma, mas de princípio." A unidade sindical (Stuttgart) "interdiz as organizações localistas. Ela exige uniões centrais e a coordenação internacional destes". O polonês Zulawski fala em unidade e diz que existem 30 mil poloneses na Galícia, Morávia e Silésia e o que fazer, aderir à Central tcheca, alemã, ou ser separatista? A Comissão de Praga os convidou a aderir. Victor Adler, da Áustria, castiga os tchecos dizendo que eles são contra a centralização proposta por Viena e, no entanto, concretizam a centralização de Praga recrutando operários tchecos até em Viena. "Então, qual a diferença entre Viena e Praga, ou Praga e Viena? Nada de enquete, mas sim acordo sobre as nossas divergências." Plekanov apoia a resolução austríaca, pois, "não podemos preparar a via a uma divisão artificial do movimento proletário na Áustria". Otto Bauer, da Áustria, estigmatiza os separatistas e o "espírito que anima o partido tcheco-slovaco. Nós somos um partido forte, dizem comumente. O que é isto, nós? É a social democracia tcheco-slovaca? Mas nós não reconhecemos na Áustria senão um único partido social-democrata internacional, abraçando todas as nacionalidades que vivem na Áustria e que, conforme nossos desejos, será realmente forte". (pp. 386-389)

O debate prossegue e inicia-se acusações de ambos os lados, criando-se um impasse, até que Nemeč propõe Resolução onde acentua as relações entre partido e sindicato, razão para o sucesso da luta proletária. Qualquer esforço para destruir ou comprometer a unidade de classe operária de "cada nação é contrário aos princípios do socialismo internacional. No caso de acontecerem conflitos sérios numa nação ou num Estado qualquer entre o partido político e o sindicato, o Bureau Internacional será autorizado até a tomar todas as medidas necessárias para reconciliar os partidos em desacordo e tentar regular suas relações mútuas, com o fim de realizar as intenções da Internacional". (pp. 396-397) Outro texto apresentado pelo próprio Nemeč fala em adiamento do problema e seu julgamento futuro pelo Bureau Socialista. Procedida a votação, o adiamento é rejeitado por 185 votos contra 9.

Outra resolução é apresentada pelo mesmo grupo, com o mesmo espírito, porém, não é discutida.

O Partido Social-Democrata Operário Sueco lança proclamação de solidariedade operária e luta contra o capital até que finalmente, para evitar divisão, transfere-se a solução do caso para o Bureau Internacional Socialista. Na verdade, o que se dá, resumidamente, é que o Congresso "se vê confrontado numa situação inédita e deve se pronunciar sobre o longo e profundo conflito que divide, na Áustria, os socialistas e sindicalistas tchecos e alemães, cujo conteúdo lhe escapa". E é exatamente esta indecisão que se reflete na Resolução final, o que desgosta os tchecos, que acusam a Internacional de não levar em conta as pequenas nações (Prefácio, Georges Haupt, p. 9).

O texto final começa renovando o apoio à Resolução de Stuttgart sobre Partido político e sindicatos e unidade da organização sindical em cada Estado, condição essencial na luta contra a burguesia. Nos Estados políglotas, "os sindicatos unidos devem evidentemente levar em conta as necessidades linguísticas e de cultura de seus membros. O Congresso declara ainda que toda tentativa de dividir sindicatos internacionalmente unidos em partes nacionalmente separatistas vai de encontro à intenção desta Resolução do Congresso Socialista Internacional. O Bureau Socialista Internacional e o Secretariado Internacional dos sindicatos estão prontos a oferecer seus bons ofícios às partes diretamente interessadas para aplinar os conflitos que se produziram sobre o assunto, num espírito de existente e de fraternidade socialista". (p. 718)

Sem discordância é tratada a questão seguinte, a da Solidariedade Internacional, que merece Resolução do Partido Social-Democrata Operário Sueco que, por sua vez, conta com emenda dos belgas. O primeiro texto fala no "espírito essencialmente internacional do movimento proletário e lembra as tradições de solidariedade ativa que remontam à origem da primeira Internacional". E cabe aos sindicatos maior ação internacional, o mesmo à imprensa socialista, cuja obrigação é a de "desmentir as balelas fantásticas e freqüentemente mentirosas que a imprensa e as agências a soldo do capital não esquecem jamais de publicar para tapear a opinião pública". (pp. 401-403) Os belgas pedem que, na necessidade, cada operário contribua com um dia de salário para o movimento grevista de outros países.

Outras Resoluções são votadas: denúncia da imigração na Argentina; contra a perseguição política na Rússia; sobre o Marrocos, etc. Afinal, paralelamente ao Congresso, dá-se a II Conferência das Mulheres Socialistas. ■

EDGARD CARONE - Historiador, professor da Universidade de São Paulo - USP

## BIBLIOGRAFIA

*Congresso Socialista Internacional: Copenhague 28 Aout - 03 Septembre 1910.* Introduction de Georges Haupt. Geneve, Minkoff Reprint, 1981, 916 p. (*Histoire de la II Internationale*, IX, tome 19).



CARTAS



Prezados Companheiros

Primeiramente quero cumprimentá-los pela excelência do trabalho editorial.

O conteúdo dos artigos é de alto nível, como convém aos propósitos de uma revista como *Princípios*.

Os últimos acontecimentos em Moscou, multidões nas ruas com retratos de Lênin e Stálin, mostram um povo acordando para esperarmos, talvez, retomar em suas mãos o seu destino histórico, ao empunhar de novo a bandeira da revolução. Isto põe por terra os discursos direitistas tipo "fim do comunismo" (...)

Por tudo isto e ainda considerando ser a América Latina o último continente em que o capitalismo se considera quase seguro quanto às possibilidades de exploração colonial, assume importância fundamental a nossa *Princípios*, único baluarte na defesa dos princípios do marxismo-leninismo, no plano teórico, nestas plagas tupiniquins.

Não consegui ainda ler todos os artigos, pois, em cada artigo, há material para discutir e memorizar, haja vista que são verdadeiros cursos de política, economia, história, etc. Mesmo assim, quero parabenizar os companheiros Aldo Rebelo, "O Brasil na Nova Ordem"; Aldo Arantes, "Neoliberalismo e Governo Collor" - revista n.º 24, e o trabalho do companheiro João Amazonas em número anterior da *Princípios*. Não cito os demais pois ainda não os li.

Por tudo isto, decidi enviar cheque de apoio (Cr\$ 40 mil) pela assinatura renovada a partir do n.º 25.

Saudações revolucionárias

Marival de Oliveira  
Registro - Vale do Ribeira - SP

Estimado camarada:

Por intermedio de la presente, reciba nuestro más sincero saludo revolucionario, luego le felicitamos por la gran labor que cumple en la dirección de la revista y del Partido.

*Princípios*, cumple un papel muy importante en su organización y dentro del Movimiento Comunista Internacional, esclareciendo los acontecimientos ocurridos en la ex-Unión Soviética, países de Europa Oriental y en Albania; donde traicionaron la ideología del proletariado internacional y retornaron al capitalismo.

Los artículos publicados en *Princípios*, aparece en momentos cuando reina todavía una enorme confusión en los círculos políticos, confusión alimentada por la feroz propaganda de los ideólogos del imperialismo y de la reacción mundial. Se predica a los cuatro vientos el fin trágico del sistema socialista y de los ideales del marxismo-leninismo, sustentando al mismo tiempo las bondades del sistema capitalista como el mejor orden económico y social para el progreso y bienestar de la humanidad, dentro de un supuesto "nuevo orden" de "paz y progreso".

Vuestra publicación tiene mucha acogida en mi país y, especialmente los trabajos del c. João Amazonas, quién va a la raíz de los problemas, utilizando la dialéctica materialista, para hacer comprender que la crisis del socialismo y el derrumbe del sistema socialista, constituyen un fenómeno pasajero, reconociendo que se trata de una derrota temporal del proletariado internacional y una victoria relativa y temporal del imperialismo, vale decir, del sistema capitalista. Motivo por el cual, el CESEP, ha decidido publicar seis interesantes estudios del c. Amazonas, con el título "Examen Crítico de la Crisis del Socialismo".

Aprovechamos la oportunidad para sugerir, que en *Princípios* se incluyera notas, artículos y documentos de Partidos M-L.

En esta, hay muchos amigos interesados en adquirir sus publicaciones y en especial la revista *Princípios*; para satisfacer esta demanda, aperturaremos suscripciones a dicha revista. Además haguemos llegar el libro del c. Luis Fernandes "URSS - Ascención y Caída: La Nueva Economía Política de las Relaciones de la Unión Soviética con el Mundo Capitalista".

Por su envío y su colaboración, anticipadamente le estaremos muy agradecidos.

Sin decir más por el momento, nos despedimos de Ud., deseándole éxitos en el trabajo.

Revolucionariamente

Lucho Ch. K.  
Lima - Peru

## Números da **PRINCÍPIOS** disponíveis para compra avulsa ou assinatura de apoio

n.º 17 *O Socialismo Traído - Perestroika*

A volta do capitalismo, de Kruschov a Gorbachov, em 10 artigos, sobre: o revisionismo e o movimento revolucionário; caráter de classe da Perestroika; resultados da política soviética no campo econômico, institucional e cultural: a raiz dos conflitos entre nacionalidades, além do artigo inédito, no Brasil, de Nina Andreieva, sobre a política de Gorbachov.

n.º 18 *Do Socialismo Científico ao Capitalismo Utópico*

O socialismo é pauta de discussão no meio operário e acadêmico. Por isso, é objeto principal dos artigos dessa *Princípios*. Além disso aborda temas como feminismo, semiótica, automação.

n.º 19 *Democracia - Um Toque de Classe*

Democracia é o charme. É uma aspiração concreta. Mas isso tem história e marca de classe. As dificuldades do capitalismo, o odioso privilégio das patentes, os riscos de fazer história, as aventuras da arte e as contradições na matemática ocupam esta edição.

n.º 20 *O que há de "Neo" no Liberalismo*

Tempos bicudos: as idéias do século XVIII, travestida de "neo", tornam-se modernas. A filosofia elitista de Nietzsche é vista como libertária. Construção e destruição do socialismo são igualadas no "socialismo real" - falido.

n.º 21 *A Disputa pelo Império Mundial. 120 Anos na Comuna de Paris*

O tema central é o fim da bipolaridade e a análise da nova configuração mundial de forças. Traz, também, um encarte especial sobre 120 anos da Comuna de Paris, extraíndo lições principalmente no que se refere à questão do Estado.

n.º 22 *O Brasil no 1.º Mundo*

O anúncio é atraente: o Brasil vai para o 1.º mundo. A explicação é que triste: amarrado. Roberto Freire tem novidade: renovar o Socialismo. Novamente a idéia é desastrosa, voltando para o liberalismo do século passado.

n.º 23 *Qual o Fim dessa Estória?*

Não se faz política com régua e compasso. É tarefa complexa com marchas e contramarchas. Tanto no capitalismo como no socialismo as etapas são leis objetivas. Esta edição aborda as teses de capitalismo de Estado e de social-imperialismo. E estuda que tipo de partido político o proletariado necessita.

n.º 24 *Tem Elefante que Incomoda muito mais!*

O governo Collor quer fazer crer que o moderno é o antigo bem esquecido. Na verdade, promete o liberalismo - superado pelo próprio capitalismo - para obter a submissão completa do país aos Estados Unidos.

### PROMOÇÃO ESPECIAL DE **PRINCÍPIOS**

A Editora Anita Garibaldi apresenta uma promoção especial para incentivar a leitura em tempos de Collor. A assinatura anual (4 edições) da **PRINCÍPIOS** - revista teórica, política e de informação - está sendo oferecida por apenas Cr\$ 32 mil, acompanhada de um livro brinde. E o melhor: o livro é à sua escolha. Na assinatura de apoio, no valor de Cr\$ 64 mil, você pode optar entre receber cinco edições passadas, um livro e as quatro próximas edições da **PRINCÍPIOS**, ou então quatro edições passadas, quatro próximas e dois livros.

As facilidades não param por aí: o pagamento pode ser feito com cheque pré-datado para até 30 dias.

Agora só não lê quem não quer. Faça a sua parte...

Escolha seu livro brinde:

- As Portas de Moscou* (Alexander Bek) - 300 págs.
- 30 Anos de Confronto Ideológico* (Coletânea) - 300 págs.
- Marx e os Sindicatos* (D. Losovski) - 216 págs.
- Estratégia e Tática* (Coletânea) - 172 págs.
- Em Defesa do Socialismo Científico* (J. Stálin) - 172 págs.
- Problemas Econômicos do Socialismo na URSS* (J. Stálin) - 100 págs.
- A Política Revolucionária do PCdoB* (Documentos) - 244 págs.

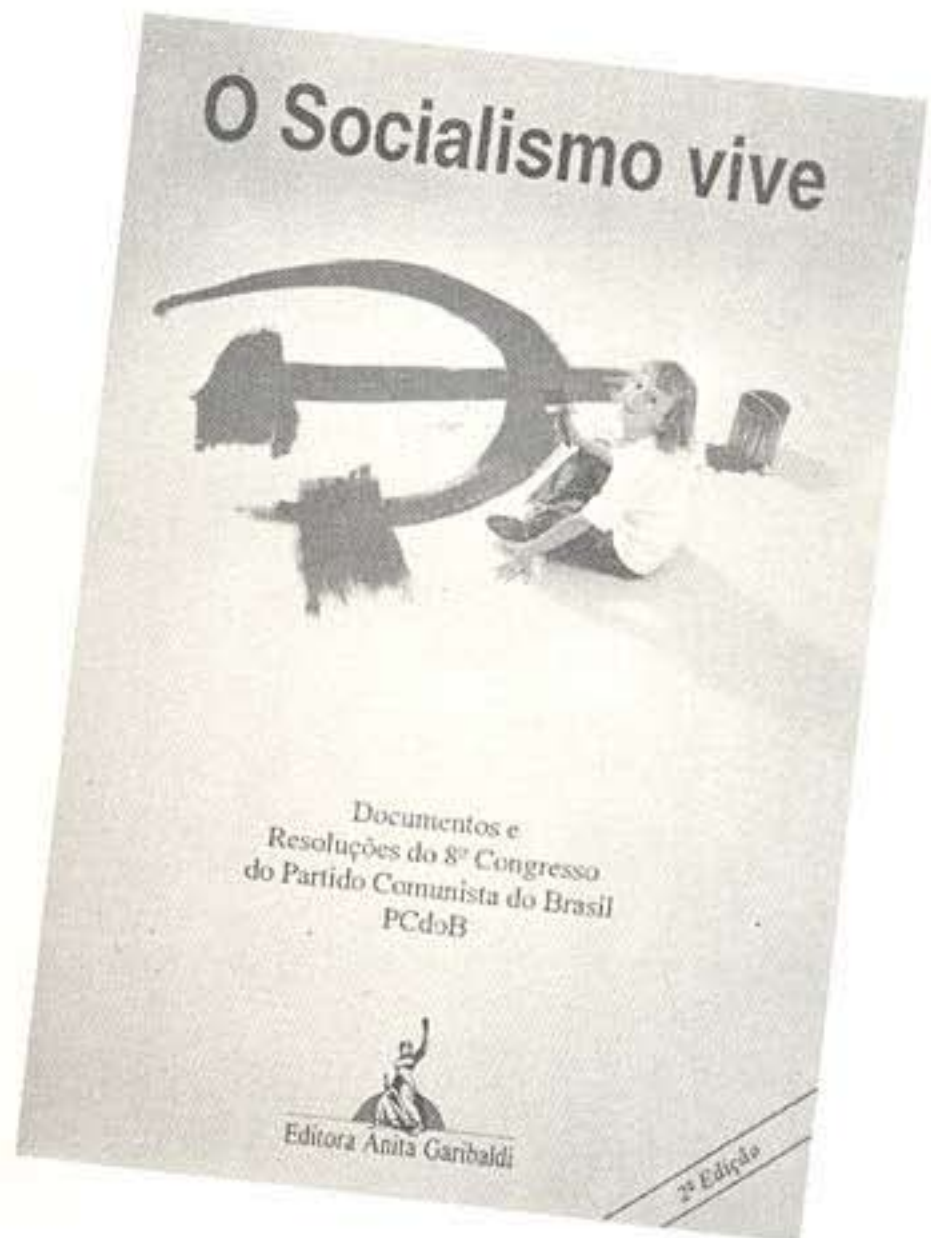
Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_  
CEP \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Assinatura anual (4 edições) a partir do n.º Cr\$ 32.000,00  
Assinatura de Apoio: Cr\$ 64.000,00

Pague com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.  
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar - CEP 01320 - São Paulo  
Fone: (011) 278-3220.

Caso você queira trabalhar na venda de assinatura da **Princípios** fazendo com que mais gente participe do debate que ela trava - e ganhar até 30% de comissão - entre em contato: Fone (011) 278-3220.

# SUCESSO EDITORIAL



*URSS - Ascensão e Queda* e *O SOCIALISMO VIVE* são os dois novos êxitos editoriais da Editora Anita Garibaldi. Em menos de dois meses esgotaram-se as primeiras edições desses livros e as segundas edições já estão na praça. Compre logo seu exemplar.

*URSS - Ascensão e Queda* - Luis Fernandes - 272 págs. - 18.000,00.

*O SOCIALISMO VIVE* - Documentos e Resoluções do 8.º Congresso do PCdoB - 112 págs. - 7.200,00.

## **GUERRILHA DO ARAGUAIA 20 ANOS**

Depois de 20 anos, finalmente o Exército passa a reconhecer a Guerrilha do Araguaia. Glênio Sá, que morou na região desde julho de 1970, conta os episódios particulares que envolveram sua participação nessa luta. Trata-se de: *ARAGUAIA - Relato de um Guerrilheiro*, de Glênio Sá. Revista de 48 páginas, ilustrada, da Editora Anita Garibaldi. Preço 6.000,00.



Pedidos com cheque nominal ou vale postal para:  
Editora Anita Garibaldi Ltda  
Rua dos Bororós, 51 - 1.º andar  
CEP 01320 - Fone (011) 278-3220 - São Paulo SP

A man in a black wetsuit is using a chainsaw to cut through a large log in a flooded forest. The scene is set at dusk or dawn, with a blue and purple sky. In the background, there are many dead, skeletal trees standing in the water. The man is standing on a log, and the chainsaw is glowing with a yellow light.

## **PREDIÇÃO \***

**NADA HAVERÁ NA TERRA...  
LIMITE ALGUM HAVERÁ PARA A MALDADE DELES,  
QUE COM SUA SELVAGERIA IRÃO DERRUBAR  
AS GRANDES ÁRVORES DAS FLORESTAS  
DA TERRA.**

**DEPOIS DE SACIADOS,  
NUTRIRÃO O DESEJO DE ESPALHAR  
A MORTE, E SOFRIMENTO, A DESGRAÇA,  
A GUERRA E A DEVASTAÇÃO  
NÃO IMPORTA CONTRA QUEM  
OU CONTRA O QUE,  
DESDE QUE TENHA VIDA...**

**NADA HAVERÁ NA TERRA,  
NO SUBSOLO, NA ÁGUA,  
QUE NÃO SERÁ PERSEGUIDO, DESOLADO,  
CORROMPIDO E TRANSFERIDO  
DE UM PAÍS PARA OUTRO.**

**LEONARDO DA VINCI (1452 - 1519)**

**\* TÍTULO DA REDAÇÃO (ORIGINALMENTE NÃO HÁ TÍTULO)**